

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA:
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

HIGOR FERREIRA BRIGOLA

A AGENDA DE SEGURANÇA BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA FRIA E AS NOVAS
AMEAÇAS GLOBAIS NA PERCEPÇÃO ESTADUNIDENSE

PONTA GROSSA

2012

HIGOR FERREIRA BRIGOLA

A AGENDA DE SEGURANÇA BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA FRIA E AS NOVAS
AMEAÇAS GLOBAIS NA PERCEPÇÃO ESTADUNIDENSE

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de MESTRE EM GEOGRAFIA,
pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia:
Gestão do Território, da Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque

PONTA GROSSA

2012

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S159d Brigola, Higor Ferreira.
A agenda de segurança brasileira no pós-Guerra Fria e as novas ameaças globais na percepção estadunidense, 2012.
106f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012.
Orientador : Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque

1. Hegemonia. 2. Política externa. 3. Segurança nacional. I. Albuquerque, Edu Silvestre de. II. T

CDD: 320.12

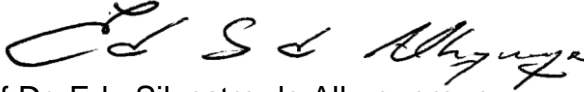
Normalização: Renato Pereira

TERMO DE APROVAÇÃO

Higor Ferreira Brigola

A AGENDA DE SEGURANÇA BRASILEIRA NO POS-GUERRA FRIA E AS NOVAS AMEAÇAS GLOBAIS NA PERCEPÇÃO ESTADUNIDENSE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Orientador: Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque
UEPG


Profa. Dra. Gislene Aparecida dos Santos
UFPR


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG

Ponta Grossa, 12 de Março de 2012.

Dedico a meus familiares, em especial meus falecidos pais Antônio Carlos Brigola e Maria Regina Ferreira Brigola, minhas tias Zilda Brigola Matos e Raquel Aparecida Brigola, a meus amigos, e a todos que tiverem a oportunidade de ler este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Edu Silvestre de Albuquerque, sem o qual não conseguiria realizar esta pesquisa. Além de ser meu professor orientador, se mostrou um grande amigo, estando sempre presente nos momentos de dificuldade desta e de outras pesquisas.

À minha melhor amiga Juliana Przybysz, que me auxiliou e me apoiou durante todo o mestrado.

Aos meus familiares e amigos. Não citarei nomes pelo risco de esquecer-me de alguém, pois foram pessoas que sempre confiaram em mim e me apoiaram.

À minha namorada Aline Maia Lages e seus familiares, pela paciência e presença nos momentos difíceis.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

Gaiola - Mukeka di Rato

Moro aqui nessa casa
Porta aberta asa cortada
Como pão, bebo água
Coisa amarga, engulo brasa
Querer bem é mal também
Quando alguém domina alguém
Ignorância, medo, humilhação
Alimentam insatisfação.

Ser humano morador
Aqui também mora a dor
Prazer não é só sustento
Minhas vontades vão ao vento.

O mar transmite aquela calma
Riscar a areia não apaga a falta
Felicidade está naquela barca
Posso arriscar, não perco nada
Tempestades são reais
Podem matar e muito mais
Mas vou encarar essa parada
Melhor que vida engaiolada
E quando o sol matar a madrugada
Ninguém verá o bater de minhas asas;
Distante daqui.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo traçar as principais diretrizes da nova agenda de segurança nacional brasileira no pós-Guerra Fria, principalmente através dos acordos internacionais na área de segurança celebrados e que se encontram no site do Itamaraty. Busca-se, ao mesmo tempo, analisar comparativamente a posição brasileira quanto aos temas de segurança e a agenda de segurança dos EUA, destacando-se o esforço brasileiro de maior autonomia, especialmente no governo Lula. Não se descarta também a crescente influência da China na América do Sul, o que acaba contrabalanceando o poder dos EUA na região e explica a dificuldade da imposição da agenda de segurança dos estadunidenses como nos moldes da Guerra Fria.

Palavras-chave: Hegemonia. Política externa. Segurança nacional.

ABSTRACT

This paper aims to outline the main guidelines of the new Brazilian national security agenda in the post-Cold War period, primarily through international security agreements, which are found on the website of Itamaraty. The research aims at comparatively analyzing the Brazilian position on the issues about the U.S. security agenda, highlighting the national efforts for greater autonomy, especially during President Lula's government. It is not ruled out the growing influence of China in South America, which offsets U.S. power in the region and explains the enforcement difficulty of its security agenda as in the lines of the Cold War.

Keywords: Hegemony. Foreign policy. National security.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Acordos bilaterais celebrados com os países da América do Sul sobre a temática do tráfico de ilícitos internacional.....	66
Quadro 2 – Acordos bilaterais celebrados com os EUA sobre a temática do tráfico de ilícitos internacionais	68
Quadro 3 – Acordos multilaterais sobre o terrorismo.....	75
Quadro 4 – Acordos bilaterais sobre o terrorismo.....	76
Quadro 5 – Acordos multilaterais celebrados no âmbito da energia nuclear e não proliferação de armamentos de destruição em massa	80
Quadro 6 – Acordos bilaterais realizados no âmbito da energia nuclear e não proliferação de armamentos de destruição em massa	81
Quadro 7 – Acordos bilaterais realizados abrangendo a temática ambiental	86
Quadro 8 – Acordos multilaterais realizados abrangendo a temática ambiental	88
Quadro 9 – Comparação da participação de diversas fontes de energia: Brasil, OECD e mundo - 2007.....	89
Quadro 10 – Acordos multilaterais sobre direitos humanos	91
Quadro 11 – Acordos bilaterais sobre direitos humanos	92
Quadro 12 – Porcentagem dos acordos internacionais celebrados pelo Brasil na área de segurança – 1990-2011	94
Quadro 13 - Percepção de ameaças pelo brasileiro (por macrorregião) - 2011	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO/COMPETIÇÃO SINO-AMERICANAS	14
2.1 A Aproximação Estratégica Washington – Pequim na Guerra Fria.....	14
2.2 A Produção dos Primeiros Incidentes: Caminhando para o Fim do Namoro?	21
2.3 O Desafio de Novas Parcerias Estratégicas da China.....	27
2.4 As Relações Sino-Brasileiras: Novos Parceiros Estratégicos?	29
3 A EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO BRASILEIRA DE SEGURANÇA DIANTE DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS	35
3.1 O Plano de Segurança Hemisférico da Guerra Fria: o Caso do TIAR	35
3.1.1 O papel brasileiro na segurança hemisférica: a defesa do Atlântico Sul.....	42
3.1.2 O distanciamento Brasil-EUA e a crise do TIAR	46
3.2 O Fim da Bipolaridade e o Surgimento das Novas Diretrizes de Segurança sob a Hegemonia Norte-Americana	50
3.2.1 Uma abordagem sobre a nova agenda de segurança estadunidense	51
4 AS QUESTÕES DE SEGURANÇA DO ESTADO BRASILEIRO NO PÓS-GUERRA FRIA	62
4.1 Crime Organizado Internacional e Tráfico de Ilícitos	63
4.1.1 A presença militar dos EUA como garantia de soberania.....	71
4.2 O Terrorismo Visto a Partir da Periferia	73
4.3 A Energia Nuclear e a Política de Contenção de Armas de Destruição em Massa	77
4.4 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Amazônia	84
4.5 A Perspectiva Brasileira sobre os Direitos Humanos	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

A incrível e rápida sucessão de eventos políticos representados pela queda do Muro de Berlim (novembro de 1989), reunificação da Alemanha (outubro de 1990), dissolução do Pacto de Varsóvia (abril de 1991) e fim da potência socialista soviética (dezembro de 1991), marcaram o fim do período bipolar e o triunfo do liberalismo norte-americano. Com a maior economia do planeta e poder militar inquestionável, os EUA se tornaram os “donos” do século XX, levando muitos analistas de relações internacionais a afirmarem o surgimento de uma nova era de unipolaridade no sistema internacional.

Nesse cenário, o cientista político e filósofo estadunidense, Francis Fukuyama, classificou o solapamento da ordem da Guerra Fria como o “fim da história”, uma vez que o triunfo do liberalismo-democrático norte-americano representaria o ápice do desenvolvimento da Humanidade. Raciocinava Fukuyama, que se todos os países compartilhassem agora um conjunto de valores e aspirações baseados na democracia e na liberdade individual, por essa razão, estariam fadados a eliminar o uso da força militar como forma de resolver suas divergências (SATO, 2000).

Porém, o mundo pós-Guerra Fria descrito por Fukuyama parece ainda utópico. Mesmo com a vitória do capitalismo liberal, o mundo não se vê liberto da utilização da força militar, como demonstrado desde a primeira Guerra do Golfo (1991), onde os EUA revelaram ao resto do mundo quem saíram vencedores¹. Com o declínio do projeto socialista, tornou-se um quase consenso entre os mais diversos grupos políticos que o desafio se tornara o aperfeiçoamento do capitalismo liberal, que viu assim subitamente expandindo o raio de ação de seus valores culturais, bem como a legitimidade de instituições ou organismos internacionais que o projetaram como símbolo da concretização do binômio “liberdade-prosperidade” (AYERBE, 2002).

Assim, em fevereiro de 1995 é criada a estratégia do *Engagement and Enlargement*, na administração democrata de Bill Clinton, com o objetivo de deslocar o foco estratégico norte-americano para a abertura mundial do comércio, eliminando a antiga cosmovisão ideológico-militarista que predominava no período anterior (GÓES, 2005). A partir daí, o

¹ Como revela José Luís Fiori (2007), os EUA também buscavam garantir sua economia, pois o território iraquiano-kuwaitiano está localizado sobre as maiores jazidas de petróleo do mundo. Havia ainda o temor de que o Iraque ameaçasse a Arábia Saudita, seu maior fornecedor de petróleo e aliado árabe no Oriente Médio (ATWAN, 2008).

pensamento geoestratégico norte-americano passou a residir no vínculo direto entre defesa nacional e economia, fenômenos que passaram então a caminhar conjuntamente (GÓES, 2005).

Mesmo sem uma ameaça militar real à segurança nacional, os EUA não deixaram de investir no complexo militar-industrial, pois a continuidade dos gigantescos investimentos governamentais nas indústrias bélicas do país, com a venda de armamentos no mercado interno e externo, constituem grande parte da riqueza norte-americana. Nos CIM's, a dimensão política anda ao lado da economia, uma vez que representam uma condicionante estrutural do intervencionismo militar dos EUA pelo menos nos últimos vinte anos, mesmo intercalando governos republicanos e democratas.

Assim, o triunfo da proposta neoliberal tem acenado com a cristalização da atual ordem econômica mundial e o intervencionismo norte-americano no sistema internacional. Entretanto, as diversas configurações geopolíticas experimentadas mundialmente indicam que essa hegemonia mundial é profundamente questionada pelos demais atores do sistema internacional. Fiori (2007, p. 78) analisa o movimento de expansão econômica e as transformações estratégicas do poder global efetivada pelos Estados Unidos nas últimas décadas:

[...] depois da sua “crise” dos anos 1970, e da sua vitória dos anos 1990, quando os Estados Unidos assumiram, explicitamente, o projeto de construção de um império global. Mas, logo no início do século XXI, este projeto começou a enfrentar dificuldades que reabriram as portas – dialeticamente – para o fortalecimento dos estados nacionais e do seu cálculo geopolítico tradicional, em todos os tabuleiros regionais do sistema mundial. Muitos analistas confundiram esta mudança com uma “crise terminal” do poder americano, ou do “sistema mundial moderno”, sem perceber que neste início do século XXI, o sistema interestatal “moderno” se universalizou, reacendendo a competição político-econômica dos seus estados mais poderosos [...].

Nesse sentido, a nova ordem mundial anunciada por George W. Bush, em 1991, durou pouco tempo, pois a ascensão econômica da Europa Ocidental e Japão na década anterior, e naquele momento também da China, levou muitos analistas a acreditarem que estamos diante de uma ordem multipolar. Ainda que a hegemonia militar norte-americana não seja questionada, a atual multipolaridade econômica parece ser um ponto crucial para entendermos a continuidade dos gastos militares no mundo pós-Guerra Fria, onde os EUA sofrem cada vez mais a pressão de competidores econômicos em novos setores, situação que

agravasse com a crise estrutural interna iniciada em 2008 e que ameaça tornar-se sistêmica e, talvez, até de hegemonia.

À medida que o *gap* militar em relação a estes novos aspirantes ao domínio global for diminuindo nas próximas décadas, as tensões geopolíticas regionais tendem a se acirrar em virtude da competição crescente por influência e poder entre esses os novos competidores. Outro efeito da condição de multipolarização econômica é que a influência dos EUA diminui inclusive em sua área de influência imediata: a América Latina. Durante quase toda a Guerra Fria, as agendas de segurança dos países da região eram meras transposições da agenda dos EUA. Porém, a mudança ocorrida no cenário mundial a partir do desmantelamento da ordem bipolar contribuiu para a *desatualização* dessa convergência das agendas hemisféricas, principalmente devido ao surgimento de novas ameaças.

A problemática envolvida nesta pesquisa consiste em saber se o declínio da hegemonia dos EUA na América Latina, em especial na América do Sul (hoje contrabalanceada pela China), fez ampliar a margem de autonomia dos países da região em suas políticas externas, particularmente em suas políticas de segurança, principalmente com destaque à posição brasileira. Mesmo durante a Guerra Fria, nossa agenda de segurança havia experimentado momentos de maior autonomia, caso da política externa independente de Jânio Quadros e do programa nuclear encetado no governo Geisel, onde a submissão automática à política externa de Washington tenha sido algo alterada. Entretanto, os limites ideológicos da aliança hemisférica sob a orientação estadunidense nunca foram questionados.

Assim, propomos analisar a nova agenda de segurança brasileira no pós-Guerra Fria, buscando identificar suas principais diretrizes através dos acordos firmados pelo Itamaraty, confrontados em sua convergência/divergência em relação aos novos temas da agenda de segurança estadunidense.

No primeiro capítulo “As relações de cooperação/competição sino-americanas” aborda-se as relações entre EUA e China, especialmente a partir da aproximação de Washington com Pequim para isolar Moscou no período da Guerra Fria. Num segundo momento, o texto traz os incidentes de percurso desta aliança estratégica oportunista, e finalmente, as parcerias estratégicas que a China vem formando, expandindo cada vez mais seu poder e sua influência, sobretudo enfocando a América do Sul.

Para a realização deste capítulo nos fundamentamos em pesquisas de livros, sites oficiais e documentos oficiais de ambos os países, com o intuito de reconstituir o histórico das relações sino-americanas desde o período final da Guerra Fria até hoje.

O segundo capítulo “A evolução da concepção brasileira de segurança diante da política externa dos EUA” aborda a agenda de segurança brasileira no período bipolar, em relação à política externa dos EUA. Resgata-se o programa de segurança hemisférica (TIAR) que vigorava nas Américas sobre a “proteção” estadunidense, desde seu enaltecimento pelos militares brasileiros no auge do combate ao inimigo subversivo interno, até sua denúncia que culminaria com a “traição norte-americana” à aliança hemisférica na Guerra das Malvinas de 1982.

Ainda no segundo capítulo, são analisadas as novas diretrizes de segurança dos EUA no mundo do pós ordem bipolar, onde as políticas de segurança de Washington visam a preservação de sua hegemonia no sistema internacional. Assim como no primeiro capítulo da pesquisa, a metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica, em sites de notícias e sites oficiais, além da leitura de documentos oficiais relevantes para a temática.

O terceiro e último capítulo “As questões de segurança do Estado brasileiro no pós-Guerra Fria” traz, finalmente, o objetivo da pesquisa. Através de análise textual e documental de acadêmicos, militares e membros do governo, e também dos acordos realizados pelo Brasil e disponibilizados no site do Itamaraty, foi possível quantificar o número de acordos celebrados em cada temática de segurança que, organizados em tabelas, permitiram traçar as principais diretrizes da agenda brasileira atual e os pontos de discrepância da agenda brasileira em relação à nova agenda norte-americana.

2 AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO/COMPETIÇÃO SINO-AMERICANAS

Os atores nacionais e blocos de poder do sistema internacional travam relações simultaneamente cooperativas e competitivas, que evidentemente apresentam uma carga maior ou menor conforme o complexo jogo de poder estabelecido pela comunidade internacional e seus atores hegemônicos. Nesse contexto, as relações sino-americanas representaram no último quartel do século XX as mais importantes na definição da natureza do sistema internacional, explicitando o ocaso soviético e o fim da Guerra Fria, e parecem anunciar que continuarão tendo a primazia nestas primeiras décadas do século XXI.

2.1 A Aproximação Estratégica Washington – Pequim na Guerra Fria

O período bipolar da Guerra Fria foi dos mais tensos de toda a história da humanidade, especialmente por conta dos arsenais nucleares acumulados pelas superpotências soviética e estadunidense. Os atores regionais eram importantes apenas à medida que pudessem fazer a balança de poder pender para um dos lados das superpotências.

E embora em tese a China tivesse uma orientação ideológica de governo mais próxima a Moscou, seria com os Estados Unidos a consolidação de uma esfera de cooperação. Negando a ótica da divisão de mundo entre Leste e Oeste, a China procurou arrancar da URSS ou dos EUA as condições para superar seu atraso industrial, demonstrando claramente que sua política externa incluía a dimensão Norte-Sul.

Os Estados Unidos procuraram inicialmente uma aproximação de Pequim para negociar uma saída honrosa da Guerra do Vietnã, esperando que a China influenciasse os vietcongues acerca da negociação com termos aceitáveis para os Estados Unidos.

Do ponto de vista de Pequim, a revolução comunista de 1949 encontrara um país populoso e cujas forças produtivas eram de baixo desenvolvimento. A falta de terras agricultáveis, somados a enorme carência de alimentos, a produtividade agrícola do país não atendia as necessidades de sua crescente população.

Aliás, “a vitória das forças comunistas e a proclamação da República Popular da China em 1949 foram interpretadas pelos EUA como uma nova ameaça à segurança

internacional já que vencia um novo modelo de comunismo na Ásia e aliado dos soviéticos” (SHU, 2005, p. 18). Ainda,

A mudança de poder político na China, a Guerra da Coreia e as instabilidades na Península Indochinesa fizeram com que os EUA redefinissem sua política externa para a região. Dessa forma, Taiwan foi inserida no Conselho de Segurança no lugar da China enquanto o Japão foi definido como base de poder regional dos EUA, a partir de uma ampla reconstrução nacional. (PAUTASSO, 2006, p. 20).

O temor dos EUA em relação à aproximação da URSS com a China pode ser analisado segundo a “velha” tese de Halford Mackinder, onde a nova estratégia de contenção seria impedir o uso do *heartland* eurasiático por forças antiocidentais agora representadas por Moscou. Para Mackinder: “Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland, quem domina o Heartland domina a World Island, quem domina World Island controla o mundo” (MACKINDER, 1905 apud MELLO, 1999, p. 56). Nesse sentido, o objetivo estadunidense era evitar que a URSS se tornasse hegemônica na porção continental eurasiática:

A formulação defensiva desse objetivo é que, dada a supremacia naval dos EUA, somente uma potência capaz de arregimentar os imensos recursos da Eurásia poderia realizar os investimentos necessários à construção de uma marinha de guerra apta a reverter a supremacia norte-americana e, assim, tornar possível a invasão ao território continental do país. (LEÃO, 2009, p. 106-107).

Para alcançar esse objetivo, os Estados Unidos estabeleceram:

(...) um conjunto de alianças militares bilaterais com o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan e as Filipinas, com que formaram o sistema de segurança regional norte-americano na Ásia Oriental. Esse modelo, o sistema *hub and spokes*, em que os Estados Unidos são o centro e os raios as alianças bilaterais com os parceiros asiáticos, é fundamentalmente diferente do modelo europeu, onde os Estados Unidos institucionalizaram um sistema de segurança colectiva regional com a formação da Aliança Atlântica. (GASPAR, 2008, p. 120).

Por sua vez, a URSS estabelece com a República Popular da China o Pacto Militar sino-soviético de 1950, celebrado entre Stálin e Mao Tsé Tung, e ainda anunciam acordos de cooperação econômica e tecnológica (CEPIK; MARTINS, 2004). Sobre as relações sino-soviéticas:

Durante a década de 1950, os empréstimos concedidos pela URSS eram indispensáveis para o desenvolvimento do setor industrial chinês, além de fornecerem recursos alimentícios para a China. A relação com a URSS era fundamental na importação de bens de capital e de grãos. A China necessitava de um excedente agrícola cada vez maior para suprir a demanda da população nacional e manter o desenvolvimento da indústria pesada. (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 220).

Com a aliança sino-soviética, Mao acreditou que poderia alcançar o desenvolvimento econômico com ajuda russa. Aponta-se que seu repúdio automático em relação aos EUA e mundo ocidental deixava Stalin alarmado e cauteloso com a China (BOLTON, 2011). Mas o mais provável é que não havia interesse da parte de Moscou em auxiliar o desenvolvimento econômico chinês.

As relações entre os dois países foram se enfraquecendo, principalmente devido às divergências de como conduzir as políticas comunistas, que se intensificaram com a morte do líder do Partido Comunista da União Soviética, Josef Stalin, em 1953, pois seu sucessor Nikita Krushev era ainda mais antagonista às ideias de Mao Tsé-Tung:

Mao e Krushev divergiam quanto à expansão do sistema comunista e à atuação externa dos países na disseminação dos ideais da revolução. Krushev se mostrava a favor da defesa da política de coexistência pacífica com o Ocidente, enquanto Mao observava as forças capitalistas com grande hostilidade. Outro fator que influenciou no desgaste entre os países foi a recusa de Krushev em disponibilizar para a China os conhecimentos tecnológicos soviéticos para a construção de armamentos nucleares, pois alegava que Mao assumira uma postura extremamente belicosa que ia de encontro à política externa mais pacífica defendida por Krushev. (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 222).

A URSS jamais desejou auxiliar que a China alcançasse o patamar de superpotência. Como mostra Bolton (2011), a política soviética em relação à China era de garantir uma frente unida entre Chiang e Mao para fazer frente ao Japão. O suposto tratado de amizade entre a China de Mao e a URSS, que teve sua assinatura em 1950, representava a ação soviética para a subjugação chinesa (BOLTON, 2011).

No início da década de 1960, a URSS retira seus especialistas enviados à China, abandonando os projetos ainda não acabados e cobrando pelos empréstimos realizados (PAUTASSO, 2006). Como a relação entre os dois países se deteriorava, a China buscou inicialmente uma estratégia de desenvolvimento mais autônoma, baseada na mobilização das massas populares através do discurso da revolução socialista.

Já em 1958, Mao Tsé Tung enxergava a necessidade da criação de uma política econômica para melhorar a situação chinesa, criando a política conhecida como “o Grande Salto Adiante”, que:

[...] apresentava metas estratégicas centrais de aumento da produção agrícola como forma de impulsionar o crescimento industrial. Para alcançar tal objetivo, seria necessário promover uma nova escala de organização social, com a mobilização dos camponeses e suas famílias para novas tarefas que expandissem a produção agrícola. (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 221).

No entanto, o “Grande Salto” não conseguira atingir seus objetivos diante do atraso tecnológico e da falta de investimentos mergulhando o país em meio à fome social e ao caos político (SHU, 2005). Assim, a deterioração das relações com a URSS pegou a China de surpresa, uma vez que já se encontrava num cerco geopolítico pelos EUA, que teve a permissão do governo nacionalista de Taiwan (província considerada rebelde por Pequim) para a instalação de mísseis terrestres na ilha, os quais poderiam alçar artefatos nucleares a centenas de quilômetros dentro do território chinês (SPENCE, 2000).

Devido às dificuldades econômicas e geoestratégicas, além da perda constante de prestígio do partido comunista chinês, Mao lança em 1966 a “Revolução Cultural”, uma revolução dentro da revolução, e que tinha como objetivo expurgar os opositores do regime: “quanto mais brutal, mais revolucionária”. Como afirma Giffoni (2007, p. 52):

Os Guardas Vermelhos, testas-de-ferro do movimento, perseguiram todos os que consideravam falsos socialistas e, se não os liquidou, humilhou-os e enviou-os para trabalhos forçados no campo, onde deveriam ser reeducados. De uma hora para outra, viraram párias todos os intelectuais ou pessoas declaradas como possuidoras de privilégios: professores, artistas, médicos, membros liberais do PCC, vistos como contra-revolucionários, decadentes, inimigos de classe, ou neocapitalistas [...] Enforcamentos, fuzilamentos e linchamentos em praça pública tornaram-se comuns.

A Revolução Cultural também fracassa e, para agravar o sentimento de insegurança da revolução maoista, as tropas soviéticas avançam na fronteira, cada vez mais se aproximavam do território chinês, causando o clima de insegurança. Paralelamente, no início dos anos 1970, os EUA também passavam por uma crise econômica (aumento do preço do petróleo) e de legitimidade internacional, que poderiam ameaçar de alguma forma sua hegemonia global:

Diversos fatores foram responsáveis pelo enfraquecimento da presença internacional americana e pelo cenário de contração do sistema capitalista, destacando-se eventos tais como a derrota na Guerra do Vietnã, a ruptura do sistema monetário internacional de Bretton Woods e os choques do petróleo, que, juntos, abalaram a estrutura militar, política e econômica dos EUA durante a década de 1970. (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 224).

O envolvimento dos EUA no Vietnã teve início na década de 1950, com apoio logístico para os franceses, uma vez que o país ainda estava envolto com a Guerra da Coreia. O interesse dos EUA na região se baseava na luta contra a expansão do comunismo no Sudeste Asiático. Mas nos anos 60, a presença militar estadunidense se intensifica, até ocorrer à intervenção militar direta no Vietnã do Norte em 1968, especialmente a partir da administração Kennedy (FIORI, 2000).

As milhares de baixas fatais durante a guerra incitaram movimentos sociais de contestação ao conflito nos EUA, que pregavam o pacifismo e a contracultura (CARVALHO; CATERMOL, 2009).

Isolados internacionalmente e cada vez mais questionados internamente, os Estados Unidos, depois da humilhação imposta pela Ofensiva do Tet, em fevereiro de 1968, já começam a estudar fórmulas que lhes permitissem abandonar a guerra sem uma derrota explícita. Solução lograda, finalmente, pela dupla Nixon/Kissinger com os Acordos de Paz, assinados em Paris, em 1973, que mal conseguiram encobrir a primeira grande derrota militar da história norte-americana. (FIORI, 2000, p. 112).

A derrota no Vietnã abalou a confiança interna e externa no poder militar estadunidense². Os EUA também passavam por um período de crise econômica, que levaria à ruptura do sistema monetário de Bretton Woods com a desregulamentação do sistema financeiro em escala global (a elevação das taxas de juros reais atingiria significativamente as economias dos países desenvolvidos na década seguinte) (CARVALHO; CATERMOL, 2009³).

² Porém, das lições do Vietnã os EUA desenvolveram novas tecnologias de combate, fortalecendo seu complexo-industrial-militar: “não há dúvida de que a derrota no Vietnã teve um papel importante no início da “revolução militar”, que mudou a concepção estratégica e logística da guerra, no fim do século XX. Depois da derrota, os Estados Unidos desenvolveram novos sistemas de informação, controle e comando dos campos de batalha e investiram pesadamente na produção de novos vetores, bombas teledirigidas e equipamentos sob comando remoto.” (FIORI, 2007, p. 87).

³ A referida crise do petróleo se manifesta como desdobramento da Guerra do Yom Kippur, uma coalizão árabe de Egito e Síria contra Israel. Como retaliação ao ocidente por seu apoio ao regime sionista, os Estados árabes integrantes da OPEP decidiram cortar o suprimento de petróleo. Como as nações árabes representavam dois terços das reservas globais, o fato gerou um aumento de 70% do preço internacional do produto, tendo influência significativa na economia estadunidense (CARVALHO e CATERMOL, 2009). A revolução islâmica no Irã em 1979 provoca uma segunda crise do petróleo, quase triplicando o preço internacional do insumo e trazendo agruras ao mercado internacional. Neste evento, o país persa teve uma interrupção em sua produção, reduzindo a oferta e aumentando o preço de US\$ 13 para US\$ 34 o barril (TORRES, 2005).

Em meio à crise econômica e de hegemonia, nasce a aproximação diplomática dos EUA com a China. A China se mostraria um aliado fundamental para expandir a influência ocidental e capitalista na Ásia, contendo os movimentos expansionistas do gigante soviético na região. Para a China, os EUA poderiam representar os investimentos e o mercado comprador necessário para o desenvolvimento de seu parque industrial.

Na China os EUA encontraram um provedor de mão de obra barata que possibilitaria às multinacionais estadunidenses reduzirem os custos de produção e retomar a competitividade internacional perdida. Embora autores como Carvalho e Catermol (2009) coloquem que a demanda do gigantesco mercado consumidor chinês fosse um fator econômico determinante para os EUA, parece que a oportunidade de controle do processo inflacionário nos próprios EUA com a oferta abundante de bens de consumo não-duráveis a preços baixos fosse mais importante (FIORI, 2000).

Vantagens econômicas para ambos os lados, mais a vantagem da posição geopolítica que a China desfrutava na região asiática para conter o avanço da URSS e

[...] foi exatamente assim que começou, em 1970, a grande transformação geopolítica do sistema mundial, que segue em pleno curso, no início do século XXI: num primeiro momento, a China e os Estados Unidos assumiram a reorganização conjunta do tabuleiro geopolítico do sudeste asiático, sem que os norte-americanos abandonassem sua proteção militar do Japão, de Taiwan e da Coreia do Sul. Mas depois, esta mesma mudança estratégica dos anos 70 acabou abrindo as portas e refazendo o mapa econômico do mundo, com a construção do eixo entre a China e os Estados Unidos, que se transformou na locomotiva da economia mundial. (FIORI, 2007, p. 86).

A divulgação da viagem de Nixon à China teve repercussões na ONU no final de 1971 (SHU, 2005). “A Assembleia Geral, por uma diferença apertada de 59 a 55 e com 15 abstenções, votou contra a moção patrocinada pelos EUA que permitiria a Taiwan manter seu assento no organismo” (SHU, 2005, p. 28). Porém, foi negociado para que a República Popular da China também ganhasse um assento e com direito de voto no Conselho de Segurança.

A China teria ainda seu regime reconhecido e relações diplomáticas normalizadas com vários países, inclusive com os EUA através do Comunicado de Xangai, em 28 de fevereiro de 1972 (SHU, 2005). Ainda, “ambos os países registraram no Comunicado o comprometimento de normalizar suas relações, reduzir o risco de conflito militar e impedir quaisquer tentativas de estabelecimento de hegemonias regionais na Ásia-Pacífico” (SHU,

2005, p. 29). Esse fato deu início a uma nova fase das relações entre EUA e China, colocando um fim ao período de isolamento mútuo de mais de vinte anos.

A competição bipolar passou a ter um quadro triangular, em que a democracia norte-americana pôde tirar partido da rivalidade entre as potências comunistas para impor a sua preponderância. Por outro lado, a quase-aliança entre os Estados Unidos e a China, desde a invasão soviética do Afeganistão, em 1979, suspendeu, temporariamente, a competição estratégica sino-americana na Ásia Oriental. (GASPAR, 2008, p. 121).

Com a morte de Mao Tsé Tung em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, a China prometia deixar para a trás o passado isolacionista que a revolução socialista lhe envolvera. O novo líder do partido comunista chinês propunha levar adiante as Quatro Modernizações: da agricultura, da indústria, da ciência e tecnologia e das forças armadas, através de uma abertura da política chinesa à absorção de conhecimentos e tecnologia estrangeiros, porém fundamentada na intervenção do Estado como a principal condução dessa nova dinâmica política de desenvolvimento (CARVALHO; CATERMOL, 2009).

Nos anos 80, o processo de abertura econômica da China aos investimentos estrangeiros faz com que este país passasse a receber enormes fluxos financeiros dos Estados Unidos e das nações vizinhas mais ricas (ALBUQUERQUE, 2011), atraídos pela política de acesso privilegiado ao mercado estadunidense garantida pelo acordo com Washington. O Acordo Sino-Americano repetia a estratégia estadunidense implementada nos anos 50 para reerguer a economia industrial japonesa, que no contexto da Guerra da Coreia era um bastião necessário para enfrentar a expansão soviética na Ásia (ALBUQUERQUE, 2011).

Deng Xioping criou as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que constituem a espinha dorsal da economia chinesa, atingindo aproximadamente quatro quintos de tudo que o país exporta. Essas Zonas Econômicas Especiais:

[...] deveriam tornar-se uma experiência capitalista dentro do comunismo. Captariam recursos financeiros e tecnológicos do exterior, oferecendo, em contrapartida, mão-de-obra farta e barata. Foram muito além, praticamente banindo os princípios marxistas dentro das fronteiras do país. Para evitar comparações embaraçosas com o modelo coletivo da época ainda em vigor nas províncias, os burocratas cunharam a expressão “socialismo de mercado”. (GIFFONI, 2007, p. 77).

Não é mais a exportação da revolução o principal foco do país, mas sim o desenvolvimento e a inserção no cenário internacional calcado no capitalismo neoliberal.

Há mais de duas décadas a economia chinesa cresce a um ritmo alucinante, com uma taxa anual superior a 10% medida pelo PIB, causando assombro e inveja aos economistas e políticos ocidentais. Junto com o processo de crescimento econômico ocorreu um acelerado processo de urbanização que transferiu centenas de milhões de camponeses para as cidades, a um ritmo e intensidade superiores a qualquer outro país na história recente, incorporando-os como produtores e consumidores. Com a pressão demográfica – são 1,3 bilhões de habitantes – expandiu-se o desenvolvimento em direção ao interior, ao longo de milhares de quilômetros beirando os rios Yang-Tse e Huang-Ho. (RATTNER, 2007, p. 14).

2.2 A Produção dos Primeiros Incidentes: Caminhando para o Fim do Namoro?

Em 1999, o tema dominante do diálogo oficial EUA-China era a inclusão da RPC à Organização Mundial do Comércio. No encontro entre Bill Clinton e o premie Zhu Ronji, foram dadas concessões em várias áreas vistas como excepcionalmente vantajosas para os interesses comerciais estadunidenses (LEÃO, 2009). Porém, Clinton não assinou o acordo de adesão da China à OMC, resultando na frustração em relação às perspectivas da China.

Ainda em 1999, ocorre o famoso evento do bombardeio da Embaixada da China em Belgrado, na Sérvia, como “efeito colateral” dos ataques da OTAN ao país balcânico relacionados à questão do Kosovo. Este “acidente” seria o primeiro de outros eventos delicados para a diplomacia de China e EUA, e provocaria uma tendência mais acentuada da opinião negativa que a população chinesa possui sobre os EUA acerca de uma “teoria da conspiração americana” destinada a obstar o crescimento do poder chinês (CARRIÇO, 2002).

Com a crise de 1995-1996 entre China e Taiwan, os EUA aumentaram significativamente as vendas de armamentos para a ilha rebelde que ficou sob seu protetorado desde a Guerra Fria, ampliando o descontentamento da China.

A tentativa dos EUA de retomada do projeto do novo sistema de defesa antimísseis batizado de “Guerra nas Estrelas” – idealizado no governo de Ronald Reagan em 1983 – foi censurada pelo governo chinês em 2001.

Outro incidente entre os dois países foi provocado pela queda de um caça chinês depois de colidir com um avião espião militar norte-americano EP-3 no Oceano Pacífico, ao sudeste da China. A China acusou o avião norte-americano de violar seu espaço aéreo e provocar a queda do caça chinês (BBC BRASIL, 2001).

Nem mesmo os atentados terroristas ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001 passaram em branco. Apesar do repúdio chinês oficial aos ataques terroristas, há um temor em Pequim de que a “guerra contra o terror” signifique a ingerência dos EUA no Sudeste Asiático (CARRIÇO, 2002).

O governo Bush tentou criar um clima de conflito com a China, preservando as boas relações econômicas. Foi nessa gestão que o país conseguiu superar o principal obstáculo para a entrada da China na OMC, representado pelo veto dos EUA, tendo seu ingresso ocorrido em setembro de 2001 (LEAO, 2009).

Mas no segundo mandato do presidente Bush, o governo chinês seria pressionado pelos EUA para valorizar sua moeda, ou seja, atrelar o yuan ao dólar. Em 7 de abril de 2005, o Senado dos EUA recomendava o aumento linear de 27,5% das tarifas de importação sobre os produtos chineses, caso este não valorizasse sua moeda em até 6 meses (LEÃO, 2009). A vitória de 2/3 no Congresso revelava a angústia estadunidense em relação à subvalorizada moeda chinesa, considerada a causa de uma série de problemas econômicos nos EUA, como o déficit comercial crescente e a perda de empregos na indústria (GLASER; SKANDERUP, 2005).

Manobrando para ganhar tempo, em 21 de julho de 2005, o Banco Central da China anunciou que o yuan seria valorizado em 2% em relação ao dólar, além de adotar um regime de flutuação em relação a uma cesta de moedas, na qual inclui o dólar, o euro, o iene japonês e o won sul-coreano a uma faixa estreita de 0.3% (GLASER, 2005).

Particularmente delicado foi quando o chamado “Acordo Multifibras⁴” (depois alterado para “Acordo sobre Têxteis e Vestuário”) foi expirado, uma vez que este havia regulado o comércio internacional do setor entre 1974-2004 (LEÃO, 2009). Com sua extinção, a China teve grandes benefícios, devido sua alta competitividade neste setor industrial, aumentando subitamente as exportações para os países desenvolvidos. Diversos países alegam que a China estava descumprindo o Protocolo de Adesão à OMC, o que dava poder aos países-membros da OMC de restringir as exportações chinesas até 2008.

Em 30 de maio, o ministro do Comércio Bo Xiliai, em conferência com a mídia chinesa e internacional, afirmava que os países desenvolvidos eram os culpados pelo aumento das exportações chinesas. Ainda exortou a UE e os EUA a gastarem mais energia no desenvolvimento de alta tecnologia na Airbus e na Boeing, respectivamente, ao invés de brigar por “meias” e “calças”. Um lembrete de que a China Southern Airlines havia acabado

⁴ Em resumo, o acordo permitia aos países desenvolvidos impor restrições quantitativas (quotas) sobre as importações de têxteis e vestuário provenientes de países em desenvolvimento (LEÃO, 2009).

de anunciar em 12 de maio que compraria 45 aviões da Boeing em um negócio de cerca de US\$ 3 bilhões (GLASER; SKANDERUP, 2005).

O fortalecimento do complexo-militar-industrial chinês não passa despercebido por Washington, desde que o secretário de Defesa Donald Rumsfeld havia questionado os gastos militares chineses assim como seus programas de aquisições, que segundo ele não condiziam com as ameaças que o país enfrentava. O documento oficial de segurança nacional da China, publicado em 2004, trazia registrado a ambição do país em desenvolver seu setor militar em razão da percepção de aumento de fatores de instabilidade e insegurança no cenário internacional, relatando que, “em consonância com a percepção dos EUA e Rússia, que o fator militar desempenha grande papel na conformação da segurança de hoje” (MACHADO, 2008, p. 82).

De fato, a China está investindo mais na expansão das infraestruturas e no complexo industrial-militar, o que podem ser vistos como movimentos complementares no sentido de fortalecer o mercado interno. Mas desenvolvendo tecnologia de mísseis de longo alcance e como membro do seleto clube atômico, o “O orçamento militar chinês superou o do Japão, seguindo de perto os da França e da Grã-Bretanha, alimentado por um crescimento econômico (PIB) que ultrapassou os dois países, igualou-se ao da Alemanha e persegue o segundo lugar na economia mundial, atrás dos Estados Unidos” (RATTNER, 2007, p. 13). Assim,

essa questão é ainda mais premente quando sabemos que o crescimento econômico chinês já está permitindo uma rápida modernização militar e uma maior ação chinesa no campo internacional. É verdade que as ambições chinesas ainda são modestas e que a sua força militar é, em comparação com a americana ou russa, pequena. Ela cresce, entretanto, rapidamente, e essa combinação de poder econômico e militar promete causar dores de cabeça aos estrategistas militares do século XIX. O Secretário-assistente de Defesa Peter Rodman testemunhou que, apesar das capacidades globais da China estar muito aquém dos EUA, o PLA já alcançou “uma capacidade significativa assimétrica que aumenta os riscos para as forças dos EUA”. Ele descreveu a China não só como um desafio futuro, mas também “um problema aqui e agora”. (BERTONHA, 2006, p. 164).

Ainda que a China apresente estratégias econômicas e militares direcionadas para sua transformação em potência continental e, portanto, longe de desafiar a hegemonia naval norte-americana, sua expansão de poder militar preocupa seriamente Washington, especialmente se Pequim conseguir manter e conquistar novas fontes de petróleo no Oriente Médio, Ásia Central e África, para dar continuidade à expansão de sua capacidade econômica e militar. Assim, os EUA buscam um entendimento bilateral e reforço dos laços de cooperação em

defesa com a China. Em setembro de 2005, o comandante das forças militares dos EUA no Pacífico William J. Fallon fez uma viagem ao país asiático, alegando que as tensas relações militares entre ambos os países estavam ficando para trás, e ressaltou em um encontro com jornalistas a importância de aumentar a transparência e o intercâmbio mútuo (GLASER, 2005).

Mas logo em janeiro de 2007, a China realizou o teste de um míssil antissatélite (ASAT) em um satélite meteorológico chinês, com pronta reação de Washington com pedido de explicações esclarecedoras pelo motivo do teste. Após cinco dias sem se pronunciar, um representante do Ministério chinês confirmou o teste, alegando que o ataque não foi dirigido a nenhum país, assim não constituindo uma ameaça.

Encontros entre os representantes dos dois países continuaram, objetivando um intercâmbio de tecnologias e de cooperação, além de trocarem opiniões sobre Taiwan, o programa nuclear iraniano, a questão nuclear da Coreia do Norte, entre outros (GLASER, 2007). As pressões dos EUA para a valorização da moeda chinesa também continuaram, falando-se agora em sanções comerciais para combater o comércio “desleal”.

Com Barack Obama as relações entre os dois países continuam marcadas por altos e baixos. Navios chineses chegaram a confrontar navios estadunidenses que patrulhavam as águas internacionais que a China reivindica como zona de soberania no Mar da China Meridional. O país asiático também incitou diversos bloqueios de intercâmbios militares devido à transferência de armas dos EUA para Taiwan ainda no acaso da administração Bush.

A China busca evitar as sanções comerciais norte-americanas investindo em títulos do Tesouro dos EUA e utilizando o dólar americano como reserva de valor (SUTTER, 2011). Por sua vez, os EUA abrem novas frentes de conflito comercial como as políticas industriais do setor automobilístico chinês que limitam a capacidade das exportações de automóveis para a China (GLASER, 2010).

Porém, mesmo que significativas, as desavenças pontuais entre os países não foram suficientes para deteriorar de vez a relação entre ambos até o momento, julgados por muitos analistas, como a maior e mais importante forma de cooperação do século XXI:

A Administração Obama continuou a preocupar-se com um vasto leque de questões importantes da política externa e interna. Neste quadro, uma disputa significativa com a China era das últimas coisas que o Governo dos EUA pretendia. Pelo contrário, havia um forte incentivo em prosseguir nem que fosse um simulacro de cooperação e evitar conflitos com a China. (SUTTER, 2011, p. 8).

Diversos encontros foram realizados em 2009, e além de assuntos militares e econômicos entre os dois países, questões internacionais importantes também foram discutidas envolvendo alterações climáticas, Afeganistão, desenvolvimento de armas nucleares por Coreia do Norte e Irã, entre outros.

Em 2010, novamente a relação “zigzague” entre os países voltou à tona. O afundamento do navio sul-coreano *Cheonan* em março, supostamente pela Coreia do Norte, ficou subentendido aos olhares da Coreia do Sul como uma provocação e trouxe iniciativas de movimentação militar do país juntamente com os EUA nos mares próximos à península coreana. Os EUA pretendiam o envio do porta-aviões George Washington ao Mar Amarelo, mas a China mostrou forte posição, classificado de ameaça ao Estado chinês. Em agosto, um porta-voz do Pentágono afirmou que a China não teria razões para enxergar o exercício como uma ameaça à sua segurança, visto que o objetivo subjacente seria apenas conter as provocações norte-coreanas.

Mas de acordo com Glaser (2010), a China poderia ter em mente que a demonstração de poder militar nas águas onde o navio sul-coreano afundou arriscaria uma resposta violenta da Coreia do Norte, assim o conflito poderia assumir maiores proporções, e ainda um porta-aviões nos mares próximos à China apresentaria um incontestável sinal de que a liderança chinesa na região pareceria sem vontade e incapaz de assegurar os interesses centrais do país.

Há muito que a China adoptara uma abordagem regional baseada no crescimento do comércio, noutros contactos económicos e na diplomacia bilateral e multilateral destinada a tranquilizar os vizinhos do Sudeste Asiático e o respectivo agrupamento regional, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). À medida que as disputas no Mar da China Meridional com países regionais e os Estados Unidos ganharam relevo nos últimos anos, a China tornou-se mais assertiva na defesa das suas pretensões. Destacam-se a adaptação de navios militares para levar a cabo proibições unilaterais de pesca, a exibição de força das três frotas navais chinesas na região e a afirmação que as pretensões chinesas às ilhas, águas e recursos do Mar da China Meridional representavam um “interesse vital” para a China que não tolerava qualquer tipo de compromisso. (SUTTER, 2011, p. 14).

Em julho, no Fórum Regional da ASEAN, a secretária de Estado Hillary Clinton expôs a questão do Mar do Sul da China, alegando que os EUA tinham interesse na liberdade de navegação para atividade comercial, e afirmou que os EUA possuíam uma posição neutra nas disputas territoriais da região, não tomando posição de como estas deveriam ser resolvidas. Do ponto de vista chinês, a defesa da liberdade de navegação no Mar da China Meridional oculta a pretensão de influência estadunidense na região, e suspeita-se que os

EUA tentam minar as relações da China com seus vizinhos, como denota o uso pela mídia oficial chinesa de frases agressivas como “dividir para reinar” (GLASER, 2010).

Aos olhos de Sutter (2011), a China continuará a afirmar publicamente a necessidade de manter os laços comerciais e de uma diplomacia tranquilizadora no Sudeste Asiático, ao mesmo tempo em que defenderá suas pretensões territoriais e construir capacidades militares para tais fins.

Em suma, a China parecia não estar preparada para permitir que as disputas com os Estados Unidos sobre o Mar da China Meridional, Mar Amarelo, e assuntos afins aumentassem de forma a poder prejudicar gravemente as relações EUA-China. O Presidente Hu Jintao e outros líderes chineses fizeram um grande esforço em receber enviados dos EUA de posição inferior, e transmitiram uma forte mensagem pública de confiança de que a China iria manter um envolvimento positivo com os Estados Unidos. (SUTTER, 2011, p. 15).

Em 2011, o clima voltou a ficar pesado devido ao acordo militar entre EUA e Austrália, numa leitura de Washington acerca da crescente instabilidade no mar da China Meridional por conta das disputas territoriais de Pequim com Filipinas e Vietnã pelas Ilhas Spratly – supostamente rica em petróleo. O acordo garante a presença de militares da Marinha dos EUA na base de Roberson Barracks, ao norte da Austrália. A China, por sua vez, considera que as pendências territoriais no Mar da China devem ser resolvidas entre os países envolvidos, em discussões multilaterais, em particular entre os países do leste da Ásia, pois conforme comentário do primeiro-ministro chinês Wen Jiabao, “as forças estrangeiras não devem utilizar nenhuma desculpa para interferir nas divergências”, em uma clara referência aos Estados Unidos (DEFESANET, 2011a).

Esta seria a presença militar americana mais próxima geograficamente ao sul da China, cujo enorme investimento militar dos últimos anos é visto pelos EUA com preocupação. Ao mesmo tempo, sua posição geográfica a manteria afastada dos mísseis chineses de última geração, capazes de alcançar as bases militares americanas em Okinawa (Japão) e Guam, no Pacífico ocidental. (DEFESANET, 2011b).

Neste sentido os EUA buscam manter sua presença militar na região Ásia/Pacífico através da Austrália, objetivando contrabalançar a influência da China nesta porção do globo. Obama expôs a “decisão estratégica e deliberada” de fazer dos EUA um importante

protagonista e ser um contrapeso cada vez de maior influência militar e econômica da China no Pacífico, apesar dos apertos orçamentários (DEFESANET, 2011c).

Mas o clima ainda é amistoso entre os dois gigantes, conforme as palavras do presidente Obama: “Vamos buscar mais oportunidades para cooperar com Pequim, incluindo uma maior cooperação entre nossos militares para facilitar a compreensão e evitar más avaliações” (DEFESANET, 2011d).

Na análise de Bolton, é improvável um conflito entre os países devido às suas interdependências econômicas. O autor, através das palavras de Ferguson (2004), afirma que esses dois impérios possuem o ar de parceiros econômicos, a única questão é saber qual dos dois é o mais dependente. E ainda, que a elite empresarial nos EUA está totalmente ligada aos interesses de expansão econômica da China (BOLTON, 2011).

2.3 O Desafio de Novas Parcerias Estratégicas da China

A China desempenha atualmente um papel de grande importância na Ásia, e alavancada por seu desenvolvimento econômico, projeta expandir sua influência para fora de sua área de influência imediata no Sudeste Asiático, e assim aumentar seu leque de parcerias estratégico-militares.

Em 2009, Xu Qiliang, membro da Comissão Central Militar e comandante da Força Aérea do Exército de Libertação Popular (PLA), reuniu-se diversas vezes com Air Marshal Rao Qamar Suleman, chefe do Estado Maior da Força Aérea do Paquistão. As reuniões objetivavam uma maior cooperação entre os países, os quais possuem um ótimo relacionamento histórico⁵. Suspeita-se que é a China quem repassou ao Paquistão a tecnologia para a bomba nuclear, objetivando a contenção da Índia através do fortalecimento do país rival. Por sua vez, o governo estadunidense reconheceu oficialmente o programa nuclear indiano, atitude considerada pelos chineses como uma estratégia de cerco à China.

O ministro de Defesa da China, Liang Guanglie se mostrou satisfeito com o desenvolvimento dos laços militares bilaterais com o Paquistão, porque as duas forças armadas haviam realizadas frequentes visitas de alto nível, além de uma cooperação crescente

⁵ Em 29 de junho, Xu Qiliang e Suleman conversaram sobre a cooperação das forças aéreas de ambos os países: *Xu Qiliang said that the PLA Air Force and Pakistani Air Force have been maintaining friendly cooperative ties all along. The PLA Air Force is willing to work together with the Pakistani Air Force to strengthen the contacts between the air forces of the two countries in all fields and at all levels, so as to further promote the development of the relations between the two air forces Xu Qiliang meets chief of staff of Pakistani Air Force.* (CHINA MILITARY ONLINE, 2009a).

nas áreas de treinamento de pessoal, exercícios militares conjuntos e combate ao terrorismo (CHINA MILITARY ONLINE, 2009b). Os dois países julgam esta parceria como fundamental para a manutenção da paz e a estabilidade regional.

O fortalecimento do Paquistão por parte da China assegura um aliado na defesa dos interesses centrais chineses na Ásia, como a contenção da Índia, e a neutralização do apoio à independência de Taiwan e Tibete, entre outros. O ministro da Defesa do Paquistão, Chaudhry Ahmed Mukhtar, durante visita à Pequim em 17 de julho de 2009, afirmou que o Paquistão sempre ficará ao lado da China contra qualquer tentativa de sabotagem a soberania chinesa ou ameaça de sua integridade territorial.

Entretanto, um evento veio a testar a solidez da aliança entre China e Paquistão. A morte de Bin Laden em 02 de maio de 2011, em uma missão de assassinato de forças especiais norte-americanas em solo paquistanês, sem autorização das autoridades locais. O evento ampliou os temores de Islamabad em relação a um eventual ataque em larga escala contra o Paquistão. A solução natural foi a tentativa de convencimento de Pequim da instalação de uma base naval no litoral paquistanês, o que foi recusado pelo governo chinês. Em dezembro de 2011, novo incidente provocou a morte de soldados paquistaneses em um ataque de VANT da OTAN, com Islamabad ordenando a retirada da base norte-americana na região.

A Mongólia também participou da aproximação chinesa nos quesitos de desenvolvimento da cooperação econômica, comercial e militar, e o país em seus encontros, reiterou a adesão da Mongólia à política de Uma Só China (CHINA MILITARY ONLINE, 2009c). O valor político da Mongólia está no tamponamento de parte significativa da fronteira com a Rússia.

Ainda em 2009, China e Rússia solidificaram uma relação que se iniciou em 2005, com o objetivo de realizarem exercícios antiterroristas (a “Missão de Paz-2009”), e assim reforçando a cooperação militar e da parceria estratégica sino-russa. O treinamento começou no dia 22 de julho, e as duas forças armadas enviariam cerca de 1.300 homens de cada exército, além do apoio da Força Aérea de ambos os países (CHINA MILITARY ONLINE, 2009d).

[...] em anos recentes Rússia e China tem desenvolvido relações comerciais e diplomáticas. Mais significativamente, a Rússia tem sido a principal fornecedora de armas da China (seguida de Israel). Líderes chineses e russos têm buscado acordo em face do que eles consideram uma hegemonia global americano seguida ao colapso do bloco soviético. (BOLTON, 2011).

A China também avança em direção à Europa com acordos de cooperação militar com Ucrânia e Sérvia. E no dia 13 de julho, Liu Yongzhi, vice-diretor do Departamento Político Geral do PLA, reuniu-se com o Ivan Dobrev, chefe do Estado Maior do Exército Búlgaro, para tratarem dos assuntos de cooperação (CHINA MILITARY ONLINE, 2009e).

Na América Latina, o Equador iniciou um acordo diplomático com o gigante asiático ainda na década de 1980. Em encontro no dia 09 de julho de 2009, em Pequim, Chen Bingde, Chefe do Estado-Maior Geral do PLA, afirmou com Fabian Varela Moncayo, Chefe do Comando Conjunto das Forças Armadas do Equador, que os países não tinham conflito de interesses, facilitando avanços nos laços militares e o reforço do intercâmbio bilateral e cooperação (CHINA MILITARY ONLINE, 2009f).

O Brasil e o Chile também fazem parte da agenda chinesa na América Latina. Com o país andino, as relações da China se iniciaram na década de 70, e em 2005 foi o primeiro país da América Latina a assinar um acordo de livre comércio com o governo chinês. Em 16 de julho de 2009, os representantes dos respectivos países prometeram realizar intercâmbios de suas forças policiais.

A presença econômica e diplomática chinesa numa região que era área de exclusiva influência ocidental demonstra que mais reviravoltas nas relações sino-americanas podem acontecer em breve.

2.4 As Relações Sino-Brasileiras: Novos Parceiros Estratégicos?

Com o Estado brasileiro, a aproximação diplomática com a China se inicia na década de 1970, ainda durante o regime militar brasileiro de direita e alinhado à Washington:

No entanto, deve-se reconhecer que, antes mesmo do 15 de agosto de 1974, o Embaixador Carlos Antonio Bittencourt Bueno— ilustre estagiário da turma de 1971, que veio a ser membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra em 1972, sendo a seguir Chefe da Divisão de Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no período de 1973 a 1975, e como tal desempenharia um papel no estabelecimento de relações Brasil China - defendera, em trabalho apresentado à Escola Superior de Guerra, a tese de que o Brasil deveria estabelecer um relacionamento bilateral com a China. (CABRAL FILHO, 2006, p. 50).

A aproximação para cooperação e intercâmbios bilaterais entre Brasil e China é anterior ao reconhecimento diplomático entre ambos os países. E desde a primeira visita de

um presidente brasileiro à China, em 1984, os dois países passam a assegurar, em grau máximo, a cooperação bilateral (CABRAL, 2000) em que pese

[...] diferenças em relação aos sistemas políticos, ambos, Brasil e China demonstraram similaridades em alguns princípios de política externa, principalmente a determinação em assegurar a autonomia internacional, sua ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. (OLIVEIRA, 2004, p. 12).

Em 1987, o jornal O Globo publica a compra de cerca de 60 a 110 caças chineses modelo F-7M, pelo Brasil para equipar a Força Aérea Brasileira, mas ao contrário do que foi publicado, a compra seria de 30 caças.

Conforme as informações foram surgindo, percebeu-se que não se tratava apenas de uma simples compra de prateleira. A eventual aquisição do “Airguard” fazia parte de um amplo acordo na área aeroespacial entre os dois países, envolvendo outros produtos. Especulava-se que o negócio envolveria a venda, ou até mesmo a produção sob licença, de alguns modelos de aeronaves da Embraer em território chinês como o EMB-120 Brasília e o EMB-312 Tucano. (PODER AÉREO, 2010).

O ano de 1999 trouxe consigo um importante evento que reafirmou esta aproximação estratégica entre os países, o lançamento do satélite sino-brasileiro de levantamento dos recursos da Terra (CBER) de fabricação conjunta entre as partes por um foguete chinês da série Longa Marcha, mostrando o resultado da cooperação científica de ambos.

A construção e o lançamento exitoso do satélite sino-brasileiro permitiu aos dois países romperem o monopólio dos EUA e da União Européia – UE – no domínio da técnica do monitoramento dos recursos da terra, acontecimento que, além de introduzir o Brasil na era espacial, demonstra a possibilidade de união e solidariedade dos países do mundo em desenvolvimento na exploração comum dos recursos do espaço e na aquisição dos avanços da mais alta ciência e tecnologia. (CABRAL, 2000, p. 28).

Em 2002, é anunciado um acordo de produção de aviões da Embraer em território chinês através de uma parceria com a estatal chinesa AVIC, com fabrica no nordeste da China, na cidade de Harbin. A parceria produzia o avião de 50 lugares modelo ERJ-145, porém atualmente essa demanda está esgotada nesse país. Agora a intenção é fabricar o jato E-190, para até 120 passageiros.

A China foi o segundo maior mercado da Embraer em 2010 com 9,3% das exportações da empresa, no valor de US\$ 368,4 milhões. O país também é o mercado de aviação que cresce mais rapidamente em todo o mundo (DEFESANET, 2011a).

O gigante chinês necessita utilizar os recursos de outros países para o treinamento de seus pilotos. Pois até o segundo semestre de 2011, apenas quatro países possuíam porta-aviões capazes de lançar e recuperar aviões de asa fixa, sendo eles: EUA, Rússia, França e Brasil. A China por vez conseguiu adquirir apenas neste ano o seu porta aviões batizado de Hsi-Lang.

Bertonha (2008, p. 3) alega que “desde os anos 1980 (...) os chineses estão fazendo experiências com porta-aviões, tendo adquirido um antigo da Austrália e três da antiga União Soviética. Foram todos ou desmontados ou transformados em atração turística, mas antes, os chineses os estudaram com cuidado”. Segundo o site Defesamet (2011b):

Uma fonte do Ministério da Defesa do Brasil confirmou ao Correio que os chineses receberam um pouco do conhecimento brasileiro em porta-aviões. Um oficial da Marinha viajou à China após o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, assinar um tratado de cooperação com aquele país, em novembro de 2009. Os chineses estavam interessados em entender como se administra o tráfego de aeronaves na pista dos porta-aviões, verdadeiros aeroportos flutuantes.

De acordo com artigo do IPRIS (Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança), de janeiro de 2010, o Brasil irá continuar à cooperar com a China para o treinamento de pilotos, devido a:

European Union regulations prohibit France from allowing Chinese personnel to train on its ships; Russia is on rocky terms with China over allegations that the Chinese have illegally copied fighter jet technology, and so the Russian military is wary of any military cooperation with China in the near future that might expose technical data; and the United States views China as an aspirant to superpower status and a threat to its global military supremacy, especially in Asia and with particular concern for Taiwan. This left Brazil, China's partner in the BRIC (Brazil, Russia, India and China) group, as the only option. (IPRIS, 2011).

O Estado brasileiro atualmente possui um porta-aviões comprado da França em 2000, rebatizado de “São Paulo”. Desde 2005, ele está inativo por problemas estruturais, sendo levado em doca seca para manutenção e solução de problemas. Estima-se que o “São Paulo” deverá estar pronto na próxima década para a utilização não só de pilotos brasileiros,

mas também chineses. O Brasil espera que o acordo de treinamento com a China traga prestígio militar, quem sabe reconhecimento enquanto pólo de poder regional, e reforço de seu pleito de entrada no Conselho de Segurança da ONU, e claro, estreitar ainda mais sua relação com a China. De acordo com o site Poder Naval (2010):

independentemente dos resultados a longo prazo, o acordo dá um sinal claro ao mundo que o equilíbrio global de poder está mudando, não só economicamente, mas também militarmente, pois os grandes países emergentes do grupo BRIC procuram traduzir o poder fiscal em capacidades de projeção de força.

De acordo com o site de assuntos militares e geopolíticos Defesanet, atualmente em 2011, Brasil e China deram início às atividades de aproximação estratégico/militares a partir de 16 de novembro.

O Ministério da Defesa brasileiro recebe, a partir de hoje, a comitiva da República Popular da China, para discutir temas relacionados à transferência de tecnologia, intercâmbio estratégico, atuação em missões de paz e cooperação industrial [...] Os encontros incluem discussões sobre cooperação na área de construção de meios navais, desenvolvimento conjunto de armamento, mísseis superfície-ar de média altitude e torpedos pesados e minas de fundo [...] Os grupos de trabalho apresentarão possibilidades de intercâmbio acadêmico entre os institutos de tecnologia, desenvolvimento conjunto de pesquisa científica, cooperação em atividades espaciais e projeto e desenvolvimento de veículos de lançamento e de satélites. (DEFESANET, 2011c).

As relações comerciais bilaterais continuam sólidas em razão da expansão dos mercados chineses. Como denota Fiori (2007), somente em 2006 as vendas chinesas para o Brasil cresceram 53%, enquanto que as exportações brasileiras para a China cresceram 32%. As relações comerciais entre Brasil e Ásia neste ano, passaram a superar as relações com os parceiros tradicionais do Brasil como EUA e Europa.

Em síntese: a mudança das relações econômicas entre a Ásia, a África, e a América Latina, lideradas pela China e pela Índia, é um fato de enorme importância no redesenho econômico do sistema mundial, as relações entre os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (que antes se chamavam de terceiro mundo) adquirem uma densidade material importante e expansiva, com capacidades de gerar interesses concretos, no mundo do capital e do poder. Quase no mesmo espaço onde floresceram no século XX as ideologias terceiro-mundistas e o movimento dos países “não-alinhados”. (FIORI, 2007, p. 99).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica, a China foi um dos países de maior índice de Investimento Direto Estrangeiro no Brasil em 2010.

No primeiro trimestre deste ano, o total de IDE chinês ingressado no país já atingiu 6,1% do total de ingressos, ou US\$ 359 milhões, ocupando assim a quinta colocação no ranking dos países com maiores volumes de ingressos de IDE no Brasil em 2010. A depender da expansão dos afluxos de investimentos diretos chineses, essa tendência deverá ter continuidade. (BOLETIM SOBEET, 2010).

Porém, Galvão (2008) aponta uma razão maquiavélica oculta nas políticas chinesas: a possibilidade de intervenção no espaço amazônico. Para o autor, os argumentos se baseiam em três pressupostos:

a) que a parceria estratégica Brasil-China é um simulacro, uma invenção de alguns setores sociais (academia, governo e empresariado); b) que a intervenção chinesa no espaço amazônico já está em curso e faz parte da grande estratégia de política externa do país; c) que a intervenção chinesa prevê diferentes modalidades de atuação (econômica, financeira, comercial, estratégica, militar e humana), mas desconsidera o caráter de intervenção armada e uso da força militar para atingir objetivos. (GALVÃO, 2008, p. 28).

Segundo o autor, com a China buscando erguer seu império global e com a aproximação chinesa nos continentes africano e asiático, em busca de matérias-primas já se evidenciam projetos geopolíticos concretos como petróleo e energia nuclear, além de econômicos. A China estaria prospectando agora o espaço sul-americano, suas possibilidades e oportunidades econômicas e caráter político-estratégico (GALVÃO, 2008). Essa estratégia chinesa para se inserir no espaço amazônico se desdobraria em três flancos: “Brasil, Venezuela e Guiana, e teria como objetivos primordiais garantir o suprimento energético para o país, ampliar os contatos comerciais e os mercados para os produtos chineses de baixo custo, dar visibilidade a dimensão global de sua política exterior” (GALVÃO, 2008, p. 30).

O autor prossegue, afirmando que a fixação de enclaves comerciais com países em desenvolvimento, principalmente em regiões fronteiriças, ocupa o mais alto patamar das preferências chinesas, pois “é possível maximizar os lucros advindos da reexportação de produtos manufaturados com carga tributária reduzida” (GALVÃO, 2008, p. 30).

Apesar de exageros de teorias conspiratórias, é certo que o realismo político prepondera nas relações internacionais e a China evidentemente visa atender seus próprios interesses nacionais. Mas ainda é cedo para afirmarmos se a aproximação com a China é benéfica ou maléfica para o desenvolvimento e a ascensão do Estado brasileiro no cenário internacional.

3 A EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO BRASILEIRA DE SEGURANÇA DIANTE DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Historicamente, a América Latina esteve fadada aos interesses estrangeiros das potências ocidentais, num primeiro momento submetida às metrópoles colonialistas europeias, num segundo momento orbitando os Estados Unidos.

Em meio às ondas de descolonização política do continente, os Estados Unidos com a implementação da Doutrina Monroe em 1823 anunciaram sua intenção de hegemonia sobre a América Latina. De acordo com Schoutz (2000, p. 325, apud PAGLIARI, 2004, p. 33), “os Estados Unidos se concederam o direito de intervenção militar preventiva [na América Latina], não para implementar as reivindicações de seus cidadãos, mas para impedir intervenção européia”, conhecido por Corolário Roosevelt, lançado em 1904.

Para os Estados Unidos, a periferia da América tornara-se sua zona de ação e influência imediata, estando diretamente ligada à sua segurança nacional (PAGLIARI, 2004). Na concepção de Pecequillo (2003, p. 64), “os Estados Unidos consideravam que, em havendo uma ameaça ao hemisfério, esta seria uma ameaça aos seus interesses: segurança militar, política e econômica”. A intenção era retirar do cenário latino-americano as antigas metrópoles europeias, evitando novas pressões neocolonialistas.

Na década de 1930, os EUA procuram se desvincular de novas intervenções no subcontinente, inaugurando a política da “boa-vizinhança”, que perdura até 1945, devido às mudanças que ocorrem no cenário internacional com a emergência da Guerra Fria.

3.1 O Plano de Segurança Hemisférico da Guerra Fria: o Caso do TIAR

Já anteriormente à Guerra Fria, o plano de Segurança Hemisférica criado pelos Estados Unidos visava uma estratégia de defesa comum ao continente; mas essa estratégia se estende ao período bipolar, objetivando manter afastada a “ameaça comunista” e controlar as subversões internas na região.

As bases institucionais deste sistema foram estabelecidas em 1942, porém, a adoção de mecanismos comuns de segurança e defesa foi sendo delineada a

partir de 1936, quando na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, foi aprovada a Declaração de Princípios de Solidariedade e Cooperação Interamericana, com o intuito de considerar que cada ato suscetível de perturbar a paz da América seria um ato que afetaria cada uma e todas as repúblicas americanas. (PAGLIARI, 2006, p 28).

Em 1942 é criada a Junta Interamericana de Defesa (JID)⁶, através da Conferência do Rio de Janeiro: “Este órgão ficaria então encarregado de planejar a defesa do hemisfério de agressões extra-hemisféricas, ou seja, caberia preparar gradualmente as repúblicas americanas para a defesa do continente, mediante a realização de estudos e a recomendação de medidas para este fim” (PAGLIARI, 2006, p 28).

Em 1945, na Cidade do México, os países americanos se reúnem para discutir os problemas da guerra e a preparação da paz, com a declaração da “Assistência Recíproca e Solidariedade Americana”, resultando na assinatura da Ata de Chapultepec⁷. Com a divisão do planeta em dois blocos antagônicos de poder durante a Guerra Fria, então “os estrategistas do Pentágono trataram de elaborar uma doutrina que pudesse não só justificar a ação norte-americana em todo o planeta, em se tratando de barrar a União Soviética, mas também que desse aos seus militares a orientação de como agir” (GIANNASI, 2011, p. 87), fundando sua nova Doutrina de Segurança Nacional⁸.

Devido ao tensionamento do cenário internacional, os Estados Unidos criaram o National War College, em 1946. Este se orientava, de acordo com Gurgel (1975), nitidamente para o problema da preparação da guerra, pois o temor da Terceira Guerra Mundial entre as duas potências era muito relevante.

O diplomata e cientista político norte-americano George Frost Kennan formula as novas bases da estratégia militar dos Estados Unidos, apostando no caráter absoluto do poder naval norte-americano (algo já destacado por N. Spykman). É a partir da projeção do poder

⁶ Posteriormente em 1962, a JID fundou o Colégio Interamericano de Defesa (CID), os dois órgãos possuíam a responsabilidade de elaboração de questões militares, como estratégias e planos, fossem de combate ou logístico.

⁷ O Tratado de Chapultepec trazia uma discriminação em relação à Argentina, devido a sua política de neutralidade na Segunda Guerra Mundial e seu regime simpático aos regimes totalitários europeus, o que significava uma ameaça aos interesses do grande capital e ao avanço do liberalismo estadunidense (CASTRO, 1994).

⁸ Na concepção do padre Comblim (1978, p. 106-107), o conceito de segurança nacional ganhou elevado destaque neste período, ao representar “um símbolo, e está carregada de todos os valores místicos do próprio Império. Pois existe uma mística de segurança nacional. Apaixonada, violenta, intolerante, como toda a mística. Uma mística que pode chegar a um encantamento. Aliás, a força deste encantamento foi transmitida à América Latina. A expressão ‘segurança nacional’ é o encantamento que interrompe qualquer discussão, que dá a palavra final, que serve para calar qualquer objeção e questionamento. Uma vez invocada a segurança nacional, todos se calam.”

marítimo dos EUA, que Kennan esperava deter o avanço comunista soviético nas regiões costeiras estratégicas da “ilha mundial” eurasiática.

Veio da oficialização deste conceito a teoria da estratégia de contenção de Truman e as variadas ações diplomáticas e militares de valorização estratégica das chamadas *fringe areas*, que resultaram na participação dos Estados Unidos no Pacto do Atlântico, na pressão diplomático-militar sobre a Grécia e Turquia, no engajamento militar nas guerras da Coreia e do Vietnã, no Tratado do Sudeste Asiático e em outras iniciativas de menor vulto. (MATTOS, 2002, p. 25).

Kennan lançou suas ideias no livro *Containment Theory*, em 1947, mesmo ano em que Herry Truman pronunciaria seu famoso discurso de comprometimento na contenção do avanço comunista na Europa e no mundo. Por esta razão, a estratégia de contenção ao comunismo ficou conhecida por “Doutrina Truman” embora fosse de autoria de G. Kennan, a qual assegurava o direito de intervenção militar dos Estados Unidos em qualquer país aliado que sofresse uma agressão soviética ou ameaça de conflitos internos de caráter ideológico.

A doutrina militar voltada à segurança nacional dos EUA deveria ser repassada ao mundo como de interesse geral dos países não-comunistas, e em especial da América Latina. Os objetivos estratégicos estadunidenses para a América Latina, de acordo com Lanus (1984 apud VELLOZO JÚNIOR, 2004, p. 53), eram:

- A padronização da doutrina, do treinamento militar e das armas utilizadas pelos países latino-americanos;
- A manutenção da paz e estabilidade no continente;
- A continuação do fluxo de materiais estratégicos a partir da América Latina;
- O acesso às bases aéreas e navais na América Latina e a formação de um sistema integrado para a defesa continental;
- O treinamento de oficiais latino-americanos em institutos militares dos Estados Unidos;
- Evitar toda desnecessária diversificação de recursos militares a serem entregues para o continente;
- A continuação das relações militares bilaterais “especiais” com o México e o Brasil.

Também em 1947, é assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), também conhecido por Tratado do Rio, o qual era um acordo regional que terminava por garantir a implementação da Doutrina Truman na América Latina, institucionalizando o

acordo de segurança hemisférica⁹: “A Ata de Chapultepec, a que a Argentina aderiu ainda em março de 1945, precisamente no dia 27, ao declarar o rompimento de relações com a Alemanha e o Japão, foi à célula-mater do TIAR” (CASTRO, 1994, p. 287-289). Também os ataques alemães a navios aliados na costa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, fortaleceram uma base propícia para o estímulo de um acordo de cooperação militar interamericano (PENHA, 2011).

O Brasil foi um dos primeiros países a aderir à aliança, cedendo a cidade do Rio de Janeiro para sediar o encontro. Mas Pagliari (2004, p. 39) afirma que “países como Argentina e Colômbia questionavam o futuro do subcontinente, percebendo a força avassaladora assumida pelos EUA no continente”. Entretanto,

nesse momento, as alianças da guerra estavam desfeitas e a URSS era considerada uma força agressiva em busca de expansão. O tratado configura-se, então, como um pacto de segurança e defesa coletiva, e, ao invés de acordos bilaterais, estabelece um acordo de assistência militar mútua multilateral contra ameaças externas; que recomenda aos Estados o uso de métodos pacíficos de solução de conflitos, condenado o uso da força ou o recurso à guerra. A sua idéia era a da formação de uma frente comum em caso de ataque a qualquer membro, invocando o exercício imaneente da legítima defesa individual ou coletiva. (PAGLIARI, 2006, p. 29).

Os países latino-americanos teriam a missão da manutenção da ordem interna e de auxílio às forças armadas norte-americanas sempre que pudessem facilitar suas intervenções, enquanto aos Estados Unidos caberia a defesa militar da região. Assim, no caso de uma agressão de origem externa, as forças armadas latino-americanas, devido à sua baixa projeção de poder militar, serviriam apenas como primeira linha, até que chegassem as tropas estadunidenses para garantir a segurança.

[...] em suma, o TIAR é uma aliança militar, mas não pressupõe a existência de um comando militar unificado. Dessa forma, há o reconhecimento da defesa dos Estados membros em caso de ataque externo ou de conflito intra-hemisférico, mas não existe um aparelho militar próprio, autônomo, que operacionalize qualquer intervenção nas Américas. (VELLOZO JÚNIOR, 2004, p. 51).

⁹ O arcabouço dos mecanismos de segurança e defesa do continente teria continuação em 1945 quando, na Nona Conferência Interamericana realizada em Bogotá, na Colômbia, formou-se a OEA – sucessora da União Pan-americana - qual ficaram consagrados os princípios fundamentais para a segurança coletiva (PAGLIARI, 2004 p. 49).

O geógrafo Nicholas Spykman, seguidor da Doutrina Monroe, apoiava o imperialismo “benévolo” dos EUA no subcontinente em caso de algum ataque de atores exógenos.

Para afirmar o poderio norte-americano no continente, Spykman propôs como estratégia inicial o que ele denominou de “cooperação econômica pan americana”, conjugado a um único sistema de defesa continental. Para este sistema, ele elaborou a teoria das fimbrias marítimas, na qual propugnava a instalação de bases protetoras ao redor de todo o continente americano, em particular o Atlântico, onde se instalariam bases marítimas avançadas, formando um cordão protetor (o cordão sanitário) que desse tempo aos EUA para entrar em alerta no caso de agressão. (PENHA, 2011, p. 79-80).

O acordo do TIAR significou na realidade, “a abdicação, por parte dos exércitos dos países signatários da responsabilidade máxima de tomar a iniciativa da defesa de seus territórios, em caso de conflito com a União Soviética” (GIANNASI, 2011, p. 95), colocando-os em uma posição subalterna aos exércitos dos EUA.

Durante a segunda metade dos anos de 40 até o início da década de 1960, as movimentações políticas estadunidenses sempre objetivavam criar um “guarda chuva” sobre as Américas que, diante da confrontação bipolar da Guerra Fria anulasse os riscos e ameaças soviéticas no Hemisfério. Desse modo, o caminho encontrado pela potência norte-americana foi de estabelecer mecanismos de segurança e defesa próprios e institucionalizados para toda a região. (VELLOZO JÚNIOR, 2004, p. 54).

Castro (1994) coloca que a zona de segurança inicialmente proposta no Artigo 4º, possui pontos de amarra no Alaska e Groelândia, deixando de fora no Hemisfério Sul algumas áreas reivindicadas pela Argentina, como os arquipélagos subantárticos e a própria Antártica:

A área definida pela Declaração do Panamá só atingia o hemisfério austral até 58 graus de latitude sul, incluindo os meridianos de 57 e 80 graus de longitude oeste, equivalendo, portanto, apenas a inclusão da Passagem de Drake. Conseguida a ampliação dos limites da zona de segurança, o TIAR atingiu o pólo sul e, conseqüentemente, criou-se a Antártica Americana. (CASTRO, 1994, p. 289).

No plano interno aos países latino-americanos, as políticas e ações que fossem julgadas hostis aos interesses estadunidenses deveriam provocar a derrubada do governo, fossem democráticos ou autoritários, corruptos ou não (GIANNASI, 2011), pois o foco central se tornara o expurgo da influência comunista. Rosas (2003), nas palavras de Portugal

(2006, p. 50) revelam que um estudo publicado pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) mostra que:

[...] entre 1948 e 1980, o TIAR atuou em 21 situações específicas no hemisfério ocidental. Destas, 10 produziram-se pela existência de problemas territoriais (por exemplo, a crise entre Nicarágua e Costa Rica em 1948; a disputa entre Haiti e a República Dominicana em 1950; e o diferendo entre El Salvador e Honduras em 1969, entre outros); sete, ou seja, a terceira parte teve fundo a luta contra o comunismo (a ver o caso de Guatemala em 1954, do Peru e Colômbia em 1961; e da Venezuela em 1963); e quatro relacionaram-se com a subversão e as ações de um Estado para desestabilizar outro, sem que ele se adjudicasse ao comunismo.

Mesmo submissos à política de segurança dos EUA diante da formalidade do TIAR, o Brasil não deixou de fundar sua própria instituição para tratar dos assuntos estratégicos do país. Inspirados pelo National War College, militares brasileiros criaram a Escola Superior de Guerra, em 1949, responsável pela formulação da doutrina de segurança nacional brasileira.

Assim, pela Lei Nº 785, de 20 de agosto de 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra, um Instituto de Altos Estudos, diretamente subordinada ao Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, destinada a desenvolver e a consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de assessoramento e direção superior e para o planejamento do mais alto nível. Inicialmente, apenas para militares, para em seguida incorporar aos seus quadros setores da elite nacional para juntos, civis e militares, estudarem o Brasil. (ESG, 2011).

Porém, enquanto a National War College se dedicava apenas aos assuntos militares:

o currículo da entidade brasileira, ao contrário, abrangia um horizonte bem mais amplo, por considerar que a questão da segurança nacional brasileira dependia de outros fatores que não apenas os de caráter bélico [...] Contemplaria igualmente outros conteúdos, entre eles os temas sociais, políticos, econômicos, educacionais, uma vez que desde os primeiros anos essa escola de pensamento militar entendeu que a segurança brasileira não podia ser vista separadamente do desenvolvimento econômico e da situação social do Brasil. (GIANNASI, 2011, p. 108-109).

Os EUA estabeleceram sua influência na porção periférica do continente “no plano militar: através de reuniões dos chefes militares, dos programas de ajuda militar ou venda de armas e através do treinamento de oficiais e de outros especialistas em suas escolas militares”. (COMBLIN, 1978, p. 134). Entretanto, o desenvolvimento econômico não fazia parte do

repertório estadunidense, ainda que fosse vital para uma região em posição periférica no cenário internacional como a América Latina.

Além do TIAR, os EUA através do Programa de Assistência Militar (PAM), de 1952, instituído pela Lei de Segurança Mútua, forneciam armamentos para os países da região, através da ratificação de um acordo de assistência mútua entre o país hegemônico e a nação interessada. Na afirmação de Comblin (1978), no período entre 1952 e 1955, doze países latino-americanos mantinham pacto militar com os EUA, a Argentina foi o último, iniciando em 1964.

Guimarães (1987 apud PENHA, 2011), revela que entre estes equipamentos estavam os materiais excedentes da Segunda Guerra, como navios e sobressalentes comprados a preços modestos. Por outro lado, para Comblin (1978), o envio desse material bélico ajudou os EUA a se desfazerem dos equipamentos antiquados e, ao mesmo tempo, provocar a dependência dos países da região no setor bélico, pois a necessidade de fazer manutenções dos materiais trazia consigo a precisão de um treinamento, significando em técnicos americanos.

A partir da década de 1960, as diretrizes e preocupações dos EUA sobre a segurança hemisférica tomaram um novo rumo, impulsionado pela revolução cubana de 1959, que tornou Cuba uma “vitrine de propaganda” do comunismo na América, logo depois agravada pela crise dos mísseis cubanos de 1962. Vellozo Júnior (2004) mostra que os EUA passam a temer a expansão do comunismo a partir de núcleos da própria região, em substituição à visão da ameaça exógena.

Em consequência, a região vivencia uma onda de regimes militares de direita, monitorados e impulsionados por Washington para controlar subversões internas e lutas de cunho revolucionário: “A opção por regimes ditatoriais deveu-se ao entendimento, por parte dos EUA, de que esses governos poderiam agir de maneira mais eficiente, inclusive, de que regimes democráticos, contra a ameaça comunista” (PAGLIARI, 2004, p. 40).

No Brasil, a Política Externa Independente (PEI) aplicada por Jânio Quadros em 1960, foi vista pelos EUA como um modo de subversão aos seus interesses, resultando no golpe militar no ano de 1964. A nova orientação político-diplomático do Estado brasileiro a partir do golpe seria determinada pela ESG, onde o General Golbery do Couto e Silva se apresentava como principal articulador estratégico.¹⁰ As decisões governamentais que diziam respeito à política externa brasileira, foram deslocadas para o espaço restrito do Conselho de

¹⁰ Seu pensamento geopolítico aparece ainda em livro do final dos anos 50, intitulado “Geopolítica do Brasil”, e publicado em 1967.

Segurança Nacional, concentrando nos militares a responsabilidade do poder decisório da política externa.

O general Golbery ambicionava inserir o Brasil na estratégia militar de defesa do bloco ocidental, ainda que não se contendo em ficar inteiramente debaixo do “guarda-chuva” estadunidense. Para o autor, o Brasil não estava totalmente imune às ameaças externas, e sua fragilidade nas estruturas internas, o expunha de modo permeável ao eixo Moscou-Pequim. Neste sentido, Golbery almejava que Washington reconhecesse a importância brasileira na estratégia atlântica de confronto com o mundo comunista.

Admitida essa importância, deveriam os Estados Unidos cooperar no sentido de promover o fortalecimento da economia nacional e, também e principalmente, preencher as enormes carências nacionais de instrumentos de defesa. Cumprido esse programa, teriam os Estados Unidos reforçado o território sul-americano contra os inimigos externos e internos e, ao mesmo tempo, protegido o Atlântico Sul e a África Meridional, outro ponto vulnerável da estratégia global do Ocidente. (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 214).

3.1.1 O papel brasileiro na segurança hemisférica: a defesa do Atlântico Sul

Assim como os EUA se apoiavam na teoria de Mahan acerca do domínio das rotas marítimas, os soviéticos teriam pouco mais tarde seu geopolítico do poder naval, Sergei Gorshkov, cujas ideias foram expressas no livro “O Poder Marítimo do Estado”, de 1979. O geopolítico soviético afirma a importância das forças navais atuarem em todas as rotas, estreitos e passagens oceânicas. Sendo assim, mesmo que a força naval russa tenha começado a se desenvolver apenas a partir da década de 50, foi a um ritmo muito acelerado, Gorshkov buscava advogar a presença soviética em todos os mares do mundo: “no Mediterrâneo em 1966 e 1967 por ocasião da Guerra dos Seis Dias; no Índico em 1968 graças às facilidades acordadas com a Índia; em 1969 nas Caraíbas; e na década de 1970 na África Ocidental e Austral” (GORSHKOV, 1979 apud PENHA, 2011, p. 77).

A entrada da URSS no Atlântico Sul, a partir da costa da África, se deu através do processo de descolonização, mais especificamente com a independência da Guiné Equatorial, em 1958 (PENHA, 2011).

De acordo com Penha (2011), os objetivos soviéticos imediatos eram o isolamento da África do Sul, resultando no domínio geopolítico do cone sul africano e no controle da passagem dos oceanos Índico - Atlântico, atrapalhando a atuação dos navios petroleiros provindos do Oriente Médio. Os soviéticos “através de suas bases no eixo Angola/Moçambique/Novozarskaia (na Antártida) e por meios de seus submarinos nucleares, tinham condições de atacar embarcações ocidentais que patrulhavam as rotas marítimas na passagem Cabo da Boa Esperança, valendo-se da estratégia do ‘flexamento das rotas’” (CASTRO, 1997 apud PENHA, 2011, p. 86).

Segundo Penha (2011), o Brasil desde os períodos de 1940-1950 já incorporava a dimensão Atlântica através da Doutrina de Segurança Nacional importada dos EUA, e com o regime militar e seus sonhos geopolíticos de projeção mundial, este pensamento se acentuou gradativamente. O geopolítico militar brasileiro Carlos de Meira Mattos (1980), defendia a ideia de que o Brasil possui um posicionamento chave nesta porção do oceano. Pois em termos geográficos, o Estado brasileiro se projeta no Atlântico Sul “na sua parte mais estreita, chamada por Roosevelt de ‘ponte de estratégica Natal-Dakar’ e, além disso, por ter sua imensa costa voltada tanto para o Atlântico Sul, como para o Atlântico Norte” (MATTOS, 1980, p. 88).

Penha (2011) mostra que autores como Golbery do Couto e Silva, Delgado de Carvalho, Theresinha de Castro e Lysias Rodrigues, ainda que com pontos de vista divergentes, em comum ressaltaram a importância do Atlântico Sul na contenção ao bloco comunista e, sobretudo, a relevância do Brasil neste processo.

Golbery do Couto e Silva (1967) usava a distância do Atlântico Sul em relação ao *heartland* Eurasiático para afirmar que esta porção do oceano estaria à margem das disputas entre as potências globais e, portanto, o Brasil estaria a altura de assumir a defesa da região. Nas palavras do próprio Golbery, como a oeste o continente estava totalmente protegido pelo profundo Oceano Pacífico além da muralha natural das Cordilheiras do Andes, toda a América do Sul se voltava para o Oceano Atlântico avançando em diagonal ao promontório nordestino (SILVA, 1967).

Essa projeção mundial do Brasil foi retratada por Golbery na “Tese dos Hemiciclos”. O hemiciclo interior correspondia aos territórios ao redor de um raio médio de 10.000 km, composto pela América do Norte na direção norte, a África em posição frontal e a Antártida ao sul: “Ao longo deste vastíssimo arco, as três massas circundantes apresentam-se em graus muito díspares de ocupação efetiva pelo homem e de potencial econômico e

político-máximo a noroeste, muito incipiente a leste, nulo ao sul” (SILVA, 1967, p. 80) estaria presente nenhuma ameaça à América do Sul, pois os países africanos que se localizavam na costa não possuíam tão poder militar para ser considerado como uma; na Antártida não há ocupação; e a norte estaria os EUA, um aliado que garantiam a segurança do continente.

Para além do hemisfério interior, se encontrava o hemisfério exterior, um bloco maciço de terras abrangendo uma distância média de 15.000 quilômetros

[...] aquém do raio médio, avançando até morder levemente o hemisfério interior na aberta nordeste, o poderoso núcleo europeu, incluídas aí a grande Rússia asiática e a região caucasiana, o qual se infiltra tênue, mas profundamente, no dorso truncado do continente africano [...] duas massas que se correspondem, uma por detrás da África a outra por detrás da Antártida, ambas por motivos distintos embora, ainda não suficientemente potentes, mas apresentando perspectivas altamente favoráveis [...] pra lá ainda do arco demarcador, a transbordante humanidade amarela do Japão e da China a prolongar-se pela Indochina, pela Malásia, pela Indonésia e Filipinas. (SILVA, 1967, p 82).

Todas as ameaças à segurança da América do Sul se encontrariam neste hemisfério, de acordo com Golbery. As ameaças passadas como a Alemanha (de Guilherme II, de Hilter) e o Japão (Hirohito), e no período correspondente, o eixo Moscou-Pequim. Sendo assim, torna-se um imperativo para o Brasil impedir que potências inimigas expandam sua influência ou dominem as áreas dentro do hemisfério interior. Para isso, o autor defendia que o Estado brasileiro necessitaria desenvolver seu aparato militar “nesta época de vertiginoso progresso das técnicas e das armas, arrasadoras ou insidiosas, de ataques realizados por sobre distâncias intercontinentais” (SILVA, 1967, p. 84).

Penha (2011), ao citar Meira Mattos (1980), afirma que as projeções do Brasil no Atlântico Sul não se dariam de maneira isolada, por englobar objetivos acima da escala nacional.

No plano nacional, o Brasil tinha, segundo Meira Mattos interesses no Atlântico Sul de forma diferenciada dos interesses genericamente ocidentais, motivado pela importância da via marítima para seu comércio exterior, que correspondia à cerca de 95% do valor total [...] No plano de defesa hemisférica, os interesses de segurança dos EUA eram apresentados pelo autor como complementares aos brasileiros, dada a importância da localização geográfica da África, situada entre os EUA e a Eurásia enquanto via de acesso, através do saliente africano que envolvia o nordeste brasileiro, para eventuais ações inimigas. Para o ocidente, o Atlântico Sul, segundo ele,

constituía uma área de importância estratégica fundamental como via de transporte marítimo do petróleo do Oriente Médio. (PENHA, 2011, p. 96).

As bacias do Atlântico Sul, na costa brasileira e na costa africana, possuem milhares de metros de profundidade, sendo um local propício para o esconderijo de gigantescos submarinos nucleares (CASTRO, 1984), os quais podem ficar ofuscados nas profundidades esperando para atacar seus alvos, militares ou não. A Marinha brasileira, então “coirmã” da US Navy, era co-responsável pela proteção oceânica contra os submarinos soviéticos: “Nesse sentido, todos os equipamentos e as manobras navais passam a ser inteiramente dedicado à luta antissubmarino” (COUTAU-BÉGARIE, 1985 apud PENHA, 2011, p. 100).

Porém, a posição periférica do Brasil revelava seu fraco aparato militar no início dos anos 1950, a qual lhe garantia como equipamento

[...] dois cruzador-ligeiros (Barroso e Tamandaré), remanescentes da guerra e importados dos Estados Unidos, para atuar em serviços de socorro e salvamento marítimos nas costas brasileiras; dez corvetas de patrulha costeira, importadas da Holanda; quatro navios-transporte importados do Japão, capazes de operar como navios-cargueiros e como suporte logístico às guarnições militares; e cinco navios-hidrográficos construídos no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro para atuarem nos rios brasileiros. Em 1957, por fim, foi adquirido o navio-aeródromo Minas Gerais de fabricação britânica e modernizado na Holanda. (PENHA, 2011, p. 100).

O General Meira Mattos tinha total consciência que as duas principais esquadras navais da América do Sul, representadas por Brasil e Argentina, somadas a África do Sul, não fariam frente à URSS no caso de um conflito direto. Então o autor analisou uma possível coligação das forças do TIAR e da África do Sul, juntamente com os países da OTAN (neste caso os países que possuem maiores interesses no Atlântico), resultando na somatória de forças que, salvo a superioridade numérica da URSS em submarinos de ataque, nos outros quesitos destaca-se a superioridade esmagadora dos aliados (MATTOS, 1980).¹¹

Castro (1984) coloca a relevância das ilhas como trampolins para a projeção na porção central e meridional do Atlântico Sul, que teria três triângulos geoestratégicos: o primeiro formado pelas ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, assegurando o domínio na Rota do Cabo, que representa os vasos comunicantes geográficos entre o

¹¹ Seguindo esta perspectiva, Meira Mattos (1980) defendia a não divisão do Atlântico Norte com o Atlântico Sul, assumindo que um não poderia ser defendido sem o outro. Castro (1984) complementa o pensamento de Meira Mattos afirmando que a defesa do ocidente pelo Atlântico Sul só se daria através de uma aliança militar bem concebida e solidamente estruturada.

Atlântico e Índico, o segundo representado pelo arquipélago subantártico, sendo as ilhas Shetlands do Sul, Orcadas do Sul, Sanduiches do Sul, Gough e Geórgias do Sul, que situadas na porção vital da bacia aberta do Glacial Antártico realizam, juntamente com a Antártica, um flanco de retaguarda no Atlântico Sul, o terceiro triângulo composto por ilhas mais próximas ao território americano, representados por Fernando de Noronha, Trindade e a contestada ilha das Malvinas¹², que constituem postos avançados para a guarda e integridade da costa pertencente aos países que desfrutam do litoral no Atlântico Sul, ou seja, Brasil, Argentina e Uruguai (CASTRO, 1984).

3.1.2 O distanciamento Brasil-EUA e a crise do TIAR

Entre o final dos anos 1960 e início dos 70, as ideias do nacionalismo tomam conta do pensamento de parte dos militares da América Latina, e alguns governos da região passam a focalizar seus interesses específicos, não mais simplificando sua orientação apenas pela oposição Leste-Oeste.

A estratégia estadunidense para a região passa a olhar com desconfiança esse novo pensamento nacionalista militar, principalmente porque significaria o abandono da estratégia de segurança nacional imposta por Washington. Agora, não bastava apenas apoiar os governos militares na região, era necessário analisar que tipo de governo militar seria formado, e dividi-los em “garantidos” e “nacionalistas” (COMBLIN, 1978).

Esta reviravolta do pensamento de parte das lideranças regionais gerou a recusa estadunidense para a doação ou vendas de armas mais sofisticadas para guerras convencionais a estes países, limitando as remessas apenas ao necessário para o combate à subversão interna (COMBLIN, 1978). Este fato levou diversos governos latino-americanos a procurarem um comércio mais estreito com a Europa Ocidental, e o Brasil não foi exceção. Com o presidente Geisel (1974), o Estado brasileiro iniciou uma multilateralização de sua agenda em busca de “autonomia e universalismo, o novo projeto de política internacional do Brasil, pressupunha o fim do alinhamento automático com os EUA, o abandono dos condicionantes ideológicos impostos pela Guerra Fria e a identificação com o Terceiro Mundo” (HIRST, 2009, p 48). Ainda,

¹² Também as Malvinas ocupam uma posição chave no controle da passagem do Atlântico para o Pacífico, seja através do Estreito de Magalhães, ou pela passagem de Drake, nesta última, a responsabilidade poderia ser dividida com as ilhas subantárticas.

Geisel cuida de levar às últimas conseqüências o processo que se desenvolve no âmbito das relações exteriores desde 1967. Contudo, ao perceber a natureza conflitiva das relações com os EUA, conclui que os objetivos nacionais teriam que ser perseguidos mediante a consecução de uma estratégia de diversificação dos vínculos externos do país. (LESSA, 1995, p. 24).

Nesse período, “dentre os fatores de ordem geopolítica, destaca-se o início da corrida nuclear entre os países do Terceiro Mundo, desencadeado pela detonação do primeiro artefato nuclear indiano, ocorrido em 18 de maio de 1974, no deserto de Rajastã” (MEDEIROS, 2005, p. 68). No âmbito regional, Brasil e Argentina foram os países que ambicionavam o desenvolvimento da energia nuclear para fins bélicos, estes até então não signatários do TNP que entrou em vigor em 1970.

Visando o status de potência, o Brasil tinha a consciência do prestígio e poder do domínio do ciclo nuclear. Também se anunciava a carência de recursos energéticos, agravados com a crise do petróleo em 1973, e restava então a busca por fontes alternativas. Na estratégia de desenvolvimento expressa no II PND, no governo Geisel, a energia nuclear se apresenta como um setor estratégico e altamente prioritário (MEDEIROS, 2005). Porém, diante da rígida política de não-proliferação nuclear defendida pelos EUA

a tentativa de aquisição da energia nuclear pelo Brasil, ao arrepio das disposições dos EUA, converteu-se cedo no pomo da discórdia do relacionamento entre os dois países e passou a se projetar para o plano interno brasileiro como a ponta de lança da política de diversificação de parcerias e de busca de maiores margens de autonomia. Procurou-se operacionalizá-la através do estabelecimento de linha de cooperação com uma potência atômica visando a efetiva transferência do ciclo completo de enriquecimento do urânio. (LESSA, 1995, p. 30).

Esta decisão do governo brasileiro foi reforçada quando os EUA se recusaram a assinar na Comissão de Energia Atômica, em 1974, o contrato que previa o fornecimento de urânio enriquecido para Angra I¹³. Além de restringir ao resto do globo o desenvolvimento da tecnologia nuclear, os EUA estavam incluindo na lista negra também o Estado brasileiro.

Sendo assim, “o General Geisel procurou entendimento com outros países no sentido de obter a cooperação necessária ao desenvolvimento, no Brasil, da indústria nuclear

¹³ A adoção, por parte do governo Carter de uma política de direitos humanos, contribuiu para esta mudança de orientação, pois condicionou a ajuda militar dos EUA ao enquadramento dos países aliados segundo esta concepção. O Brasil que julgou tal medida uma intromissão exagerada em seus assuntos internos, passou a recusar toda ajuda militar americana, que à época já era desprezível, e acabou por denunciar, em março de 1977, o Acordo Militar de 1952 e determinou o fechamento da Missão Naval norte-americana (VIDGAL, 1985, apud PENHA, 2011, p 103).

nascente, demonstrando, a fim de robustecer seu poder de barganha, a disposição de comprar até oito usinas nucleares” (MEDEIROS, 2005, p. 71). Entre os europeus, apenas a Alemanha Ocidental aceitou um acordo de caráter integrado com o Brasil, auxiliando o país em todo o ciclo do desenvolvimento da energia nuclear, desde a pesquisa e lavra do urânio até o enriquecimento, produção do elemento combustível e reprocessamento, além da fabricação própria de reatores de potência (MEDEIROS, 2005).¹⁴ A princípio, a ideia era auxiliar aos brasileiros no desenvolvimento da tecnologia nuclear através do reator nuclear de um navio alemão.

Em 24 de setembro de 1976, a bordo do *Ns Otto Hann*, as autoridades brasileiras se reuniram com as autoridades alemãs a fim de discutir os rumos da propulsão nuclear para o Brasil. A Interatom era a empresa alemã que fabricou o reator nuclear do navio alemão *Otto Hann*, navio que serviria de palco para a absorção de conhecimento de técnicos e engenheiros brasileiros. Esta empresa seria sócia da Nuclebrás na fábrica de enriquecimento que seria construída no Brasil. (CORRÊA, 2008, p. 101).

O autor afirma, através de documentos pesquisados do CPDOC, que nesta reunião os alemães sugeriram às autoridades brasileiras a construção de submarinos nucleares, os quais seriam de ampla importância para atender suas expectativas no Atlântico Sul. Nesse sentido, o objetivo da construção de submarinos, resultado do “programa paralelo” do Brasil, também reforçaria a autonomia estratégica frente aos EUA.

Os interesses brasileiros na construção de um submarino a propulsão nuclear, tinha como um dos seus objetivos promover a maior capacitação bélica, através de investimentos em ciência e tecnologia, em parceria com centros de pesquisa públicos e privados [...] Apesar dos estudos para o desenvolvimento do projeto do submarino nuclear, o Brasil, em fins da década de 70, ainda estava longe, do ponto de vista naval, de possuir uma Marinha de Guerra com alguma possibilidade de domínio e controle do Atlântico Sul. As missões da Marinha ainda se restringiam à defesa costeira (PENHA, 2011, p. 105).

Diversas pressões e críticas foram realizadas a este projeto, principalmente por parte dos EUA, mas também no plano interno como no questionamento do destino do lixo atômico resultante dos reatores. A situação se repetiria com a opinião pública alemã, especialmente com denúncias de irregularidades do programa pelo poder midiático de ambos os países.

¹⁴ Diferente do acordo entre Brasil e EUA sobre Angra I, que previa apenas o fornecimento de equipamento, o acordo com a Alemanha previa também, a transferência de tecnologias (HIRST, 2009).

Contudo, o acordo não teve tanta eficiência como os objetivos estabelecidos¹⁵. Em face dos resultados insatisfatórios, os militares brasileiros começaram a desenvolver, a partir de 1979, um programa nuclear paralelo visando ao desenvolvimento de uma tecnologia nacional para o enriquecimento do urânio (FGV – CPDOC, 2011).

Com as relações entre EUA e América Latina em baixa, ao entrar a década de 1980, a questão do desenvolvimento econômico e militar brasileiro e regional se agravou de tal forma que fez ruir o TIAR. Em 1982, ruiu de vez o argumento estadunidense da “solidariedade hemisférica”, quando Argentina e Inglaterra se defrontaram pela posse das ilhas Malvinas/Falklands.

Esta questão provém de longa data. A Argentina pós-independência tomou posse da ilha por se considerar herdeira direta da Espanha. Mas a ilha tinha um passado marcado pela disputa entre França, Inglaterra e Espanha, estes últimos a retomaram pela força naval em 1833, ordenando que a Argentina deixasse as Malvinas.

Passando quase 150 anos da posse britânica da ilha, a retomada das aspirações geopolíticas argentinas em relação ao arquipélago durante um regime militar fortemente questionado no plano econômico e político, foi elaborado o plano de recuperação das Ilhas Malvinas (TEIXEIRA, 2009). Sob o governo do General Galtieri, a Argentina procurou realizar negociações diplomáticas com a Inglaterra reivindicando o direito de soberania na ilha. Com o fracasso das negociações, a Argentina, no dia 2 de abril de 1982, realizou militarmente a retomada das Malvinas. Segundo Penha (2011, p. 139-140), foram três juízos equivocados por parte dos argentinos:

[...] o primeiro, da diplomacia britânica, foi no sentido de que a Argentina não buscaria tomar pela força o que se havia negado pela via da negociação; o segundo e o terceiro foram argentinos que os britânicos não reagiriam militarmente; e que os EUA respaldariam a atitude argentina levando-se em consideração a defesa da Doutrina Monroe e os princípios contidos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Evidente que a Inglaterra era aliada de maior peso estratégico comparada à Argentina, em razão dos interesses globais estadunidenses. Neste sentido, os EUA não apenas não socorreu a Argentina como se manteve ao lado da tradicional aliada europeia, alegando que os argentinos estavam em terras britânicas. O governo do presidente Ronald Reagan

¹⁵ Como afirma Medeiros (2005, p. 78), “o Acordo Nuclear ruiu em virtude de sua própria grandeza, arquitetado pela euforia do Milagre Econômico, pelo projeto de Nação-Potência. Ruiu em virtude da derrocada do nacional-desenvolvimentismo, da própria crise do desenvolvimento brasileiro”.

enviou suprimentos militares modernos e imagens de satélites militares da região do conflito, auxiliando esta, na retomada das ilhas pela força (TEIXEIRA, 2009).

Os países da América do Sul reagiram de forma diferenciada. O Chile se inclinava favoravelmente aos ingleses, também em razão das disputas geopolíticas com a Argentina. O Peru concedia apoio diplomático à Argentina, talvez pela oposição ao Estado chileno, o qual conquistou uma parte do território peruano no século XIX ao fim da Guerra do Pacífico; assim como a Venezuela, que mantinha uma disputa com a Inglaterra pela posse da região de Essequibo, na Guiana Inglesa. Caso a Inglaterra cedesse as Malvinas à Argentina, abriria precedente para a devolução da região de Essequibo ao Estado venezuelano (TEIXEIRA, 2009). Por sua vez, o Brasil se manteve ao lado da Argentina, devidos às boas relações provindas da assinatura de ambos no Tratado Tripartite em 1979.

Se a solidariedade sul-americana não se traduziu em ajuda militar, este conflito arruinou de vez a credibilidade do TIAR, pois naquela ocasião, o pacto americano demonstrou-se uma falácia, em que os EUA deixaram de proteger o país sul-americano. Com a ineficiência do TIAR frente à crise das Malvinas, os países da região passaram a boicotar as manobras da UNITAS (operação naval integrada para ação conjunta na guerra antissubmarino), em demonstração de inconformismo com a posição dos EUA.

3.2 O Fim da Bipolaridade e o Surgimento das Novas Diretrizes de Segurança sob a Hegemonia Norte-Americana

A mudança ocorrida no cenário mundial a partir do desmantelamento da ordem bipolar contribuiu para a desatualização dos parâmetros doutrinários das políticas de defesa e concepções de segurança, inclusive sobre as percepções de ameaças e constituição das missões e estruturas operativas e funcionais das forças armadas (MONTENEGRO, 2003). Pagliari (2006, p. 26), indica que encerrada a Guerra Fria,

[...] novos temas e ameaças passaram a configurar a agenda internacional, somando-se novos atores para os quais devem ser consideradas variáveis outras que permitam explicar os fenômenos em questão e definir os instrumentos necessários e possíveis para a configuração da segurança internacional.

Guimarães (2005, p. 303) reflete sobre essa mudança de paradigma na potência hegemônica:

Na medida em que não existe nenhum Estado (ou mesmo um conjunto de Estados) com capacidade militar de se contrapor aos Estados Unidos, e colocar em risco o seu sistema doméstico, econômico, social e político como ocorria no caso da União Soviética, com o seu poderio militar convencional, nuclear e missilístico e sua ideologia -, os novos inimigos são apresentados agora sob forma de novas ameaças.

Para além das ameaças ditas tradicionais, ou seja, de caráter militar, surgem ameaças não-tradicionais que englobam questões políticas, econômicas, sociais, de saúde e ambientais (PAGLIARI, 2004); caso do terrorismo, crime organizado, drogas, corrupção e lavagem de dinheiro, tráfico de armas, desastres naturais, entre outros. É esta nova agenda externa norte-americana na atual administração que passamos a analisar no subitem seguinte.

3.2.1 Uma abordagem sobre a nova agenda de segurança estadunidense

O documento de segurança nacional do governo Obama está voltado para a renovação da liderança dos EUA no mundo, vendida como de interesse mundial, ou seja, a ideia de hegemonia benevolente. Como afirma o próprio presidente B. Obama (2010, p. 1), *“Our national security strategy is, therefore, focused on renewing American leadership so that we can more effectively advance our interests in the 21st century”* (THE WHITE HOUSE, 2010).

Para que esses objetivos sejam alcançados, alguns pontos são vistos como essenciais e constituem uma espécie de objetivos permanentes da política externa dos EUA. Esta mistura de hard power com soft power é talvez sua marca registrada, mas o uso da força econômica e militar, que muitos analistas julgavam ser exclusiva da Era George Bush, mostra-se também na atual administração democrata.

É preciso destacar que com o fim do inimigo soviético, tornava-se difícil justificar os gastos no complexo industrial-militar, que eram absurdamente altos. Assim, era necessário produzir novas ameaças, embaladas numa nova concepção de segurança:

[...] quase dez anos após o desaparecimento da União Soviética, as despesas militares permanecem em níveis extremamente elevados. Elas também estão concentradas em um número restrito de países. Os Estados Unidos ocupam

um lugar determinante. Suas despesas militares contam com 39%, e as dos países da OTAN com 63% das despesas militares mundiais. Em termos de equipamento militar, a superioridade dos Estados Unidos é maior ainda, visto que em 1998 sua produção de armas corresponde 56% da produção mundial. (SERFATI, 2000, p. 47).

O complexo industrial-militar dos Estados Unidos foi o único setor que atravessou incólume todas as crises econômicas do período da Guerra Fria, não sofrendo as agruras do mercado em razão de seus gastos serem custeados pelo Estado (DANTAS, 2007). Ao contrário, em períodos de crise econômica o complexo industrial-militar teve mesmo seus recursos ampliados. Se o Pentágono fosse um país, estaria entre as quinze primeiras economias do mundo (BLINDER, 2003 apud DANTAS, 2007).

Para o linguista Noam Chomsky (1996), o governo norte-americano é o principal interessado na criação de novos inimigos para que possa legitimar a continuidade dos gastos na indústria bélica, semeando assim o medo em sua própria população e a alienando em nome da criada “necessidade de proteção”. Essa estratégia de manipulação da sociedade torna-se necessária para manter a hegemonia econômica e militar mundial.

O onze de setembro de 2001 marca essa guinada da percepção da América de que a segurança exige o deslocamento para a noção de ameaças à segurança mundial. Com efeito, a segurança passou a ser novamente debatida de modo intenso desde o ataque às torres-gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono por terroristas do grupo jihadista *Al Qaeda*.

Não que a noção de inimigo tradicional tenha desaparecido, mas foi ampliada de modo a incorporar também os inimigos difusos ou “ameaças”. Na visão estadunidense, agora representa ameaça qualquer grupo ou atividade que possa interferir no desenvolvimento do sistema capitalista e abalar seu controle do sistema político internacional. Com isso, podem ser considerados também como ameaças ao território e sociedade norte-americana quaisquer eventos que possam afetar os interesses políticos, econômicos e estratégicos de seu governo, mesmo que distantes milhares de quilômetros de seu próprio território nacional (GUIMARAES, 2005).

Assim, desde o Onze de Setembro os governos norte-americanos pautam suas políticas para o Oriente Médio por dois princípios: combate ao terrorismo e “democratização”. Conforme Guimarães (2005), no Oriente Médio é onde o fundamentalismo islâmico provoca os maiores temores aos interesses ocidentais, em razão das ricas reservas de petróleo a baixo custo. Assim, interessa sobremaneira aos EUA e aliados vincular o fundamentalismo islâmico ao terrorismo internacional, desta forma minando o apoio

internacional ao seletivo grupo de Estados, casos de Afeganistão e Iraque¹⁶, por exemplo, que ainda se opunham aos interesses ditos ocidentais.

O presidente George W. Bush juntamente com seus colaboradores, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld e os secretários-adjuntos Paul Wolfowitz e Douglas Feith, logo em sua primeira semana de mandato, já tinha planos para invadir o Iraque, prosseguindo o projeto de seu pai.

De acordo com os documentos secretos divulgados pelo National Security Archive, relativos, principalmente, a pouco mais do que o primeiro ano da gestão Bush Jr., o grupo de liderança da Casa Branca discutiu já em sua primeira reunião, em janeiro de 2001, “formas de desestabilização do papel do Iraque em toda a região do Grande Oriente Médio. (MONITOR MERCANTIL, 2010).

A guerra contra o terrorismo se torna um dos princípios norteadores da política internacional atual, justificando a adoção de restrições ou sanções ou ainda de intervenções armadas aos países chamados de “Estados delinquentes”, aqueles acusados de hospedar ou cooperar com Estados hospedeiros de grupos terroristas (BUZAM e WAEVER, 2003). Em seu nome, retoma-se o unilateralismo estadunidense, as coalizões militares e as sanções do Conselho de Segurança da ONU.

Mesmo fixados no Iraque como alvo principal, Bush deu ouvidos a Colin Powell, decidindo invadir o Afeganistão num primeiro momento, local de abrigo do grupo *Al Qaeda* e seu líder Osama Bin Laden, acusado de ser o mandante dos atentados do 11 de Setembro. O Afeganistão era para muitos, principalmente entre os democratas americanos, “o verdadeiro front” da guerra contra o terrorismo, tanto que B. Obama, assim que assumiu a presidência como sucessor de G. Bush, prontamente anunciou o reforço das tropas naquele país (ALI, 2010).

Barnabé e Minucci (2008) desconfiam da ação do governo dos Estados Unidos autorizando a saída do país, membros da família saudita dos Bin Laden, sem fazer nenhuma investigação a respeito do que sabiam sobre os atentados e a *Al Qaeda*:

Nota-se então que Bush não queria capturar Osama Bin Laden, como até hoje não o fez. Ele queria consolidar sua imagem de protetor dos norte-

¹⁶ Atwan (2006), citando Fisk (2003), coloca que “para ter uma ideia sobre quão cobiçado se tornou o petróleo iraquiano, o economista americano Jeremy Rifkin calculou quanto tempo às atuais reservas petrolíferas de vários países vão durar. Os dados são bastante reveladores: nos EUA, elas vão durar apenas dez anos; no Irã, 53 anos; na Arábia Saudita, 55 anos; nos Emirados Árabes, 75 anos; no Kuwait, 116 anos; e no Iraque; impressionantes 526 anos” (ATWAN, 2006, p. 219).

americanos. Mostrou-se mais preocupado na disseminação de uma “política contra o terror”, a fim de amedrontar o povo, para que aceitassem futuramente um ataque ao Iraque. (BARNABÉ, MINUCCI, 2008, p. 37). Depois do 11 de setembro, os neoconservadores tinham seu “Pearl Harbor”. A dificuldade consistia no fato de o Iraque estar claramente isento de toda e qualquer ligação com a *Al Qaeda* e de que o combate ao terrorismo tinha de merecer precedência. Na invasão do Afeganistão, os militares testaram no campo de batalha boa parte de seus novos armamentos, quase como um ensaio para que pudessem fazer no Iraque e em outros lugares. No processo, os Estados Unidos asseguraram sua presença militar no Uzbequistão e no Quirguistão, com fácil acesso de ataque aos campos petrolíferos da bacia do mar Cáspio (da qual o volume de reservas ainda é um mistério e na qual a China luta denodadamente para pôr um pé de apoio a fim de garantir seu próprio suprimento de petróleo para satisfazer suas demandas internas em rápido crescimento). Passados seis meses, e com a derrota do Taliban no Afeganistão como credencial, o governo norte-americano começou a voltar à atenção ao Iraque¹⁷. (HARVEY, 2003, p. 158).

Em março de 2003, os EUA finalmente iniciam seus ataques ao Iraque, e a justificativa foi o apoio do governo de Saddam Hussein à Al Qaeda e a existência de armas de destruição em massa (FOLHA.COM, 2008), ainda que nada tenha sido encontrado pelas forças de ocupação da coalizão e inspetores internacionais.

No entanto, continuo convencido que os americanos não estavam interessados em libertar o povo iraquiano de uma ditadura cruel e nem preocupados realmente com uma ameaça terrorista oriunda do país ou com a paz no Oriente Médio. Do mesmo modo, continuo acreditando que os problemas petrolíferos, de legitimação interna do presidente Bush e de reorganização da geopolítica regional são fatores importantes a serem considerados. (BERTONHA, 2006, p. 78).

O governo Obama, iniciado em 2008, colocou como meta a retirada das tropas americanas do Iraque, mas com movimentos sempre mais retóricos que efetivos, o que demonstra que a linha de separação entre democratas e republicanos, no que se refere à política externa, tornou-se demasiada tênue. Foi apenas em 31 de agosto de 2010 que Obama “formalizou” essa prometida retirada: “Nesta noite, anuncio que a missão americana de

¹⁷ De modo semelhante o ex-diretor da escola naval Armando Amorim Ferreira Vidigal mostra que “não se pode atribuir aos atentados o radicalismo da Doutrina. Ela estava já bastante definida no final de 1992, quando Paul Wolfowitz, então Subsecretário de Defesa no governo George H. Bush, conseguiu incluir no *Defense Planning Guide* para os anos de 1994-9, apresentado ao presidente por Dick Cheney, o conceito de que os EUA deveriam estar prontos para realizar ações militares antecipatórias para prevenir ataques ao país por armas de destruição em massa e deveriam se posicionar para agir independentemente quando fosse impossível articular uma ação coletiva ou quando uma crise exigisse ação imediata. Os atentados de setembro criaram uma situação que permitiu o lançamento da Doutrina” (VIDIGAL, 2003, p. 16).

combate no Iraque acabou. A operação Iraque *Freedom* terminou, e os iraquianos agora serão responsáveis pela segurança do país” (RFI PORTUGUES, 2010)¹⁸.

Em verdade, anunciada apenas uma troca de prioridades, pois simultaneamente Obama prometeu dismantelar a Al *Qaeda* para “aplicar os recursos necessários para ir à ofensiva no Afeganistão” (RFI PORTUGUES, 2010). Em discurso de 15 de março de 2007 à NBC, afirmou:

Se você observar o que está acontecendo no Afeganistão hoje verá o Talibã ressurgindo, verá a Al Qaeda se reforçando. Não demos prosseguimento ao que havia começado bem no Afeganistão, em parte porque retiramos muitas forças e as colocamos no Iraque. Acho muito importante para nós começar uma transferência planejada do Iraque, incluindo manter o Afeganistão no alvo. (ALI, 2010, p. 227).

Mas os efetivos retirados do Iraque foram tão somente deslocados para o front do Afeganistão. Recentemente, embalado eleitoralmente pelo triunfo do assassinato de Bin Laden, em junho de 2011, Obama anunciava também a retirada gradual das tropas de ocupação do Afeganistão. Mas os números são insignificantes para o biênio 2011-2012, o que fará com que a ocupação, na prática, perdure em sua magnitude principal durante todo o seu mandato¹⁹.

Obama mesmo iniciou uma nova guerra, agora travestida de “defesa dos direitos humanos”, estimulando o bombardeio aéreo contra o regime líbio, em 2011, maquiavelmente repassado à responsabilidade dos aliados da OTAN. O líder líbio Kadhafi não correspondia aos interesses estadunidenses e europeus desde a Guerra Fria²⁰, e já havia sido bombardeada naquele período pelos EUA. A Líbia esteve no estirador do Pentágono havia tempo, como confirmado pelo antigo comandante da OTAN, general Wesley Clark (TERRA, 2011). Essa guerra mostra o caráter imperativo das batalhas pelo petróleo do novo imperialismo (termo empregado pelo geógrafo David Harvey), iniciada no Iraque, atingindo o Afeganistão e o Paquistão, e atualmente em curso na Líbia, país que responde por aproximadamente 3,5% das reservas globais de petróleo – mais do dobro daquelas dos EUA (RESISTIR.INFO, 2011).

¹⁸ Na prática, a promessa foi cumprida apenas no último ano de seu mandato, provavelmente levando em conta as proximidades da eleição presidencial norte-americana onde será novamente candidato.

¹⁹ É preciso ainda destacar que Obama, quando ainda senador, pressionava a Casa Branca para violar também a soberania do Paquistão sempre que necessário na “guerra contra o terror” (ALI, 2010).

²⁰ Alavancados pelo sucesso da queda do presidente da Tunísia; a população do Egito, Líbia, Iêmen e Bahrein também foram sacudidos pelos protestos para a transição de regime, a questão foi que nos dois últimos países – duas ditaduras pró-ocidentais –, as potências ocidentais não fizeram mais que manifestar repúdio aos “excessos de violência” governamental contra os opositores, ao contrário da Líbia.

É significativo que as forças de ocupação tenham exigido a privatização da estatal iraquiana do petróleo National Oil Corporation (NOC), colocando seus ativos em mãos estrangeiras. Esse tipo de política externa intervencionista em regiões petrolíferas é nomeado por David Harvey como reativação da “acumulação via espoliação”²¹, que representa a remoção dos últimos obstáculos político-econômicos à expansão dos capitais estadunidenses e ocidentais pelo mundo, fortalecendo assim a ideologia neoliberal²².

Dentre as atuais metas de segurança nacional norte-americana, a contenção da expansão de países com armamentos de destruição em massa ganha elevado destaque. A alegação é que esses armamentos possam cair em mãos de Estados hostis (casos de Coreia do Norte e Irã) ou de grupos terroristas (principalmente a *Al Qaeda*). Como afirmou George W. Bush, “*weapons of mass destruction could enable adversaries to inflict massive harm on the United States, our military forces at home and abroad, and our friends and allies*” (THE WHITE HOUSE, 2002, p. 1).

A Coreia do Norte, inicialmente signatária do TNP, se retirou em 2003, e em 2006 realizou seu primeiro teste nuclear, provavelmente com o auxílio da China. O Irã, também signatário, hoje trabalha no enriquecimento de urânio, com o discurso oficial de utilização pacífica da energia nuclear. A polêmica em torno do programa nuclear iraniano reside nas suspeitas de que seu governo desenvolve programas nucleares paralelos, não declarados à AIEA, voltados à capacitação nuclear para fins bélicos (SILVA, 2010).

O Irã inaugurou recentemente sua primeira usina nuclear, finalizada com o apoio da Rússia, para a produção de energia elétrica. A Rússia fornece o combustível nuclear da usina e retira o material utilizado. Especialistas dizem que esta medida praticamente elimina a possibilidade de desvio de combustível nuclear para a produção de armamentos (BBC BRASIL, 2010).

O programa nuclear norte-coreano e iraniano serve de arma política, porque no cenário internacional quem possui esse tipo de armamento tem maior segurança. Porém, no documento de Segurança Nacional, publicado em 2010, Barack Obama é claro na afirmação

²¹ Ao contrário do que Karl Marx chamava de acumulação primitiva, que seria a acumulação do capital por questões naturais; a acumulação por espoliação se baseia na acumulação do capital por motivos externos ou forçados, como guerras e pressão econômica a países que não dirijam suas economias ao interesse neoliberal. A acumulação por espoliação ganhou mais intensidade a partir do início da década de 1970, em grande parte para compensar os problemas causados pela sobre acumulação do capital, devido à reprodução expandida.

²² As ideias de Kristol (2004) apresentadas por Ayerbe (2006) contribuem para a discussão de modo que o autor coloca o pensamento dos neoconservadores dos EUA, os quais sua política externa se faz através da persuasão e, “que se manifesta por um certo tempo, mas irregularmente, e cujo significado só percebemos claramente em retrospecto” (KRISTOL, 2004, p. 33 apud AYERBE 2006, p. 83).

de que os EUA irão trabalhar com todos os meios possíveis para a desnuclearização da península coreana e impedir que o Irã desenvolva armas nucleares.

Dentre os argumentos norte-americanos em favor da contenção, está o de que a própria potência implementa políticas de redução do arsenal nuclear em conjunto com a Rússia. Com o intuito de limitar os armamentos nucleares, EUA e Rússia assinaram o novo Tratado Start, que entrou em vigor em 5 de fevereiro de 2011, e limitou em 1.550 as ogivas nucleares de cada lado (DIÁRIO DA RUSSIA, 2011), além de instituir o direito de inspeção do arsenal alheio para garantir que o acordo seja cumprido. Como afirma a Secretária de Estado Hillary Clinton:

Once this Treaty enters into force, on-site inspections of Russia's strategic nuclear weapons facilities can resume, providing us with an on-the-ground view of Russia's nuclear forces. The information and insight from these inspections forms the core of our ability to "trust but verify" compliance with New START. A responsible partnership between the world's two largest nuclear powers that limits our nuclear arsenals while maintaining strategic stability is imperative to promoting global security. With New START, the United States and Russia will have another important element supporting our "reset" relationship and expanding our bilateral cooperation on a wide range of issues. (THE WHITE HOUSE, 2010).

Entretanto, esse acordo de desarmamento parcial pode não passar de uma manobra dos EUA para ter controle sobre o arsenal russo, ainda a segunda maior potência nuclear do planeta, e que tem mostrado sinais de retomada de uma política externa autônoma. É emblemático que em 2008, com a invasão da Geórgia, Moscou tenha se rebelado contra a unipolaridade do sistema internacional pretendida por Washington.

Mas a contenção de armamentos de destruição em massa parece ser menos importante para Washington que sua precaução contra a autonomia militar de países desafiadores, principalmente localizados no Golfo Pérsico. Nesse sentido, Chomsky coloca que:

em qualquer confrontação, cada participante tenta deslocar a batalha para o terreno em que tenha maior probabilidade de sucesso. Se quer liderar com energia, tem de jogar pesado. A jogada de peso dos Estados Unidos é a força, então, se pudermos estabelecer o princípio de que a força comanda o mundo, isso será uma vitória para nós. Se, por outro lado, um conflito for resolvido por meios pacíficos, isso nos beneficiará menos, porque nossos rivais são tão bons ou até melhores que nós nesse terreno. A diplomacia é particularmente uma opção indesejável, a menos que seja exercida sob a mira do fuzil. Os Estados Unidos têm muito pouco apoio popular para suas metas no Terceiro Mundo. Isso não é surpresa, tendo em vista que os EUA

vêm tentando impor estruturas de dominação e de exploração. Um acordo diplomático tem o dever de responder, ao menos em certo grau, aos interesses dos outros participantes na negociação, e isso é um problema quando suas posições não são muito populares. Em consequência, as negociações são algo que os EUA comumente tentam evitar. Ao contrário da imensa propaganda, há muitos anos essa tem sido a verdade no Sudeste Asiático, no Oriente Médio e na América Central. (CHOMSKY, 1996, p. 34).

Isso explica a ampliação dos gastos norte-americanos no complexo industrial-militar em meio ao apregoadado sucesso inicial dos acordos internacionais para a contenção de armamentos de destruição em massa.

Entre as novas ameaças não-tradicionais surgidas no pós-Guerra Fria, o narcotráfico também aparece na agenda estadunidense, um componente endógeno do próprio sistema econômico capitalista que engendra “controles frouxos” sobre o sistema financeiro internacional, permitindo a proliferação de redes ilegais de poder provindas de mercados informais de drogas e armas (HAESBAERT, 2006). Estas redes de poder acabam por ameaçar a estabilidade do sistema político ou recompondo este sistema sob formas antissistêmicas paralegais.²³

Por vezes, o tráfico internacional de drogas financia guerrilhas e atividades criminosas espalhadas pelo mundo, ameaçando a estabilidade de países como Afeganistão e Colômbia e, em decorrência, expandindo essa ameaça aos países vizinhos. Rodrigues (2002) coloca que a luta contra o narcotráfico é acionada politicamente quando o próprio tráfico de drogas é hasteado ao patamar de maior antígeno a “infectar” e “corromper” a vida social e institucional dos Estados “neodemocráticos”.

Por fim, as questões ambientais também ganharam um elevado destaque na agenda internacional dos países centrais, e também do terceiro mundo. Como afirma Brito (2010, p. 2):

Atualmente, as questões ambientais e, sobretudo, as alterações climáticas ocupam um lugar consolidado nas agendas nacionais e internacionais de segurança. A União Europeia assumiu já a importância das alterações climáticas, e a derivada escassez ambiental, na sua política de segurança e defesa, identificando-as claramente como ameaças à segurança internacional. Ao nível dos Estados-membros, Reino Unido, França e Alemanha desenvolveram Estratégias de Segurança Nacional que reconhecem as

²³ É assim que a globalização ampliou ainda mais a complexidade do fenômeno do narcotráfico. Ainda que “difícil quantificar todo seu impacto, estimativas arrogam cifras dramáticas relativas ao crescimento dessa indústria das drogas que tende a aumentar e diversificar-se” (SANTANA, 1999, p. 99).

perturbações ambientais como riscos para a segurança nacional e internacional.

Segundo a autora, a segurança ambiental não é um tema novo, “mas foi, sobretudo a partir do final da Guerra Fria, que um amplo debate sobre a inclusão de considerações ambientais na agenda de segurança se desenvolveu” (BRITO, 2010, p. 3). Mesmo que as discussões ambientais tivessem início a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, foi após a Eco-92 no Rio de Janeiro que a temática subiu a tona.

A modernização tecnológica e o uso predatório dos recursos naturais expandiram fortemente os impactos ambientais, e tanto a modernização militar como a civil contribuíram para os desequilíbrios ecológicos (VILLA, 1999). Seguindo este pensamento, ainda para Villa (1999), os fenômenos ambientais não ficam restringidos dentro dos Estados nacionais, estes extrapolam suas fronteiras, afetando o ecossistema também de outros países. Dentre os principais problemas ambientais, o autor cita:

[...] a alteração dos processos naturais globais manifestou-se num período de tempo bem curto, em fenômenos tais como a chuva ácida nos países industrializados do Norte, a diminuição da camada de ozônio e o efeito estufa. Por outro lado, manifestavam-se também outros fenômenos não menos importantes no contexto global: os desertos cresceram ameaçando a metade das terras cultiváveis nos próximos 50 anos, o desmatamento avançou a um ritmo que, se continuar, quase nada ficará das florestas em duas décadas. (VILLA, 1999, p. 146).

Para frear os danos ambientais, os países europeus lideram a realização de acordos internacionais de caráter bilateral ou multilateral que abordem estas questões (o mais famoso dentre eles está o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997 na cidade de Kyoto, no Japão), mas não querem pagar a maior parte da conta.

O principal objetivo do acordo de Kyoto é criar metas para que os países industrializados reduzam a emissão de gases geradores do efeito estufa em um valor de 5,2% no período de 2008 a 2012, em comparação com a quantidade emitida no ano de 1990. Mas o Canadá anunciou sua retirada do acordo em 2011, indicando que começa a vaziar água.

Mesmo defendendo as políticas ambientais em sua agenda internacional, os EUA são responsáveis pela emissão de mais de 35% dos gases do efeito estufa, e se negaram a assinar o acordo de Kyoto, se retirando definitivamente das negociações ainda em 2001. O governo estadunidense acusou que o tratado iria trazer obrigações apenas aos países do primeiro mundo, não impondo restrições aos países em desenvolvimento como Brasil e Índia, que

mesmo não se encaixando no patamar de países ricos, não deixam de serem grandes poluidores ainda que em nível menor que os países centrais. Mas,

apesar da oposição do governo Bush ao Protocolo de Kyoto, 28 dos 50 Estados norte-americanos e dezenas de empresas multinacionais sediadas nos Estados Unidos já estão adotando voluntariamente medidas de redução de gases poluentes com o objetivo de combater o aquecimento global. Boa parte dos Estados que lideram a causa ambiental é governada por republicanos moderados, como George Pataki, em Nova York, e Arnold Schwazenegger, na Califórnia (NOTÍCIAS TERRA, 2005).

Talvez a recusa de Bush quanto ao Protocolo de Kyoto resida na ambição de retardar o desenvolvimento dos países emergentes, evitando novos desafiantes à sua hegemonia. Ao mesmo tempo, a imposição de acordos de proteção ambiental aos países periféricos, surge como uma arma também de caráter imperialista realizada pelos países centrais, que de acordo com Camely (2011, p. 4):

[...] visa a obtenção de recursos naturais para a indústria farmacêutica, química e de cosmética, que tem como base, atualmente, a biotecnologia. Também interessa a essas indústrias manter, sob o sistema de grande propriedade, reservas naturais para a expansão dos interesses do capital de forma mais ampla.

Nas ideias da autora, as políticas ambientais dos países do centro servem de eixos manipuladores através de ONGs, com o intuito dos países periféricos detentores de grandes biodiversidades garantirem a conservação destas, para que sirvam ao capital estrangeiro, principalmente dos EUA. A citação abaixo traz uma estratégia perversa do governo estadunidense através da USAID e por grandes ONGs de conservação ambiental, a qual propõe

[...] a troca de títulos de uma dívida externa ilegítima por áreas de proteção ambiental nos países endividados e ricos em biodiversidade. O mecanismo de troca de dívida está contemplado na Lei de Conservação de Florestas Tropicais – *The Tropical Forest Conservacion Act* (TFCFA), criada pelo governo norte-americano em 1998 (CAMELY, 2011, p 8).

As políticas preservacionistas do imperialismo norte-americano estão voltadas para a utilização futura de recursos naturais e a descoberta de plantas que sirvam à indústria milionária dos remédios. A USAID trabalha com cifras, que denominam de “valores dos serviços do ecossistema da biodiversidade”, de um potencial do mercado estimado em US\$ 33,3 trilhões. (CAMELY, 2011, p. 9).

Segundo Albagli (1998 apud CAMELY 2011, p. 9), os países possuidores de maior biodiversidade são: Brasil, Colômbia, Indonésia, México, Peru, Madagascar e Austrália, e os recursos naturais existentes nesses países são produtos chave das indústrias baseadas em biotecnologia, fato que poderá comprometer as reservas naturais brasileiras, principalmente a Amazônia nos próximos anos. Isso dependerá dos próximos governos e de como eles irão conduzir a política externa em relação aos EUA.

4 AS QUESTÕES DE SEGURANÇA DO ESTADO BRASILEIRO NO PÓS-GUERRA FRIA

Durante a Guerra Fria, os países da América Latina não possuíam uma estratégia de defesa autônoma, ficando a mercê do suposto “guarda chuva” hemisférico estadunidense. Porém, este alinhamento automático com Washington coexistia com políticas nacionais de defesa, onde a política brasileira em relação às fronteiras platinas apresentava o viés de linhas de contenção, em decorrência do temor da invasão de grupos esquerdistas infiltrados ou da própria Argentina. Como afirma Bandeira (2010), a Argentina até os anos 80 era classificada como primeira hipótese de guerra no Brasil.

Mas atualmente, pela primeira vez na história latino-americana, as agendas da maioria dos países da região divergem em maior ou menor grau dos países hegemônicos, especialmente em relação à agenda dos Estados Unidos (FIORI, 2007). Em 2011, mais precisamente na América do Sul, apenas Colômbia, Peru, Chile e os Estados das Guianas seguiam a agenda norte-americana sem grandes questionamentos ou divergências; mas todos os países do Mercosul, mais Venezuela e Bolívia, construíam agendas domésticas e externas que ampliavam os pontos de divergência com os EUA.

Diante deste novo cenário da política externa dos países latino-americanos, alicerçado na ampliação da presença chinesa nas economias da região, o governo norte-americano tem buscado reforçar sua inserção regional, seja com acordos de livre-comércio bilaterais, seja com a manutenção de certa unidade política tutelada através da continuidade da Organização dos Estados Americanos (OEA). A manutenção da agenda da OEA parece cada vez mais anacrônica aos países da região na questão da perpetuação do isolamento de Cuba imposto por Washington. Por sua vez, os acordos bilaterais representam uma alternativa ao bloqueio inesperado da proposta de criação da ALCA, rejeitada tanto nos maiores países da região, quanto pelo próprio Congresso dos EUA²⁴. Essa antiga agenda externa norte-americana para a região e os novos temas de segurança hemisférica propostos pelos Estados Unidos são questionadas cada vez mais profundamente entre alguns países latino-americanos,

²⁴ A iniciativa da ALCA foi paralisada não apenas pelos governos sul-americanos de esquerda e centro-esquerda, mas também pelo congresso norte-americano, que parece ainda preocupado com os efeitos sobre o mercado de trabalho estadunidense da integração do México ao Nafta.

vistas geopoliticamente como inseridas na lógica do Jogo de Poder eurasiático, mas distantes demais da realidade latino-americana.

Neste capítulo, aborda-se a percepção do Estado brasileiro diante das novas ameaças internacionais vinculadas pela agenda diplomática dos EUA, a partir da visão de especialistas na área de geopolítica, de diplomatas e dos discursos oficiais dos órgãos representantes da política externa do governo brasileiro. A metodologia centra-se no levantamento e classificação dos discursos das autoridades brasileiras de política externa e, principalmente, nos acordos internacionais celebrados pelo Brasil no período de 1990-2011 (a inclusão do ano de 1990 decorre do início do mandato de Fernando Collor), referentes às novas ameaças apontadas no cenário internacional pela potência hegemônica. As fontes pesquisadas foram os sites do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, incluindo acordos vigentes e em tramitação, e descartando as emendas e atos complementares em razão do elevado número de documentos. Foram 163 acordos analisados na área de segurança, divididos nos seguintes grupos: crime organizado internacional e tráfico de ilícitos; defesa; meio ambiente e preservação da Amazônia; energia nuclear e contenção de armamentos de destruição em massa; terrorismo; direitos humanos e questões migratórias.

Nos acordos bilaterais, a pesquisa foi realizada apenas com países que possuem maior relação com o Brasil e certa projeção no cenário regional ou internacional, dentre eles: EUA, os países da América do Sul exceto Guianas e Suriname, as principais nações da Europa (Reino Unido, França e Alemanha), os países do Bric's (China, Índia e Rússia) e, por fim, a África do Sul.

4.1 Crime Organizado Internacional e Tráfico de Ilícitos

De acordo com o documento oficial de Política Externa Brasileira de 2003/2010 do Itamaraty, a questão do tráfico de ilícitos é uma prioridade na atual agenda de segurança internacional, ligado ao avanço da globalização e a potencialização dos fluxos de bens, pessoas e capitais. O documento divide estas atividades em dois grandes campos: os crimes contra a pessoa – compreendendo o narcotráfico, tráfico de armas e munições, tráfico de pessoas e contrabando de migrantes –, e os crimes financeiros, tais como lavagem de dinheiro e corrupção (MRE, 2011).

Entretanto, o Brasil defende a responsabilidade compartilhada no enfrentamento do tráfico de ilícitos, englobando os países produtores, os países de trânsito e os países

consumidores. Reconhecendo-se como país de rota, o Brasil identifica como fator de relevância para a prevenção e repressão ao tráfico de drogas, o controle dos precursores químicos necessários à preparação de drogas ilícitas, ao qual tem dedicado especial empenho. É preciso destacar que em se tratando de América Latina, a questão central na agenda externa norte-americana é claramente o narcotráfico.

A ênfase posta pelos Estados Unidos em tal problemática resultou no fato que a produção, tráfico e comercialização de drogas proibidas passasse a constituir uma ameaça regional prioritária que necessitava, segundo a percepção da potência dominante do hemisfério, da utilização das Forças Armadas dos países da região em seu combate. (SAIN, 2003, p. 177).

Analistas como Pagliari (2004), colocam como questão de grande relevância o envolvimento das forças armadas locais nos mecanismos de segurança regional. De fato, desde março de 1996, “o subsecretário de Política da Secretaria de Defesa norte-americana, Walter Slocombe, reafirmou a tradicional posição norte-americana de militarizar o combate ao narcotráfico na região, sem diferenciar os países produtores daqueles que não o eram” (SAIN, 2003, p. 180). O grande projeto-piloto “Plano Colômbia” fora criado em 1998, no governo colombiano de Andrés Pastrana, e inicialmente “a prioridade era a construção da paz, por meio de negociações com os principais grupos guerrilheiros de esquerda do país, as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN)” (RIPPEL, 2004, p. 3), visando substituir as atividades clandestinas do tráfico de drogas por atividades econômicas legalizadas.

Sob o pretexto da questão do combate ao tráfico de ilícitos, a efetivação do Plano Colômbia facilitou intensamente a penetração militar estadunidense nos países da América Latina, principalmente na Colômbia²⁵, através de “programas de treinamento; assessoria; exercícios conjuntos; venda de material militar; estabelecimento de bases aéreas; e instalação de radares, entre outras” (RIPPEL, 2004, p. 6).

Sain (2003) frisa que dentre as funções das Forças Armadas latino-americanas no combate ao narcotráfico, destaca-se o desenvolvimento dos serviços de inteligência, transporte e logística, tais como o controle dos rios, da costa e dos espaços aéreos, além da aplicação da lei, objetivando dismantelar laboratórios e esconderijos de narcotraficantes. Mas a política externa brasileira se caracteriza pela garantia da soberania dos países da região e pela busca de mecanismos de segurança coletiva regional sem o envolvimento de potências

²⁵ Além da Colômbia, Peru, Bolívia e Equador também receberam assistência militar dos EUA através do Plano Colômbia.

externas à região. Enfatadamente, a diplomacia brasileira tem se posicionado contrária a militarização dos países sul-americanos por atores exógenos; e isto não significa descuidar do narcotráfico, pois como efeito colateral do Plano Colômbia, é possível que traficantes colombianos busquem novos territórios para servir de áreas de produção da matéria-prima e também de processamento da droga.

O Brasil, por ter um território imenso, com enormes regiões de difícil acesso e com fraca presença humana, por não controlar rigidamente a produção e o comércio de insumos necessários ao refino da cocaína e pela permeabilidade de sua fronteira norte, torna-se interessante para os narcotraficantes. (RIPPEL, 2004, p. 15).²⁶

Nesse sentido, Vidigal releva a importância da defesa da fronteira amazônica, temendo que se torne local de refúgio ou de transação de armas e drogas ilegais

[...] sem recursos para um programa racional de ocupação da área, com falta de meios militares que assegurem a inviolabilidade de nossas fronteiras contra grupos de bandidos, narcotraficantes ou tropas inimigas (a baixa probabilidade desta última não pode nos levar a ignorá-la), a Amazônia é hoje, muito possivelmente, a nossa maior Vulnerabilidade Estratégica (VIDIGAL, 2004, p. 25).

Como afirma Costa (2004, p. 53), a região amazônica necessita “da adequação das forças terrestres às suas condições peculiares, da modernização dos meios navais e, principalmente, do estabelecimento de sólidos e confiáveis sistemas de proteção aérea” para a contenção de agentes criminosos. Nesse sentido,

a entrada em operação do SIVAM/SIPAM deve fortalecer as ações de combate ao narcotráfico no território brasileiro, ajudando a identificar aeronaves suspeitas, pistas de pouso clandestinas e clareiras na floresta que possam indicar a presença de narcotraficantes ou grupos armados. O SIVAM deve também oferecer um cardápio de serviços a nossos vizinhos sul-americanos, que poderão, em certa medida, beneficiar-se da cobertura do projeto (SOARES, 2004, p. 164).

O SIVAM foi idealizado no governo Collor e inaugurado no governo Fernando Henrique Cardoso. O Brasil através do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em

²⁶ Para Oliveira (2004, p. 93), o Brasil deve ficar atento a uma possível instabilidade na região causada pelos conflitos que seguem na Colômbia, “pois a permanente irresolução do conflito interno no país vizinho contém o potencial de transbordamento para o Brasil e outros países da região.”

Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia”, realizado em Lima, em 25 de agosto 2003, busca estreitar suas relações de proteção da Amazônia com o Peru, a fim de criar as condições operacionais para aquele país tenha acesso aos sistemas do Sivam/Sipam (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011). Já no governo Dilma Rousseff, no âmbito do Ministério da Defesa, em 08 de dezembro de 2011, onze estados brasileiros assinaram o termo de adesão do Plano Estratégico de Fronteiras, visando coibir o tráfico de drogas e armas na fronteira com países vizinhos:

A iniciativa, que visa fortalecer as ações de segurança nas regiões de fronteira, possibilitará o acesso a recursos de R\$ 37 milhões para investimentos em projetos estruturantes nesses locais [...] Para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a assinatura do termo de adesão fortalece a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), programa decorrente do Plano de Fronteiras lançado em junho pela presidenta da República, Dilma Rousseff. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011b).

Para Oliveira (2004), o narcotráfico não representa ao Brasil risco imediato, recaindo ainda sobre os países produtores, onde os recursos movimentados são mais significativos como no caso da Colômbia. De acordo com Albuquerque (2010, p. 80) “a agenda diplomática brasileira atual continua refletindo a geopolítica da dependência, preocupada em honrar os compromissos internacionais segundo a concepção de segurança dos países centrais”, de modo a internalizar a agenda estadunidense de combate ao narcotráfico ainda que este não represente uma ameaça imediata ao Estado brasileiro.

A Quadro 1 traz os acordos celebrados pelo Brasil e países sul-americanos com exceção das Guianas. De um total de 163 acordos analisados, 38 deles se referem ao crime organizado internacional e o tráfico de ilícitos, e destes, 23 foram bilaterais.

Quadro 1 – Acordos bilaterais celebrados com os países da América do Sul sobre a temática do tráfico de ilícitos internacional

Título do acordo	Data de celebração	País
Declaração dos Ministros da Defesa da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Vigilância da Amazônia	09/11/2006	Peru
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais	06/12/1999	Peru
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia	25/08/2003	Peru
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos.	28/09/1999	Peru

Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	09/12/2005	Bolívia
Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/07/1999	Bolívia
Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	07/11/1997	Colômbia
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo a República da Colômbia para a Cooperação no Combate da Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros Materiais Relacionados	19/07/2008	Colômbia
Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	07/11/1997	Colômbia
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Bolivariana da Venezuela relativo aos procedimentos para autorização de sobrevoos em área de fronteira	28/04/2010	Venezuela
Acordo entre o Brasil e a Venezuela Relativo aos Procedimentos para Autorização de Sobrevoos sem Área de Fronteira	27/06/2008	Venezuela
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	30/12/2005	Venezuela
Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	07/11/1990	Equador
Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/07/1990	Equador
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos.	16/10/2003	Argentina
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos.	16/10/2003	Argentina
Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.	09/02/2002	Argentina
Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/05/1993	Argentina
Memorando de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e Outros Materiais Correlatos	26/11/2006	Paraguai
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados	20/06/2005	Paraguai
Memorando de Entendimento sobre Combate a Ilícitos Aduaneiros e Tributários de Contrafação e de Pirataria	20/05/2002	Paraguai
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais.	14/09/2004	Uruguai
Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Precursores e Produtos Químicos Imediatos.	16/09/1991	Uruguai

Fonte: Itamaraty.

Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Os acordos identificados no Quadro 1 revelam a importância desta temática para a segurança e estabilidade na percepção do Estado brasileiro, que possui acordos com todos os países exceto o Chile. Estes acordos possuem diversas naturezas, desde redução da demanda, prevenção do uso e combate e produção de ilícitos; combate ao tráfego aéreo de aeronaves envolvidas nas atividades narcóticas; contenção do contrabando e produção de armas de fogo, as quais financiam guerrilhas na região; e também os acordos que permitem sobrevoos em áreas de fronteira ou exercícios das forças aéreas conjuntas, como o BOLBRA (Bolívia e Brasil), COLBRA (Colômbia e Brasil), VENBRA (Venezuela e Brasil) e PERBRA (Peru e Brasil).

Entre Brasil e EUA, os acordos nesta temática também trazem números significativos, representando 11 dos 38 acordos, como demonstrado no Quadro 2. Os demais 4 acordos foram assinados com Rússia, China, África do Sul e um de ordem multilateral intitulado “Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos”, celebrado em 29/10/1999.

Quadro 2 – Acordos bilaterais celebrados com os EUA sobre a temática do tráfico de ilícitos internacionais

Título do acordo	Data de celebração	País
Memorando de Entendimento sobre Controle de Narcóticos e Aplicação da Lei entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	01/08/2008	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes e Aplicação da Lei entre o Brasil e os EUA - Ano Fiscal 2003.	26/09/2003	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes e Aplicação da Lei. Ano Fiscal 2002.	22/08/2002	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes e Repressão Legal - Ano Fiscal 2001	20/09/2001	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes – Ano Fiscal de 1999.	24/09/1999	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes - Ano Fiscal 1997. (Controle de Entorpecentes nº 1911-71022.2-0404).	25/09/1997	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes - Ano Fiscal 1997 (Controle de Entorpecentes nº 1911-71022.20101).	25/09/1997	EUA
Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate a Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes.	12/04/1995	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes.	12/09/1994	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes.	20/08/1993	EUA
Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes.	02/09/1992	EUA

Fonte: Itamaraty.

Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Apesar do número de acordos registrados, os dois gigantes americanos divergem na questão das formas de repressão deste crime. Esses antagonismos vêm desde o governo de Fernando Collor, quando buscou apoio de Washington para combater o processo inflacionário brasileiro e obtenção de novos empréstimos. Dentre as contrapartidas norte-americanas estavam à aplicação de reformas liberalizantes e a internalização pelo governo brasileiro de suas diretrizes estratégicas sobre as Forças Armadas da América Latina. Bandeira (2010, p. 64), revela que na XIX Conferência dos Exércitos Americanos, realizados em 1990/1991 surgiu

[...] a sugestão de que as Forças Armadas da América Latina se engajassem no combate ao narcotráfico, reduzissem seus efetivos, limitassem os armamentos às necessidades de autodefesa, obedecessem aos mecanismos de controle de tecnologias para a fabricação de mísseis balísticos e renunciassem a toda a tecnologia para a fabricação de artefatos nucleares [...] Com a missão de apresentar essas novas diretrizes estratégicas, estabelecidas pelo Pentágono, Dick Cheney, secretário de Defesa, visitou o Brasil e mais 14 países da América Latina, em fevereiro de 1992, recomendando às Forças Armadas que reorientassem seu papel e se dedicassem a missões de policiamento, sobretudo para o combate ao narcotráfico.

Essa nova tutela militar dos EUA, ainda mais com o final da Guerra Fria, deixou os militares brasileiros reticentes em relação ao Pentágono, especialmente quanto anunciado os planos do exército estadunidense na Amazônia, visando conter a guerrilha que assombrava a Colômbia:

O general Luiz da Rocha Veneu, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, criticou duramente as propostas do secretário de Defesa norte-americano, em reunião com todos os ministros de Collor de Melo, entre os quais alguns que com elas simpatizavam. E as forças armadas rechaçaram a proposta do governo americano, que oferecera treinar tropas brasileiras no próprio território dos Estados Unidos, em troca de que o Brasil consentisse o exercício de tropas norte-americanas na Amazônia, como já estavam a realizar em vários países da América Latina, espalhando pequenas bases, da Guiana até o Paraguai, a pretexto de combater o narcotráfico. Elas suspeitaram de que se tratava de armadilha, porquanto país nenhum treinaria tropas em região onde não imaginava que um dia viesse a combater. (BANDEIRA, 2010, p. 67).

A possibilidade de treinar suas tropas na Amazônia daria aos EUA um estratégico conhecimento do terreno, justamente o que lhe havia faltado na campanha do Vietnã, o que evidentemente deixou os militares brasileiros preocupados. Sendo assim, a presença militar dos EUA na América do Sul se tornou uma questão preocupante para o Estado brasileiro nas

questões de segurança na Amazônia, principalmente na fronteira com a Colômbia (HIRST, 2009).

As tensões entre Brasil e EUA na questão da segurança do espaço amazônico se agravam no governo de FHC, com o escândalo envolvendo a empresa estadunidense Raytheon Co., do consórcio vencedor da licitação para o fornecimento de equipamentos e serviços ao projeto SIVAM. De acordo com Bandeira (2010), na disputa acirrada entre a empresa dos EUA e a francesa Thomson-CSF, a Raytheon Co. foi acusada de usar de métodos fraudulentos como suborno, propinas e outras irregularidades. Mas a empresa estadunidense foi questionada no Brasil ainda devido à possibilidade de informações estratégicas do SIVAM e do espaço amazônico cair nas mãos dos EUA, de modo a comprometer a soberania brasileira na Amazônia.

A CIA possuía uma relação estreita com a Polícia Federal brasileira desde 1974, sustentada no pretexto do combate ao narcotráfico; e se intensificou com a celebração do “Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate a Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes”, em 12 de abril de 1995 (ver Quadro 2), oficializando a presença da CIA e do DEA no Brasil, “mas o fato era que o combate ao narcotráfico podia valer como pretexto pra quaisquer atividades de espionagem” (BANDEIRA, 2010, p. 106). Essa questão desencadeou protestos na própria Polícia Federal, “em reunião ocorrida em 18 de novembro de 1997, o delegado Luiz Zubcov, segundo o relato insinuou que a CIA se valia do programa de cooperação com a Polícia Federal para manter sua base de coletas de informações no Brasil” (BANDEIRA, 2010, p. 108).

Porém, após os atentados do 11 de setembro de 2001, a atenção dos EUA para a América do Sul se torna menor, e o narcotráfico que era o ponto de maior importância na agenda dos EUA para a região se tornou secundário. Como mostra Pagliari (2004, p. 78), “o terrorismo somente suplanta o narcotráfico na agenda norte-americana para o hemisfério depois dos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono”, ou seja, houve uma troca de prioridades.

Como a infiltração militar estadunidense no continente já estava garantida desde o Equador (base de Manta) até a Colômbia, os olhares da política externa dos EUA tomaram novo rumo, como afirma Herz (2002, p. 86):

Observa-se que a América Latina não constitui uma região de alta prioridade por uma série de motivos. Destaca-se a necessidade de estabelecer uma hierarquia de prioridades para distribuição de recursos e atenção. As regiões diretamente afetadas pela desestruturação do império soviético, a busca de

controle sobre as regiões petrolíferas no Oriente Médio e aquelas próximas ao Mar Cáspio, o conflito árabe-israelense, as ameaças advindas da proliferação de armas de destruição em massa em um conjunto de países, a necessidade de reestruturar a aliança atlântica e, finalmente, o terrorismo transnacional, não deixavam lugar para um olhar mais atento sobre o nosso hemisfério.

De fato, ao analisarmos os acordos entre Brasil e EUA expostos no Quadro 2, nota-se que desde 1992, apenas nos anos de 1996, 1998 e 2000 não foram realizados acordos nem memorandos sobre o combate ao narcotráfico, porém, a partir de 2003, quando da invasão norte-americana ao Iraque, os acordos referentes a esta temática voltam a aparecer somente em 2008, ou seja, cinco anos depois. Porém, mesmo que para os EUA o narcotráfico tenha se tornado um objetivo secundário, para o Brasil e os países do continente ele se torna tema prioritário em suas agendas. Em todos os governos do pós-Guerra Fria, foram celebrados acordos sobre o tráfico de ilícitos, com destaque ao governo de Lula, com 16 acordos, contra 14 das administrações de FHC, 4 de Itamar e 4 de Collor.

Assim, ainda que para o Brasil o narcotráfico não apresente risco imediato, o Estado brasileiro tem agido de todas as formas no sentido de conter o tráfico de ilícitos, inclusive buscando a cooperação internacional, mas sem contemplar a ingerência militar norte-americana no espaço amazônico brasileiro. Nesse sentido, abriria um caminho ainda mais favorável à integração sul-americana, um dos princípios norteadores da política externa brasileira. Princípio este que convergiu na política externa dos presidentes liberais como Collor, Itamar e Fernando Henrique, e na política “esquerdista” do presidente Lula.

4.1.1 A presença militar dos EUA como garantia de soberania

Acerca da razão da presença dos EUA na América do Sul, ainda que considerada uma região geopoliticamente secundária, Bandeira (2005) alega que:

Os objetivos dos EUA, na América do Sul, sempre foram assegurar as fontes de materiais estratégicos, tais como os campos de petróleo na Colômbia, Equador e Venezuela, as minas de estanho na Bolívia, as minas de cobre no Chile, e manter abertas as linhas de acesso. E, durante a década de 90, o Pentágono instalou, na América do Sul e em ilhas próximas, cerca de 20 guarnições militares, divididas entre bases aéreas e 17 bases terrestres de radar, nas quais aquartelavam cerca de 1.500 soldados, a um custo estimado de US\$ 337 milhões. Além da base de Manta, no Equador, contavam com

três no Peru e quatro na Colômbia, sendo que o restante é móvel e está em local secreto.

Nesta perspectiva, a iniciativa do Plano Colômbia vai além de seu objetivo declarado, tendo por fim o estacionamento “permanentemente de tropas e equipamentos americanos na América do Sul para facilitar eventuais intervenções” (GUIMARÃES, 2005, p. 189-190), incluindo o território amazônico brasileiro na fronteira com a Colômbia. De modo semelhante, Fernandes (sem data) aponta que a militarização do Paraguai pelos EUA, iniciada em 2005, tem como objetivos garantir os recursos naturais da região e ameaçar a integração regional através da Bolívia, o qual detém grande importância geopolítica como heartland da América do Sul. Como afirma Olic (2003):

A Bolívia é apenas em parte uma nação platina. Isso porque seu território situa-se na intersecção de três grandes unidades fisiográficas da América do Sul: além de terras platinas, a Bolívia é também cortada pela cordilheira dos Andes e tem parcela considerável de seu território drenado por rios pertencentes à bacia Amazônica. Essa localização peculiar confere ao país um papel fundamental em qualquer projeto de integração regional – seja entre os Andes e o Pacífico ou, eventualmente, entre as bacias Platina e Amazônica.

Para a hegemonia estadunidense na região torna-se imperativo impedir qualquer agrupamento autônomo em sua área de influência imediata. A escolha do Paraguai é justificada a partir das relações bilaterais do país platino com os EUA, e pela garantia de acesso às fronteiras da Bolívia. Como afirma Pereira (2007 apud FERNANDES, s.d., p. 33) “o núcleo geopolítico central do continente sul-americano envolve o Centro-Oeste brasileiro, nele inserido o Pantanal, a Amazônia Ocidental, o Paraguai, a Bolívia e partes significativas da Argentina, do Peru, da Colômbia e da Venezuela”. Esta posição estratégica ainda lhe confere a possibilidade de mobilizar efetivos na Tríplice Fronteira, assim como a obtenção de recursos naturais (controle das reservas de petróleo e gás de Tarija e monitoramento das reservas do Aquífero Guarani) (RODRIGUES, sem data).

Chomsky (1996) afirma que os EUA buscam conduzir sua política para a América do Sul através das questões de segurança com os países da região. Para que sua soberania na porção periférica da América seja garantida, realizando seus objetivos geopolíticos nacionais, os EUA buscam infiltrar bases militares e acordos para “fiscalizar” e ditar as regras do jogo aos países da região. Por fim, Fernandes (sem data, p. 33) coloca que esta questão corresponde a “uma nova forma de confrontação bélica caracterizada por fatores de interesse

econômico, que não enfrentam a um inimigo em particular, mas que busca apropriar-se dos recursos estratégicos e necessários para o capitalismo”.

4.2 O Terrorismo Visto a Partir da Periferia

A ameaça do terrorismo na América Latina começa antes do 11 de setembro, quando ainda no início da década de 1990 a Argentina, por duas vezes, foi alvo de atentados. O primeiro em 1992 contra a embaixada de Israel no país, e o segundo em 1994 contra a Associação Mutual Israelita-Argentina (PAGLIARI, 2004).

Mas é a partir dos ataques às torres do World Trade Center que o combate ao terrorismo se torna a principal diretriz da política externa dos EUA, sendo vendida ao resto do planeta como questão de segurança global. A América do Sul não ficaria de fora desta estratégia, com a sobreposição da agenda estadunidense de “terrorização” às agendas dos países da região. Por sua vez, o unilateralismo norte-americano no combate ao terrorismo “tende a ser ainda mais excludente para o hemisfério” (PAGLIARI, 2004, p. 73).

Inicialmente, o Brasil chegou a convocar uma reunião do Órgão de Consulta da OEA com a finalidade de recriar o desestruturado TIAR, alegando a importância da defesa hemisférica frente ao terrorismo, sem alcançar resultados.

O Ministro brasileiro das Relações Exteriores Celso Lafer, em pronunciamento ao Congresso Nacional em 03 de outubro de 2001, referiu que os ataques terroristas desferidos contra os Estados Unidos em setembro de 2001, desencadearam um processo de mudanças no curso das relações internacionais, perturbando a dinâmica do sistema internacional. Por isso, atualmente falar em defesa hemisférica assume outro caráter, pois a mesma não mais se referente a uma ameaça externa provinda de outro Estado. A ameaça externa pode estar representada pelo terrorismo internacional, que assume um caráter novo no sentido de que ele não está vinculado a um território ou governo, ou seja, ele não se vincula a nenhum Estado, o que dificulta o combate a esse tipo de ameaça. (PAGLIARI, 2004, p. 74).

De qualquer maneira “o Brasil somou-se ao esforço internacional para combater, prevenir e erradicar o terrorismo, implementando de boa fé a Resolução 1373 do Conselho de Segurança aderindo aos padrões internacionais nessa área” (SOARES, 2004, p. 165). Vidigal (2004), afirma que as emendas de dezembro de 2002 concluídas na Convenção sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) obrigaram os navios brasileiros a tomar uma

série de providências antiterroristas no comércio internacional, bem como nos portos que atendem a esses navios nacionais e estrangeiros.

O governo dos EUA geriu fortes suspeitas de células terroristas na região da Tríplice Fronteira logo após o Onze de setembro. Dentre os grupos suspeitos que se enquadravam de atuarem na região estavam o Hamas da Palestina, o Hezbollah do Líbano e Al Qaeda do Afeganistão, supostamente envolvidos no contrabando de produtos ilegais e contando com a ineficiência da fiscalização na área fronteiriça, porém nada foi totalmente confirmado. Moniz Bandeira (2010) afirma que desde os atentados terroristas, funcionários do governo norte-americano se esforçaram para, de qualquer modo, vincular a região chamada de *Tri-border Area* (TBA) às atividades terroristas internacionais.

Um artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, em 2003, de autoria de Jessica Stern, então docente da *Public Policy at Harvard's John F. Kennedy School of Government*, alegava que havia uma crescente evidência terrorista na “Lowless triborder”, e por detrás dos grupos citados acima, estavam Síria e Irã (BANDEIRA, 2010). No ano seguinte, o embaixador Rubens Barbosa enviara uma carta à citada revista, comentando o artigo de Jessica Stern, qualificando-o como uma acusação injusta:

Essa região, disse ele, estava sob vigilância havia mais de uma década, e, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, os esforços redobram, com a criação pelo Brasil, Argentina e Paraguai do Grupo de Trabalho sobre o Terrorismo, e o mecanismo 3+1, que combinava a coleta de inteligência e intercâmbio de informações pelos três países do Mercosul, em cooperação com os Estados Unidos. Assim ressaltando que o Brasil nunca deixara de investigar uma acusação séria ou confiável respeito da presença de terroristas, Rubens Barbosa concluiu acentuando que não podia deixar de contestar as alegações feitas sem fundamento de Jessica Stern, que visava perpetuar a “*damaging stereotype*” do Brasil na luta contra o terrorismo e de milhares de brasileiros, argentinos e paraguaios que viviam na Tríplice Fronteira. (BANDEIRA, 2010, p. 326).

Em 30 de novembro 2010, dois artigos foram publicados na homepage do Ministério das Relações Exteriores, revelando que em 2008, um documento despachado pela embaixada dos EUA em Brasília, vazado pelo site da Wikileaks, alegava suspeitas de terrorismo na Tríplice Fronteira, e atividades realizadas por indivíduos com vínculos com o terrorismo em São Paulo e no Sul do Brasil. Ao mesmo tempo, afirmava que o país sul-americano cooperava fortemente através de investigações na região.

[...] Os mais altos órgãos do governo brasileiro, “particularmente o Ministério das Relações Exteriores”, são “extremamente sensíveis a

quaisquer alegações de que terroristas tenham uma presença no Brasil – seja para levantar fundos, arranjar logísticas ou mesmo transitar pelo país – e irão rejeitar vigorosamente quaisquer declarações” nesse sentido sobre o tema. (MRE, 2010).

Segundo o referido documento, o governo brasileiro tratava do assunto com muita cautela, principalmente para não estigmatizar as numerosas comunidades muçulmanas no Brasil, além de não prejudicar a cidade de Foz do Iguaçu como atrativo turístico. As acusações de existência de células terroristas na Tríplice Fronteira continuam até hoje sendo repelidas pelos órgãos brasileiros, pois, até agora, nada foi totalmente comprovado.

Entretanto, mesmo que o Brasil incorpore o terrorismo como uma ameaça à segurança global e nacional, e inclusive assinando acordos multilaterais para seu combate (ver Quadro 3), esta temática não é uma prioridade na agenda de política externa (e de defesa) dos países da região, com exceção da Colômbia. O próprio documento Estratégia de Defesa Nacional, de 2008, cita o terrorismo apenas uma vez.

Mesmo no caso do acordo com os colombianos, é preciso observar que o terrorismo em tela no país vizinho não se liga ao fundamentalismo religioso e, portanto, aos objetivos geopolíticos estratégicos norte-americanos no Oriente Médio Expandido.

Quadro 3 – Acordos multilaterais sobre o terrorismo

Título do acordo	Data de celebração
Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção	09/11/2001
Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo	26/12/2005
Convenção Internacional para a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas.	26/09/2002
Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns	20/06/2000
Convenção Interamericana contra o Terrorismo	26/12/2005
Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos.	29/10/1999
Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem eles Transcendência Internacional.	04/06/1999

Fonte: Itamaraty.
Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Dos 163 acordos analisados, sete são dedicados ao terrorismo em âmbito multilateral, sendo cinco deles celebrados no governo FHC (Quadro 3). Interessante observar que três destes acordos do período FHC são anteriores aos atentados do 11 de setembro. No governo Lula os acordos nesta temática foram apenas dois, ambos em 2005.

No âmbito bilateral, o Brasil celebrou apenas dois acordos, um deles com a Colômbia, principal foco terrorista da região, porém, sem qualquer relação com o fundamentalismo religioso, mas ainda residual da Guerra Fria e seu antagonismo ideológico. O objetivo do acordo Brasil-Colômbia é de contenção as FARC, considerados agentes potenciais para a invasão do território amazônico brasileiro. O segundo destes acordos bilaterais é com a Rússia, celebrado logo após os atentados (Quadro 4).

Quadro 4 – Acordos bilaterais sobre o terrorismo

Título do acordo	Data de celebração	País
Acordo por Notas Reversais para a Constituição do Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo	26/06/2006	Colômbia
Declaração sobre o Combate ao Terrorismo	12/12/2001	Rússia

Fonte: Itamaraty.
Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Nota-se que o terrorismo está longe de ser um tema prioritário na agenda brasileira, mesmo com o registro de atentados na vizinha Argentina ou das acusações norte-americanas acerca da atuação de células terroristas na Tríplice Fronteira. Observa-se que as motivações dos atentados na Argentina foram diferentes do ódio gerido pelos terroristas islâmicos ao governo norte-americano no 11 de Setembro e a *posteriori*, pois os ataques não tiveram como alvo o povo ou o Estado argentino, mas ramificações de organismos oficiais e da sociedade civil judaica. Isto não torna o crime menos hediondo, mas atesta que o fundamentalismo religioso islâmico não tem por alvos os Estados sul-americanos até o momento. Isto justifica que os países da região considerem o fenômeno totalmente secundário em suas agendas doméstica e externa. Ainda, de acordo com Guimarães (2005, p. 310):

O próprio fato de não estarem os países sul-americanos envolvidos nas espinhosas questões do Oriente Médio e do Magreb, de neles não existirem grupos étnicos importantes, majoritários e oprimidos, exceto os indígenas no Equador, Peru e Bolívia, mas não na Argentina, no Brasil, no Chile e Uruguai e demais países, nem comunidades religiosas antagonicas, como ocorre na Índia, nem a presença de setores ocidentalizados em contrataste com a população local de cultura antiga e tradicional, torna a possibilidade de atentados terroristas com origem nestes tipos de situação bastante reduzidas (...).

Assim, as discrepâncias da política externa brasileira em relação à agenda emanada da política externa dos EUA no combate ao terrorismo se mantêm fortes, como mostra Pagliari (2004, p. 105):

O Brasil repudia a associação automática entre terrorismo e pobreza, por entender que pode levar a uma injusta discriminação contra países em desenvolvimento. Além disso, entende que métodos repressivos não vão dissipar o ódio dos extremistas, o que se requer são ações diplomáticas a luz do direito internacional. Deve haver um combate firme à violência do terrorismo com um claro compromisso com a democracia e inclusão social, nas palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em conferência sobre o terrorismo em Nova Iorque.

Guimarães (2005), de modo semelhante, coloca que a eliminação do terrorismo internacional não decorrerá da derrota militar desses Estados ou de seu isolamento político, em razão do terrorismo estar isento de qualquer nacionalidade.

4.3 A Energia Nuclear e a Política de Contenção de Armas de Destruição em Massa

A política de contenção de armamentos de destruição em massa possui um importante lugar na agenda internacional, aparecendo inclusive na agenda do Estado brasileiro tanto no viés bilateral como multilateral e através da participação em fóruns internacionais. Porém, o Brasil discorda do modo como as potências centrais vinculam estas políticas de contenção à negação do domínio de tecnologias sensíveis pelos países subdesenvolvidos, especialmente em relação ao uso da energia nuclear para fins pacíficos. Em documento sobre esta temática, o Itamaraty complementa que:

A atuação internacional do Brasil na área de desarmamento e não-proliferação tem buscado fortalecer e ampliar o envolvimento do país nos principais foros de debate, defendendo os interesses nacionais e explorando as oportunidades que se apresentam. O Brasil considera que a busca do desarmamento nuclear deve ser mantida como a mais alta prioridade da agenda internacional de paz e segurança, uma vez que a posse de armas de destruição em massa – em particular de arsenais atômicos – é motivo de séria preocupação para toda a humanidade. Ao mesmo tempo, o Brasil defende que os esforços para não-proliferação de armas de destruição em massa não podem comprometer o direito à utilização de tecnologias sensíveis para fins legítimos. (MRE, 2011).

O objetivo dos EUA sempre foi de impedir o desenvolvimento de tecnologias nucleares na América Latina, como demonstra o exemplo histórico das dificuldades impostas por Washington ao programa de desenvolvimento da tecnologia de centrifugação de urânio acordado com a Alemanha ainda no regime militar. Logo após o fim da Guerra Fria, o governo norte-americano fez exigências e pressionou os países da região para que renunciassem as suas ambições de se tornarem potências nucleares, especialmente Argentina e Brasil.

O governo Collor, o primeiro presidente no pós-Guerra Fria, redirecionando a política externa brasileira para um alinhamento automático com Washington,

[...] cedeu à pressão dos EUA para que renunciasse a qualquer ambição de autonomia em questões de caráter estratégico. Aceitou, indiretamente, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), assinando o Acordo Quadripartite com a Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC) e com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e aderiu ao Tratado de Tlatelolco, com a retirada das ressalvas sobre as explosões atômicas para fins pacíficos. (BANDEIRA, 2010, p. 57).

A assinatura dos acordos internacionais foi acompanhada da desativação do Programa Nuclear Paralelo, iniciado na década de 1980. O programa nuclear brasileiro até então obtivera um considerável sucesso, garantindo ao Brasil o domínio do processo de enriquecimento de urânio através da ultracentrifugação (BANDEIRA, 2010), um dos principais objetivos da ambição brasileira para criação de sua bomba nuclear. O único dos programas sobreviventes do período foi da Marinha, que alcançou o domínio da tecnologia de ultracentrifugação para o primeiro motor nuclear, para mover os primeiros submarinos nucleares brasileiros, que serão adaptados da tecnologia francesa de construção de submarinos convencionais.

O maior símbolo da capitulação brasileira na era Collor foi ao dia 17 de setembro de 1990, quando o próprio presidente comandou “o fechamento de um poço, com 1 km de profundidade, escavado na Serra do Cachimbo para explosões subterrâneas experimentais, e uma semana depois anunciou na ONU que o Brasil rejeitava a idéia de qualquer prova que implicasse explosões nucleares, mesmo para fins pacíficos” (BANDEIRA, 2010, p. 57). Essas decisões e atitudes de Collor reforçaram o descontentamento dos militares em relação a seu governo.

Com a entrada de Fernando Henrique Cardoso as diretrizes da política nuclear brasileira de contenção de armamentos não foram alteradas, uma vez que a política externa brasileira daquele governo ampliava o globalismo, mas sem afetar as premissas de melhoria nas relações com os EUA (VIZENTINI, 2005). Logo no início de seu mandato, em 1995, Fernando Henrique assina a adesão brasileira ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), uma associação informal e voluntária dos países que compartilham os objetivos da não-proliferação de sistemas de entrega não-tripulados capazes de transportar armas de destruição em massa, e que procuram coordenar os esforços de exportação nacional de licenciamento com vista a prevenir sua proliferação (MTCR, 2012).

Em 1998, ainda no governo Fernando Henrique, o Brasil adere ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que até então sempre fora classificado pelo Brasil como discriminatório, pois significava a aceitação do status dos países detentores de modo a legitimar uma ordem internacional baseada no desequilíbrio de poderes entre os Estados (BANDEIRA, 2010). O TNP prevê que os países que já possuíssem armas nucleares poderiam mantê-las, porém sua produção deveria ser cessada, e que os países que não as possuíam de maneira alguma poderiam desenvolvê-las, ou seja, “ele cria dois tipos de países, os com direito e os sem direito à bomba” (BERTONHA, 2006, p. 76).

Segundo declaração do próprio presidente FHC:

[...] a resistência ao TNP se convertera em obstáculo à continuidade do progresso tecnológico do Brasil [...] Julgou também que a recalcitrância em aderir ao TNP, além de inócua, passara, outrossim, a estorvar o Brasil, em sua dimensão política, ou seja, a sua pretensão de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, cuja reforma e ampliação advogava, bem como de participar de outros mecanismos do processo decisório internacional, por modo a enfrentar o desafio da globalização da economia. (BANDEIRA, 2010, p. 147).

Na atualidade, além da continuidade do programa nuclear da marinha, o Estado brasileiro declara a possibilidade do uso desta energia para fins não militares no “Plano Nacional de Energia 2030”, que reconhece a energia nuclear como alternativa viável e desejável para a necessária expansão da capacidade geradora brasileira, prevendo a ampliação da participação dessa fonte na matriz energética brasileira do atual 1,5% para cerca de 3% até 2030 (MRE, 2011).

Em julho de 2008, foi criado o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro com o objetivo de fixar diretrizes e metas para o progresso do PNB no curto, médio e longo prazos, bem como supervisionar

sua execução. A coordenação do Comitê cabia à Casa Civil, sendo reservado ao Itamaraty o papel de coordenador do Subgrupo de Parcerias Internacionais. Nas últimas reuniões do Comitê, realizadas em 5 e 8 de dezembro de 2008, houve concordância quanto à conveniência de maior engajamento do Brasil em programas de cooperação bilateral, regional ou multilateral com a finalidade central de ampliar a capacitação de nosso pessoal técnico. (MRE, 2011).

A Quadro 5 traz os principais acordos de caráter multilateral celebrados pelo Brasil visando tanto à utilização pacífica da energia nuclear como seu apoio à política internacional de contenção e proliferação deste tipo de armamentos.

Quadro 5 – Acordos multilaterais celebrados no âmbito da energia nuclear e não proliferação de armamentos de destruição em massa

Título do acordo	Data de celebração
Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco).	16/09/1994
Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.	12/07/1998
Convenção sobre Pronto Notificação de Acidente Nuclear.	15/01/1991
Convenção sobre Assistência ao Caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica.	15/01/1991
Convenção sobre a Proteção Física de Materiais Nucleares	16/04/1991
Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares.	09/03/1993
Convenção de Segurança Nuclear	07/01/1998
Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro do Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos	19/10/2006
Acordo entre a República da Argentina a República Federativa do Brasil, a Agência Brasileira-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a Agência Internacional de Energia Atômica	24/02/1994
Acordo de Cooperação para a Promoção da Ciência e da Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe (ARCAL)	09/05/2006
Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo. (CPAQ).	03/01/1999

Fonte: Itamaraty.

Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Dos 163 acordos observados na pesquisa, 11 acordos no âmbito multilateral se encaixam nesta temática. Destes acordos, a esmagadora maioria foi ratificada nos governos neoliberais, de maior afinidade com as políticas impostas pelos EUA. Foram três acordos no período de Collor, três no período Itamar e três no período FHC, mas também foram assinados dois acordos no governo Lula, usualmente não rotulado como neoliberal. No âmbito bilateral, o Brasil celebrou também 11 acordos, com EUA, Rússia, França, Chile Equador e Argentina, este último recebendo elevado destaque, com seis acordos exclusivos (Quadro 6).

Quadro 6 – Acordos bilaterais realizados no âmbito da energia nuclear e não proliferação de armamentos de destruição em massa

Título do acordo	Data de celebração	País
Convênio Complementar de Cooperação Técnico-Científica na Área Nuclear	07/11/1990	Equador
Acordo de Cooperação no Campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear.	20/03/2002	Chile
Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação Nuclear	03/08/2010	Argentina
Carta de Intenções sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA)	18/11/2009	Argentina
Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear	30/11/2005	Argentina
Declaração Conjunta por Ocasão do 5º Aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).	10/11/1997	Argentina
Declaração Conjunta Concernente a Criação da Agência Argentino-Brasileira de Aplicações da Energia Nuclear (ABAEN).	14/08/2001	Argentina
Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina.	28/11/1990	Argentina
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	14/10/1997	EUA
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear.	25/10/2002	França
Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	15/09/1994	Rússia

Fonte: Itamaraty.

Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Destes, a esmagadora maioria, também foram realizados nos governos neoliberais de Collor (2), Itamar (1) e FHC (5). Embora individualmente o governo Lula pareça em segundo lugar com três acordos bilaterais celebrados, estes se destacam pelo desenvolvimento de tecnologias sensíveis, diferentemente da orientação dos governos anteriores de proibição e controle destas tecnologias.

De qualquer forma, a desativação do projeto da bomba atômica brasileira ocorrido nos governos neoliberais do pós-Guerra Fria não foi revertida ao longo da década de governo petista²⁷. Nesse sentido, essa aproximação significativa com a Argentina no campo da energia nuclear representa este novo paradigma de

[...] dar garantias à comunidade internacional da utilização exclusivamente pacífica de energia atômica e superar assim as dificuldades para a obtenção

²⁷ Os projetos ambiciosos de aquisição de armas nucleares pelos países sul-americanos foram abandonados, sendo assim, os acordos e declarações afirmam que a região está livre das armas de destruição em massa (HERZ, 2002).

de equipamentos e tecnologia avançada no exterior, afastando as suspeitas, que afetavam inclusive as relações bilaterais, sobre uma possível corrida de armas nucleares no Cone Sul. (BANDEIRA, 2010, p. 143).

Entretanto, em 2007, no governo Lula, o Brasil anuncia a retomada do projeto de seu submarino nuclear, como mostra o documento Estratégia de Defesa Nacional, sob o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008:

O Brasil tem compromisso – decorrente da Constituição Federal e da adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – com o uso estritamente pacífico da energia nuclear. Entretanto, afirma a necessidade estratégica de desenvolver e dominar essa tecnologia [...] E levar a cabo, entre outras iniciativas que exigem independência tecnológica em matéria de energia nuclear, o projeto do submarino de propulsão nuclear (ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL, 2008, p. 12).

Para assegurar o objetivo de negação do uso do mar, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear. Acelerará os investimentos e as parcerias necessários para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear. Armará os submarinos, convencionais e nucleares, com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los. Cuidará de ganhar autonomia nas tecnologias cibernéticas que guiam os submarinos e seus sistemas de armas, e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas. (ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL, 2008, p. 21).

De acordo com site especializado Defesonet, em 2023 o país finalmente fará parte do clube de nações com submarinos nucleares, junto com França, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e China, justamente os países que fazem parte do Conselho de Segurança da ONU (DEFESANET, 2011h). A aquisição do submarino nuclear pelo Brasil irá gerar um desequilíbrio em relação aos países da região, sendo este tipo de equipamento um dos mais sofisticados em nível mundial:

Segundo o professor argentino, o projeto reforça o movimento de liderança do Brasil na região. A mudança de status, não apenas econômico, mas também militar, faz com que Brasília possa “se tornar interlocutora dos países da América do Sul frente ao mundo. E isso pode não ser do agrado de alguns países”, ressalta [...]. Para o chileno Roberto Durán, “à medida que os países vão crescendo, há elementos que reforçam seu novo status, como um melhor aparelhamento militar”. “Isso já ocorre com a China”, diz. Embora veja o investimento nas Forças Armadas como parte da emergência do Brasil como potência econômica, Durán ressalta que o projeto do submarino pode causar desconforto na região e ser usado como bandeira política por

movimentos nacionalistas, “sobretudo nos países andinos”, citando a Bolívia, o Peru, a Colômbia e também a Venezuela. (DEFESANET, 2011h).

Com a posição ascendente de sua economia e no cenário internacional, o Brasil busca a inovação de sua frota marítima. Como parte da Estratégia de Defesa Nacional apresentada em 2008, a Marinha ficou encarregada de desenvolver uma força para proteger as enormes reservas de petróleo do pré-sal, a bacia do Rio Amazonas e seus 7.491 quilômetros de costa no Atlântico (DEFESANET, 2011i). Além disto, uma maior participação brasileira na formação das 'agendas globais', inclusive com capacidade de mediação nos conflitos internacionais, passa pelo objetivo de conquista de cadeira de membro permanente do Conselho de Segurança, que voltou a fazer parte das pretensões brasileiras também no governo de Lula.

Exemplificando esta nova postura diplomática brasileira no governo Lula, no ano de 2010, tivemos a costura com a Turquia e o Irã de um acordo de reaproximação diplomática do país persa com o ocidente, visando amenizar os embargos e pressões dos EUA sobre o programa nuclear iraniano. O acordo consistia na troca de urânio pouco enriquecido do Irã por combustível nuclear enriquecido no exterior, mas não teve aprovação de Washington.

Como a atual política internacional de contenção de armas de destruição em massa, seguindo à linha dos EUA, não afeta a produção de nosso primeiro submarino nuclear, esta temática ainda não foi alçada à condição de prioridade na atual agenda diplomática brasileira. Se esta é uma posição gradualista de não comprometer o relacionamento estável com Washington e antes do devido tempo, apenas a história política futura registrará.

De qualquer forma, o Brasil logra inserir nas discussões globais, questões de grande relevância para os países emergentes no que se refere a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, e sem sofrer pressões diplomáticas maiores e sanções comerciais. Pois se tratando de relações internacionais, o Brasil na maior parte de sua vida republicana tem seguido uma via pacifista, optando sempre pelo uso da diplomacia ao invés do uso da força, se posicionando a favor da solução pacífica de contenciosos e condenando o uso da força para a obtenção de resultados externos (COSTA, 1999).

4.4 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Amazônia

As questões sobre a preservação do meio ambiente também ganharam elevado destaque em matéria de segurança global, e tendem a ser um grande desafio para a comunidade internacional nos próximos anos. Em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, a primeira megaconferência diplomática desde o fim da Guerra Fria, e livre da antiga dicotomia Leste-Oeste que provinha do mundo bipolar.

A iniciativa de colocar o Brasil como sede do encontro fez parte da política externa de Collor, a qual buscava manter um bom relacionamento com os EUA, cuja agenda hegemônica pressionava pela inclusão de políticas ambientais:

Nesse contexto, o Chanceler [Celso Lafer] conferiu ênfase à Rio 92 como o ponto inaugural de uma nova era na diplomacia brasileira, cujas propostas de âmbito multilateral teriam tal peso que deveriam ser obrigatoriamente discutidas pelos países desenvolvidos. A Conferência do Rio teve também o papel de posicionar o Brasil como país mediador ou, como prefere Lafer, “construtor de consensos”, haja vista a estratégia de aproximação com o mundo desenvolvido sem abrir mão da autonomia decisória nacional. (SANTANA, 2006, p. 9).

Para Santana (2006), a partir da conferência do Rio, o Itamaraty retornou a ser o agente coordenador no processo de decisão da política externa do país, papel do qual foi afastado no início do governo Collor. Na convenção, diversos assuntos ambientais foram abordados, como o aquecimento global e o desenvolvimento sustentável.

O conceito do desenvolvimento sustentável, lançado pelo Relatório Brundtland de 1987, foi o impulso orientador consagrado na Rio-92. Neste conceito estão consorciadas a legítima preocupação com o meio ambiente e a não menos legítima preocupação com o crescimento econômico e a pobreza. É um paradigma do desenvolvimento que, além dos requisitos de consistência econômica, leva em conta a fragilidade dos ecossistemas. (LAFER, 2007).

Além das discussões apresentadas, foram produzidos importantes documentos que pautavam a preservação ambiental, dentre eles, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção das

Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, e a Agenda 21 Global.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992, porém entrou em vigor no Brasil apenas em 1998, e possuía como objetivo

[...] alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável (MRE, 1998).

Para reforçar os objetivos desta convenção, em 1997 foi criado o Protocolo de Quioto, assinado no mesmo ano pelo Brasil, já durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Com entrada em vigor prevista para 2005. O Itamaraty através do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, mantém uma relação de diálogo com diversos representantes de setores interessados na questão das mudanças climáticas, desde empresas públicas e privadas, ONGs ambientais, institutos de pesquisa, entre outros.

A última Conferência das Partes, a COP-15, realizou-se em Copenhague, em dezembro de 2009. Na ocasião, consultas políticas de alto nível, conduzidas por grupo limitado de Chefes de Estado, incluindo os países do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), geraram texto resumido, intitulado “Acordo de Copenhague”, que foi apresentado como projeto de decisão da Conferência das Partes. Não foi possível, contudo, alcançar o consenso necessário para a adoção do documento pela COP, cuja decisão final sobre o assunto “tomou nota” do Acordo (MRE, 2011).

Especialmente o tema da preservação das florestas adquiriu grande relevância na agenda brasileira, pois cerca de 60% do território nacional é coberto por vegetação florestal, questão que leva o Brasil a ser um grande participante dos diversos fóruns internacionais. Além da proteção ambiental (redução do desmatamento e ampliação da cobertura florestal), também questões econômicas (valorização de instrumentos econômicos), comerciais (acesso a mercados), sociais e culturais (proteção dos conhecimentos tradicionais e repartição dos benefícios) são consideradas (MRE, 2011).

O principal foco de preocupação do Estado brasileiro está na região Amazônica, detentora de enorme cobiça internacional devido a sua rica biodiversidade e riqueza natural. Torna-se então um imperativo sua preservação pelo Brasil, como citado na Estratégia de Defesa Nacional (2008, P. 26): “o desenvolvimento sustentável da região amazônica passará a ser visto, também, como instrumento da defesa nacional: só ele pode consolidar as condições para assegurar a soberania nacional sobre aquela região”.

A diplomacia brasileira vem apresentando, nos foros internacionais, os avanços do País em suas políticas de conservação florestal e promoção de atividades sustentáveis. Entre os resultados do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) está a redução de 59% entre 2004 e 2007, por meio de por meio de ações nas áreas de ordenamento fundiário e territorial; monitoramento e controle; e atividades produtivas sustentáveis. Outros dados que ganham projeção internacional dizem respeito ao uso sustentável dos recursos florestais. O Brasil é referência em cadeias produtivas diretamente associadas a recursos naturais, como mineração, agricultura, energia e floresta. (MRE, 2011).

O Brasil logrou, em 2009, a aprovação pela Assembleia Geral da ONU da sede da Conferência de alto nível das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, em 2012, a Rio+20, que terá a biodiversidade entre seus grandes temas (MRE, 2011). Nota-se então a importância desta temática para a agenda de segurança brasileira, novamente confirmada pela frequência de acordos pesquisados no site do Itamaraty (Quadros 7 e 8).

Quadro 7 – Acordos bilaterais realizados abrangendo a temática ambiental

Título do acordo	Data de celebração	País
Declaração dos Ministros da Defesa da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Vigilância da Amazônia	09/11/2006	Peru
Declaração dos Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru sobre Integração Física e Conservação do Meio Ambiente	21/01/2006	Peru
Acordo Complementar na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	28/08/2004	Peru
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia	25/08/2003	Peru
Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos	25/08/2003	Peru
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Subprograma de Cooperação Técnica em Desenvolvimento Sustentável e Transferência de Informações Temáticas.	16/06/1997	Bolívia
Convênio para a Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos	15/08/1990	Bolívia

Naturais nas Áreas de Fronteira.		
Declaração de Cartagena de Índias para a Conservação do Meio Ambiente.	07/11/1997	Colômbia
Memorando de Entendimento entre o Brasil a Venezuela sobre Cooperação Ambiental	27/06/2008	Venezuela
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente	14/11/2006	Chile
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	09/04/1996	Argentina
Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes	01/09/1994	Paraguai
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	28/12/1992	Uruguai
Declaração Conjunta sobre Meio Ambiente.	16/09/1991	Uruguai
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Mudança do Clima	03/03/2010	EUA
Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum para o Meio Ambiente.	23/10/1995	EUA
Memorandum de Entendimento entre o SEMAM, IBAMA e o EPA	16/11/1990	EUA
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Conservação da Biodiversidade Florestal	13/10/2005	China
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Proteção Ambiental.	17/08/2005	China
Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum para o Desenvolvimento Sustentável.	08/11/1996	China
Protocolo de Cooperação entre o Brasil e a França para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico, tanto do Lado Brasileiro como do Lado Francês	23/12/2008	França
Acordo Complementar sobre a Cooperação na Área de Mudança do Clima e Desenvolvimento e Implementação de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	15/07/2005	França
Declaração Conjunta no âmbito da Luta contra Catástrofes de Origem Natural e Tecnológica e, em Particular, contra os Incêndios de Florestas.	05/04/2001	França
Declaração Conjunta do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Diálogo de Alto Nível Brasil-Reino Unido sobre Desenvolvimento Sustentável	07/03/2006	Reino Unido
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha	13/12/2009	Alemanha
Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (1997 - 2000)	14/02/2002	Alemanha
Declaração Conjunta sobre Agenda Comum Brasil-Alemanha para o Meio Ambiente.	20/11/1996	Alemanha
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento “Proteção da Mata Atlântica/Paraná.	06/04/1995	Alemanha
Agenda Comum para o Meio Ambiente.	27/01/1996	Índia
Memorando de Intenções sobre o Desenvolvimento da Cooperação no Domínio da Defesa do Meio Ambiente entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia	11/10/1994	Rússia

Fonte: Itamaraty.

Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Dos 163 acordos pesquisados, impressionantes 46 pertencem ao tema de proteção ambiental, sendo 30 de caráter bilateral. Nota-se que grande parcela destes acordos é reservada aos países sul-americanos, principalmente os que compartilham a floresta amazônica. Os EUA e países europeus também possuem peso relevante nestes acordos bilaterais, em razão da importância da defesa desta temática de segurança nos respectivos países.

A liderança de acordos nesta temática no período estudado coube aos governos de Collor e FHC, com 16 cada, em contrapeso, no governo Lula foram celebrados 14 acordos. No âmbito multilateral os acordos na temática ambiental também foram significativos.

Quadro 8 – Acordos multilaterais realizados abrangendo a temática ambiental

Título do acordo	Data de celebração
Tratado de cooperação amazônica	14/12/1998
Protocolo de Quioto para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática.	05/12/2005
Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica	16/02/2006
Protocolo de 1978 Relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, 1973. (MARPOL PROT-78 ou MARPOL 73/78).	03/04/1998
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	25/10/2005
Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima.	07/01/1998
Convenção sobre Diversidade Biológica	16/03/1998
Convenção Relativa às Zonas Úmidas de Importância Internacional, particularmente como “Habitats” das Aves Aquáticas.	16/05/1996
Convenção Internacional para Prevenção, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo (OPRC-90).	12/10/1998
Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, 1973 (MARPOL).	03/04/2008
Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca e/ou Desertificação Principalmente na África	20/08/1998
Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas.	13/06/2001
Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (PIC)	31/01/2005
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)	20/06/2005
Convenção da Basiléia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.	19/07/2003
Acordo Constitutivo do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (Ata de Montevideú).	13/04/1998
Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul	17/09/2004

Fonte: Itamaraty.

Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Dos 17 acordos de caráter multilateral, nove foram realizados pelos governos neoliberais e oito pelo governo Lula, uma diferença quase que insignificante, remetendo na continuidade da política externa brasileira nessa temática, independente da divergência entre os governos. Os acordos dividem-se em vários ramos ambientais, como alterações climáticas, combate a desertificação, sobretudo nos países africanos, combate a poluição das águas por óleo ou produtos tóxicos, conservação da vida animal, entre outros.

Dentre o projeto brasileiro de desenvolvimento sustentável, inclui-se o aumento de utilização de energias renováveis, pois no âmbito das mudanças climáticas, o aquecimento global está diretamente associado ao uso de combustíveis fósseis. A Quadro 9 traz uma comparação das fontes de energia nas matrizes energéticas do Brasil com as médias da OECD e do mundo, em 2007.

Quadro 9 – Comparação da participação de diversas fontes de energia: Brasil, OECD e mundo - 2007

Fonte	Brasil	OECD	Mundo
Petróleo (%)	37,4	40,6	35
Biomassa (%)	31,1	4,2	10,5
Hidráulica (%)	14,9	2	2,2
Carvão Mineral (%)	6	20,4	25,3
Gás Natural (%)	9,3	21,8	20,7
Urânio (%)	1,4	11	6,3
Milhões de tep	226,1	5.506	11.435
Renováveis (%)	45,1	6,2	12,7

Fonte: Balanço Energético Nacional (2007)
Org. VICHI, F. E MANSOR, M.

A matriz energética brasileira apresenta pequenas participações do carvão mineral e da energia nuclear, e elevada participação da energia hidrelétrica e de biomassa. Se este perfil energético brasileiro contribui para reduzir as emissões de CO₂, causadoras do aquecimento global, por outro lado, anunciam impactos ambientais por sobre os atuais vazios demográficos ocupados por florestas.

4.5 A Perspectiva Brasileira sobre os Direitos Humanos

A partir da constituição de 1988, a temática sobre os direitos humanos se tornou um dos princípios norteadores das relações internacionais do Estado brasileiro. O governo de

Fernando Collor com sua política externa de alinhamento aos interesses estadunidenses inseriu os direitos humanos na agenda brasileira, atendendo a vontade dos EUA. Em seu governo, o Brasil aderiu a quatro acordos nesta temática, sendo eles: a “Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes”, em 1991, e os “Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”, “Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos” e “Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes”, ratificados em 1992. No governo de Itamar Franco não foi constado nenhum acordo em relação aos direitos humanos.

O governo FHC também trouxe sua contribuição na inclusão desta temática na agenda brasileira. Em 1996, após o assassinato de 19 trabalhadores rurais em operação da Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, o então presidente criou o Programa Nacional de Direitos Humanos, pois o massacre “parecia um mau presságio para os planos do governo Fernando Henrique Cardoso de reformar o Estado e democratizar a sociedade, consolidar o Estado de direito e ampliar as garantias dos direitos de cidadania e humanos no Brasil” (PINHEIRO; MESQUITA NETO, 1997, p. 117).

Na elaboração do Programa – entre outubro de 1995 e maio de 1996 – o governo federal recebeu contribuições de organizações não-governamentais (ONGs), de universidades e de centros de pesquisa, recolhidas pela Universidade de São Paulo por intermédio do Núcleo de Estudos da Violência. Realizou ainda seis seminários regionais para a discussão do pré-projeto do Programa – em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém, Porto Alegre e Natal – com a participação de 210 entidades. A proposta do Programa recebeu entusiástica acolhida por parte das organizações da sociedade civil, consagrando uma perspectiva autenticamente suprapartidária à sua discussão. Ficou evidente, desde o primeiro instante, que não se tratava de um *contrato de confiança* entre Estado e ONGs, mas de um projeto de parceria no qual a autonomia da sociedade civil é condição necessária. (PINHEIRO; MESQUITA NETO, 1997, p. 117).

A prioridade do programa é a garantia dos direitos civis, porém não exclui a importância dos direitos econômicos, sociais e culturais, considerados complementares para o bem estar da sociedade. Nesse sentido, o maior foco do programa

[...] residiu no combate às injustiças, ao arbítrio e a impunidade, nomeadamente daqueles encarregados de aplicar leis. O Programa cuidou da proteção do direito a vida, do direito a liberdade, do tratamento igualitário das leis — “direitos humanos para todos” —, dos direitos de crianças e adolescentes, das mulheres, da população negra, das sociedades indígenas, dos estrangeiros, refugiados e migrantes, e das pessoas portadoras de

deficiência, assim como se propôs lutar contra a impunidade. (ADORNO, 2010, p. 11).

Além de lançar o Programa Nacional de Direitos Humanos, Fernando Henrique também assinou acordos multilaterais nos oito anos de governo. Dois deles foram em 1998: a “Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores” e o “Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Relativo à Abolição da Pena de Morte”. Em 1999 foi ratificado o “Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe”, em 2001 a “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência” e, por fim, em 2002 o “Protocolo Facultativo à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres”.

Com o início do governo Lula em 2003, os direitos humanos ainda estavam nas diretrizes da agenda brasileira, porém de maneira mais tímida. Em 2004, foi assinado o “Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados” e o “Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativo à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil”. Em 2005 é assinado o “Acordo para Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas” e, por fim, o “Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (OPCAT)” em 2007. A Quadro 10 mostra todos os acordos multilaterais realizados pelo Brasil sobre direitos humanos desde o período Collor à Lula.

Quadro 10 – Acordos multilaterais sobre direitos humanos

Título do acordo	Data de celebração
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados	03/08/2004
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativo à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil	03/08/2004
Protocolo Facultativo à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	30/07/2002
Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (OPCAT)	19/04/2007
Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Relativo à Abolição da Pena de Morte.	27/08/1998
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.	07/06/1992
Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos.	07/06/1992
Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores.	20/08/1998
Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	15/02/1991
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José).	11/06/1992

Acordo para Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas.	07/12/2005
Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe.	30/06/1999
Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.	12/08/2001

Fonte: Itamaraty.

Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

No governo Lula também foi lançado no fim de 2009 o Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3, por força do Decreto 7.037, e suscitou duras reações de alguns segmentos da sociedade brasileira (ADORNO, 2010). Os críticos alegaram que a terceira edição do programa estava totalmente voltada as ideologias do PT, e que o presidente Lula usava uma estratégia populista ao incrementar o plano:

[...] A proposta de criação da Comissão Nacional de Verdade, a descriminalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o direito de adoção por casais homoafetivos, a interdição a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União, o “controle da mídia” e a adoção de mecanismos de mediação judicial nos conflitos urbanos e rurais (ADORNO, 2010. p.13-14).²⁸

No âmbito bilateral, o Brasil assinou apenas dois acordos, com Argentina e EUA, um deles sob o governo Lula, outro sob o governo Dilma. Esses dois acordos envolvem a questão do direito das mulheres (Quadro 11).

Quadro 11 – Acordos bilaterais sobre direitos humanos

Título do acordo	Data de celebração	País
Declaração para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Proteção dos Direitos das Mulheres	31/01/2011	Argentina
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Avanço da Condição da Mulher	03/03/2010	EUA

Fonte: Itamaraty.

Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

Dos 163 acordos envolvidos na pesquisa, 15 deles se destinam aos direitos humanos, sendo 13 de ordem multilateral e dois de ordem bilateral. Analisando pela natureza dos governos, nove deles foram realizados nos governos liberais de Collor e FHC, os quais

²⁸ O plano ainda não estava aprovado de acordo com informação obtida no site de notícias R7.

tiveram uma agenda mais engajada aos interesses estadunidenses, e até agora seis pelos governos mais de esquerda (Lula e Dilma).

Mas é preciso separar a adoção da agenda internacional de direitos humanos para o plano interno brasileiro daquela que se mescla aos objetivos geopolíticos norte-americanos em países não-democráticos que desafiam sua hegemonia. Em 2011, os ataques das forças da OTAN à Líbia com o objetivo de punir Kadafi e abrir caminho à privatização das empresas petrolíferas líbias, o discurso de proteção aos direitos humanos contra o regime autoritário local foi ativado pelos EUA e aliados europeus, com apoio inclusive da Liga Árabe. Mas o governo brasileiro – então membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU – se posicionou novamente contrário ao uso da força na Líbia, alegando que a violência não seria o melhor caminho a ser percorrido. O Itamaraty manifestou comunicado desejando “o mais rápido possível” um cessar-fogo “capaz de garantir a proteção da população civil”, e afirmando que “acredita nas condições” para concluir a crise por via diplomática (UOL NOTÍCIAS, 2011).

Mesmo aspirando a uma vaga permanente no CS da ONU, o governo brasileiro afirma que não abrirá mão do princípio da não-intervenção. Para o atual ministro da Justiça José Cardozo, “o pressuposto das relações internacionais aponta na direção do respeito à soberania dos demais, por isso o Brasil não é afetado por posturas diferentes da sua num quadro como este” (DIÁRIO DA MANHA, 2011). Cardozo ainda comentou sobre a posição do Brasil, alegando que

[...] não motivaria uma posição diferente da que tomou ao defender o cessar-fogo [na Líbia]. Todos, hoje, reconhecem a importância de qualquer país assumir um posto dessa envergadura, mas o Brasil não colocaria seus princípios sob negociação para ser beneficiado no seu desejo de participar do conselho como membro com direito a voto. (DIÁRIO DA MANHA, 2011).

As diretrizes do governo Lula e Dilma no campo dos direitos humanos internacionais não se submetem em totalidade às vontades do governo dos EUA, defendendo sempre o multilateralismo ao invés do unilateralismo, e preservando a soberania de cada país.

Sintetizando o capítulo, a Quadro 12 mostra a frequência relativa de cada temática de “ameaça global” nos acordos internacionais celebrados pelo Brasil através da metodologia utilizada na pesquisa.

Quadro 12 – Porcentagem dos acordos internacionais celebrados pelo Brasil na área de segurança – 1990-2011

Temática de segurança	Nº acordos	%
Terrorismo	9	5,5%
Energia nuclear e Proliferação de armas de destruição em massa	22	13,4%
Tráfico de ilícitos transnacionais	39	23,9%
Meio Ambiente	47	28,8%
Direitos Humanos	15	9,3%
Defesa	26	15,9%
Questões migratórias	5	3,2%
Total	163	100,0%

Fonte: Itamaraty. Org.: BRIGOLA, Higor (2011).

As temáticas sobre o meio ambiente e o tráfico de drogas são os mais recorrentes na política de segurança brasileira, a primeira com 28,5%, e a segunda com 23,6% dos acordos realizados desde o fim de 1990 até os dias atuais. Em terceiro lugar aparece a temática da defesa com 16,2%, este assunto não foi tratado com intensidade na pesquisa, pois compete apenas ao Brasil, mesmo que seja um tema de grande importância para a agenda brasileira, ainda mais com a posição emergente do Brasil no cenário intencional e a descoberta do pré-sal, este não é um tema que faz parte diretamente da agenda dos países centrais. A energia nuclear e a contenção aos armamentos nucleares ficaram na quarta colocação com 13,6% dos acordos, seguidos dos direitos humanos com 9,4%. O terrorismo, ponto principal da política externa dos EUA, ficou na penúltima colocação, com apenas 5,5% dos acordos, estando à frente apenas das questões migratórias com 3,2%, temática que também não foi abordada com intensidade na pesquisa, pois os acordos brasileiros em relação à migração são mínimos, uma vez que o tema não é tratado pelo Estado brasileiro como de grande relevância para a segurança nacional²⁹.

O IPEA, órgão ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos, realizou pesquisa inédita visando quantificar o medo da população brasileira em relação às ameaças, com a finalidade de saber o que pensa a população sobre o assunto, esperando auxiliar na formulação das políticas públicas de segurança. O próprio documento de defesa brasileira afirma que “nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa” (ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL, 2008, p. 8). A figura abaixo traz os dados da pesquisa do IPEA.

²⁹ As relações Brasil-EUA nas questões migratórias sofreram discrepâncias após o 11 de setembro, quando a política de imigração dos EUA se tornou extremamente rígida, impondo restrições até mesmo aos brasileiros. O governo brasileiro, a partir de janeiro de 2004, determinou que enquanto perdurasse a restrição imposta pelos EUA, a Polícia Federal brasileira teria como obrigação recolher impressões digitais de estadunidenses nos portos, aeroportos e rodovias quando eles entrassem em território brasileiro, “sob pena de ser-lhes negada a entrada devida” (BANDEIRA, 2010, p. 320). Este fato na época gerou na época uma animosidade entre ambos os países, que agora parece distante com o anúncio do governo de B. Obama de facilitar o visto de brasileiros.

Quadro 13 - Percepção de ameaças pelo brasileiro (por macrorregião) - 2011

Pergunta: Cada pessoa tem uma percepção própria daquilo que possa ser uma ameaça para ela, para sua família, para sua cidade e para seu país, ou seja, cada pessoa possui certos medos. Assim sendo, de quais das seguintes ameaças o(a) Sr(a) tem medo?

	Centro-Oeste	Nordeste	Noite	Sudeste	Sul	BRASIL
Crime organizado	53,7%	50,1%	63,1%	58,0%	46,3%	54,2%
Desastre ambiental ou climático	46,3%	36,2%	54,0%	39,2%	29,4%	38,6%
Guerra com potência estrangeira	28,9%	39,5%	29,2%	33,5%	34,6%	34,7%
Guerra com país vizinho	27,8%	35,0%	29,5%	33,6%	31,5%	33,0%
Epidemias	34,8%	33,3%	47,6%	29,2%	17,3%	30,5%
Terrorismo	38,5%	39,5%	32,2%	25,5%	15,5%	29,5%
Outros	0,4%	1,1%	1,3%	0,9%	0,2%	0,8%
Nenhuma das anteriores	2,2%	3,4%	1,3%	2,1%	4,2%	2,7%
Não sabe/não respondeu	0,4%	0,4%	0,0%	0,2%	0,2%	0,3%

Adaptado de Pesquisa SIPS-Ipea (2011).

Nota: Nesta questão, o entrevistado poderia assinalar mais de uma resposta.

Seguindo a frequência dos acordos internacionais celebrados pelo país que apontamos nesta dissertação, a pesquisa realizada pelo IPEA teve o crime organizado (no qual entra o tráfico de ilícitos) e as questões ambientais como as maiores ameaças ao Estado brasileiro, ainda que para a população, o crime organizado se sobressai ao meio ambiente. O terrorismo ainda está longe de representar uma ameaça propriamente dita ao Brasil, e a população mostrou que possui total convicção disso, ficando esta temática na pesquisa do IPEA em último lugar, sendo ultrapassado por possíveis guerras com países estrangeiros e vizinhos.

Finalmente, a análise dos acordos internacionais celebrados pelo Brasil que constam no site do Itamaraty permite concluir que o Brasil, mesmo tendo pontos comuns com a nova agenda de segurança mundial e hemisférica ditada a partir dos EUA, estabelece objetivos divergentes do país hegemônico nos campos do terrorismo, narcotráfico, tecnologias sensíveis, meio ambiente e direitos humanos.

Através do estudo realizado nesta dissertação, nota-se que no pós-Guerra Fria o Brasil retoma uma agenda mais voltada ao seu interesse nacional, apesar do interregno representado pelos governos liberais, especialmente Collor de Melo, significando uma ruptura da agenda de alinhamento exclusivo com os interesses dos EUA. O governo Lula buscou uma autonomia maior em relação aos EUA, ainda que sem se contrapor diretamente aos interesses daquele país manifestados em sua nova agenda externa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos acordos internacionais celebrados pelo Brasil entre 1990 e 2011, permite concluir que, apesar dos pontos comuns com a nova agenda de segurança mundial e hemisférica ditada a partir dos Estados Unidos, se destacam os objetivos divergentes da agenda de segurança brasileira nos campos do terrorismo, narcotráfico, tecnologias sensíveis, meio ambiente e direitos humanos.

No mundo pós-Guerra Fria, o Brasil retoma uma agenda mais voltada ao seu interesse nacional, apesar do interregno representado pelos governos liberais, especialmente de Collor de Melo. A partir dos acordos internacionais bilaterais e multilaterais firmados pelo Estado brasileiro fica clara a ruptura da agenda de alinhamento exclusivo com os interesses dos Estados Unidos. A administração de Lula buscou uma autonomia maior em relação à visão de segurança do governo estadunidense, ainda que sem se contrapor diretamente aos interesses daquele país manifestados na nova agenda externa.

Nesse sentido, a teoria da “geopolítica da dependência” (ALBUQUERQUE, 2010), não mais se apresenta como um paradigma dotado de completa exatidão, mas sim de caráter relativo, pois por mais que não tenha ocorrido uma contraposição direta da agenda brasileira em relação à agenda estadunidense, o resultado da pesquisa mostra claramente que os governos intitulados de “esquerdistas” não mais respondem com certo “comodismo” aos interesses nacionais dos EUA, os quais ao longo da história foram exportados (pode-se ler impostos) aos países do continente americano. A chamada “civilização ocidental-cristã”, classificada por Golbery do Couto e Silva (1967) no momento da Guerra Fria, parece estar perdendo o sentido, pois o caso do finado TIAR revelou aos governos periféricos da América o interesse secundário dos EUA na região, como concluído no capítulo 2 deste trabalho, fato que pode ter fomentado a busca por autonomia e não mais um alinhamento exclusivo com o país hegemônico.

O site Defesanet traz um artigo destacando o trabalho de Octavio Amorim Neto sobre a evolução da política externa brasileira levando em conta o distanciamento com Washington. A partir do método estatístico, Amorim Neto afirma um padrão de afastamento nas relações Brasil-EUA operando de “longo prazo e relativamente bem controlado, pois jamais chegou à ruptura ou à inimizade”, uma vez que “Uma chancelaria profissional soube traduzir, racionalmente, as crescentes capacidades nacionais do Brasil em um incremental e

cauteloso distanciamento diplomático em relação aos Estados Unidos” (DEFESANET, 2011j).

Esse afastamento entre Brasília e Washington ocorre ainda durante a Guerra Fria, como atestam os exemplos históricos a partir da busca de desenvolvimento econômico pelo Brasil no setor industrial e militar (BANDEIRA, 2010). Também a pesquisa de Octavio Amorim Neto destaca que a partir da segunda metade do século XX

[...] à medida que crescia e se industrializava a economia brasileira, se expandia a população, se urbanizava a sociedade, e aumentavam os gastos militares e o tamanho das Forças Armadas, o país foi se sentindo em condições de, passo a passo, se distanciar daquele que havia sido seu grande aliado na primeira metade do século passado. (DEFESANET, 2011j).

Apesar do curto período de retorno ao alinhamento automático com Washington nos primeiros governos da Nova República, é exatamente este distanciamento histórico que hora retorna com força inclusive na agenda de segurança brasileira, caso específico de nossa investigação.

Desde a Guerra das Malvinas de 1982, que ficou mais claro para os países sul-americanos que os acontecimentos na Eurásia são mais relevantes, e que seus aliados naquela região guardam maior importância que os tradicionais aliados sul-americanos. Agora que a influência econômica chinesa cresce no subcontinente, a perda de influência geopolítica é acompanhada da perda de influência econômica, permitindo um grau de autonomia estratégica de nossa política externa, nunca visto.

As prioridades de Washington na Eurásia vêm desde o após Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de reconstrução das economias europeias destruídas pelos conflitos. Nos anos 1990, a prioridade volta-se ao Leste Europeu para a reconversão das economias socialistas ao capitalismo. Finalmente, na primeira década do atual século, o Oriente Médio Expandido ganha as maiores atenções, particularmente com as guerras abertas no Iraque e no Afeganistão. Trata-se de prioridades geopolíticas e, via de consequência, orçamentárias, dificultando a realização dos objetivos geopolíticos estadunidenses para o resto do mundo, particularmente a América do Sul.

Com mais força a partir dos anos 1980 e 90, o Brasil buscou aprofundar as relações econômicas e políticas com os países vizinhos, objetivando ocupar o “vácuo de poder” deixado pelos Estados Unidos na região. Depois de vencer uma etapa mais comercial, agora esta agenda geopolítica brasileira volta-se à integração física e ao reforço da aproximação

política incluindo maior cooperação militar para a segurança e defesa. Nesta área, o Brasil realizou acordos bilaterais com os países da região visando a cooperação em defesa, exceto com Venezuela, Suriname e Guiana. Mas ainda foi incapaz de articular um bloco de defesa consolidado para a proteção comum do continente, ao exemplo do finado TIAR ou da presente OTAN.

A penetração chinesa representa novo desafio (e oportunidades?) à agenda de segurança dos países sul-americanos, pois Pequim já é o principal sócio comercial de países importantes na região como Brasil e Chile. A China começa a realizar também, ainda timidamente, movimentos no sentido de cooperação na área de defesa com o Brasil, ao exemplo do uso pelos chineses do porta-aviões brasileiro. Diversos acordos também foram ratificados na área de cooperação espacial, principalmente para o desenvolvimento conjunto de satélites, como por exemplo, o “Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial” celebrado em 21/09/2000.

Como ficou concluído no capítulo 1, China e EUA possuem relações históricas marcadas pela cooperação e pela competição. No caso da América do Sul, a face competitiva é que está à tona, sendo a região até então, a área de influência imediata de Washington devidamente por sua aproximação geográfica, mas com o avanço da globalização e “diminuição” das distâncias no planeta, isso já não se torna mais uma regra.

Estará em curso uma substituição da hegemonia norte-americana na América do Sul? Ou o efeito China poderá significar passos mais audaciosos nas políticas de segurança dos países sul-americanos no sentido de efetivarem o sonhado distanciamento e a autonomia em relação à Washington? De maneira semelhante ao pensamento de Samuel Guimarães (2007), o qual afirma que os grandes países periféricos, a exemplo do Estado brasileiro, possuem como estratégias a diminuição de sua subordinação frente às estruturas hegemônicas do sistema mundial, minimizando sua vulnerabilidade em relação a elas, espera-se então, que o Brasil não retorne ao seu passado de dependência em política externa e de segurança, buscando sempre seus interesses nacionais e regionais ao invés de um alinhamento submisso à outra potência.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos**, n. 86, p. 5-20, 2010.

ALBUQUERQUE, E. S. A geopolítica da dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 67-82, 2010.

_____. **Uma breve história da geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

ALI, T. **Duelo**: O Paquistão na rota de voo do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ARBEX JUNIOR, J. **Guerra Fria**: terror de estado, política e cultura. São Paulo: Moderna, 1997.

ATWAN, A. B. **A história secreta da Al Qaeda**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

AYERBE, F. L. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Ordem, poder e conflito no século XXI**: esse mesmo mundo é possível. São Paulo: UNESP, 2006.

BANDEIRA, L. A. M. **As relações perigosas**: Brasil e Estados Unidos (De Collor a Lula). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

BANDEIRA, M. Paraguai-EUA: irresponsabilidade e aventureirismo. **Espaço Acadêmico**, n. 53, 2005. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/> >. Acesso em: 30 nov. 2011.

BARNABÉ, I. R.; MINUCCI, C. A. S. Guerra do Iraque: Clinton e Bush - uma análise comportamental. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 8, n. 8, p. 21-44, 2008.

BBC BRASIL. **Caça chinês cai após colisão com avião espião americano**. 2001. Disponível em: < <http://www.bbc.co.uk/> >. Acesso em: 17 out. 2011.

_____. **Irã inaugura sua primeira usina nuclear**. 2010. Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/> >. Acesso em: 9 abr. 2011

BERTONHA, J. F. China e Estados Unidos: rivalidades geopolíticas e a questão militar. **Meridiano**, v. 47, n. 93, p. 2-4, 2008.

BERTONHA, J. F. **Geopolítica e relações internacionais na virada do século XXI**: uma história do tempo presente. Maringá: Eduem, 2006.

BOLETIM SOBEET. Investimento direto chinês no Brasil, ainda incipiente, deve se tornar mais significativo. **Boletim Sobeet**, v. 8, n. 66, 2010. Disponível em: < <http://www.sobeet.org.br/> >. Acesso em: 3 out. 2011.

BOLTON, K. R. Rússia e China: um conflito iminente? **Legio Victrix**, 2011. Disponível em: < <http://legio-victrix.blogspot.com/> >. Acesso em: 25 nov. 2011.

BRITO, R. R. **Para uma Estratégia de Segurança Nacional “Verde”**. Disponível em: < <http://www.segurancaedefesa.org/> >. Acesso em: 2 jan. 2012.

BUZAN, B.; WEAVER, O. **Regions and powers: the structure of international security**. EUA: Cambridge University Press, 2003.

CABRAL FILHO, S. B. Brasil-China: cooperação e intercâmbio no campo de estudos estratégicos e internacionais. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 49-54, 2006.

_____. Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 1, n. 43, p. 24-42, 2000.

CARRIÇO, M. A. G. **As consequências geopolíticas para Pequim dos atentados de 11 de Setembro**: uma análise regional. 2002.

CARVALHO, C.; CARTEMOL, F. As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, 2009.

CASTRO, T. **Nossa América: geopolítica comparada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

CEPIK, M.; MARTINS, J. **Política Internacional**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

CHINA MILITARY ONLINE. **Xu Qiliang meets chief of staff of Pakistani Air Force**, 2009a. Disponível em: < <http://english.chinamil.com.cn/> >. Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **Defence Minister meets Pakistan Air Force Chief of Staff**, 2009b. Disponível em: < <http://english.chinamil.com.cn/> >. Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **China, Mongolia seek further military co-op**, 2009c. Disponível em: < <http://english.chinamil.com.cn/> >. Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **China, Russia to conduct joint anti-terror military exercise**, 2009d. Disponível em: < <http://english.chinamil.com.cn/> >. Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **Liu Yongzhi meets Bulgarian guests**, 2009e. Disponível em: < <http://english.chinamil.com.cn/> >. Acesso em: 25 out. 2011.

_____. **China, Ecuador agree to advance military ties**, 2009f. Disponível em: < <http://english.chinamil.com.cn/> >. Acesso em: 25 out. 2011.

CHOMSKY, N. **O que o Tio Sam realmente quer**. Brasília: UnB, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. Líbia: O maior empreendimento militar desde a invasão do Iraque: rumo a uma operação militar prolongada. **Resistir.Info**, 2011. Disponível em: < <http://resistir.info/> >. Acesso em: 16 abr. 2011.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

CORRÊA, F. G. O submarino de propulsão nuclear e a estratégia nacional. **E-Premissas – Revista de Estudos Estratégicos**, n. 3, p. 93-106, 2008.

COSTA, D. A. L. **Um discurso de estratégia nacional**: a cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

COSTA, D. O Brasil diante dos desafios internacionais de segurança e defesa. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Orgs.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa/SEC, 2004. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 2)

DANTAS, G. **Estados Unidos, militarismo e economia da destruição**: belicismo norte-americano e crise do capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

DEFESANET. **Presidente chinês alerta contra interferência externa**. 2011a. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/china/> >. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Obama vai à Austrália para acertar presença militar permanente**. 2011b. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/> >. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Ásia é prioridade máxima dos EUA, afirma Obama**. 2011c. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/> >. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Obama diz que presença americana na Ásia será mantida**. 2011d. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/> >. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **China deve manter acordo com o Brasil na aviação**. 2011e. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/aviacao/> >. Acesso em: 26 out. 2011.

_____. **Porta-aviões Chinês, Brasil emprestou know-how**. 2011f. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/> >. Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. **Ministério da Defesa recebe comitiva da China**. 2011g. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/brasilchina/> >. Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. **Brasil aumenta poder naval para proteger reservas de petróleo**. 2011i. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/naval/> >. Acesso em: 4 jan. 2012.

_____. **Brasil x EUA: afastamento gradual**. 2011j. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/> >. Acesso em: 25 dez. 2011.

_____. **Submarino nuclear pode alterar equilíbrio da região e fomentar sentimento anti-Brasil em populistas**. 2011h. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/prosub/> >. Acesso em: 4 jan. 2012.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Postura do Brasil em relação à Líbia é soberana**. 2011. Disponível em: < <http://www.diariodamanha.com/> >. Acesso em: 16 abr. 2011.

DIÁRIO DA RÚSSIA. **Tratado Start: EUA e Rússia começam fiscalização em abril**. 2011. Disponível em: < <http://www.diariodarussia.com.br/> >. Acesso em: 11 abr. 2011.

ESG – Escola Superior de Guerra. **Histórico**. Disponível em: < <http://www.esg.br/> >. Acesso em: 1 nov. 2011.

FERNANDES, R. M. S. **A importância estratégica do Paraguai e sua militarização para a manutenção da hegemonia norte-americana na América do Sul**. Biblioteca Virtual del Paraguay, Estudos Geopolíticos, s.d.

FGV – CPDOC. **Acordo nuclear Brasil-Alemanha (1975)**. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 9 nov. 2011.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista de Economia Heterodoxa**, v. 6, n. 8, 2007.

_____. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul, **OLKOS**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 8, p. 77-106, 2007.

_____. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOLHA.COM. **Entenda a Guerra do Iraque**. 2008. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/> >. Acesso em: 5 abr. 2011.

GALVÃO, T. G. A Amazônia na grande estratégia de política externa da China. **Meridiano**, v. 47, n. 97, p. 28-31, 2008.

GASPAR, C. Os Estados Unidos e a transformação da Ásia. **Relações Internacionais**, p. 119-134, 2008.

GIANNASI, C. A. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

GIFFONI, L. **China: o despertar do dragão – viagem ao milagre econômico chinês**. Belo Horizonte: Leitura, 2007.

GLASER, B. **U.S.-China relations: China signals irritation with U.S. Policy**. 2008. Disponível em: <<http://csis.org/>>. Acesso em: 13 out. 2011.

GÓES, G. S. A nova ordem mundial na era pós-bipolar. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, n. 1, p. 17-42, 2005.

GONÇALVES, W. S.; MIYAMOTO, S. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GURGEL, J. A. A. **Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

HAESBAERT, R. **A nova desordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

HERZ, M. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 46, p. 85-104, 2002.

HIRST, M. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

IPRIS, **Using BRIC to build at sea: the Brazil-China aircraft carrier agreement and shifting naval power**. 2010. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/> >. Acesso em: 26 out. 2011.

LAFER, C. **Quinze anos da Eco-Rio 92**. 2007. Disponível em: < <http://diplomattizando.blogspot.com/> >. Acesso em: 11 jan. 2012.

LEÃO, B. G. C. **As relações econômicas EUA-China no início do século XXI: análise à luz das dinâmicas concorrentes da geopolítica e da globalização**. 2009. Tese (Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

LESSA, A. C. M. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 38, v. 1, p. 24-39, 1995.

MACHADO, R. L. **As estratégias de segurança nacional dos Estados Unidos da América, Rússia e China: uma comparação dos documentos publicados no alvorecer do século XXI**. Dissertação (Mestrado em história comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MATTOS, C. M. Atlântico Sul: sua importância estratégica. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 688, 1980.

MATTOS, C. M. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MEDEIROS, T. R. **Entraves ao desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil: dos primórdios da era atômica ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp, 1999.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

_____. **Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM): cooperação Brasil/Peru**. 2011a. Disponível em: < <http://www.sipam.gov.br/> >. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. **Governo Federal firma acordo com 11 estados para plano de fronteiras**. 2011b. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/> >. Acesso em: 10 dez. 2011.

MONITOR MERCANTIL. **Invasão do Iraque: crime planejado muito antes do 11 de Setembro**. 2010. Disponível em: < <http://www.monitormercantil.com.br/> >. Acesso em: 1 abr. 2011.

MONTENEGRO, E. G. Novas ameaças: abordagem a partir de uma perspectiva internacional. In: MATHIAS, S. K. et al. (Orgs.). **Novas ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. **Balço de Política Externa 2003-2010**. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/> >. Acesso em: 25 nov. 2011.

_____. **Brasil na rota do terrorismo**. 2010. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/> >. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998. **Conveção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima**. 1998. Disponível em: < <http://dai-mre.serpro.gov.br/> >. Acesso em 11 jan. 2012.

MTCR – Missile Technology Control Regime. Disponível em: < <http://www.mtcr.info/> >. Acesso em: 4 jan. 2012.

NOTÍCIAS TERRA. **Mesmo sem Bush, EUA “aderem” ao Protocolo de Kyoto**. 2005. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/> >. Acesso em: 2 jan. 2012.

OLIC, N. B. Bolívia, um país (quase) sem saídas. **Revista Pangea**, out. 2003. Disponível em: < <http://www.revistapangea.com.br/> >. Acesso em: 1 dez. 2011.

OLIVEIRA, H. A. **Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica**. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 47, n. 1, p. 7-30, 2004.

PAGLIARI, G. C. **Segurança hemisférica e política externa brasileira: temas, prioridades e mecanismos institucionais**. Dissertação (Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

_____. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 26-42, 2006.

PAUTASSO, D. **A China na transição do sistema mundial: suas relações com EUA e Índia**. Dissertação (Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PAUTASSO, D.; OLIVEIRA, L. K. A segurança energética da China e as reações dos EUA. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, mai./ago. 2008, p. 361-398.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINHEIRO, P. S.; MESQUITA NETO, P. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 117-134, 1997.

PODER AÉREO. **Quando o MiG-21 quase voou com as cores da FAB**. 2010. Disponível em: < <http://www.aereo.jor.br/> >. Acesso em: 26 out. 2011.

PODER NAVAL. **BRIC no mar: o acordo Brasil-China para porta-aviões**. 2010. Disponível em: < <http://www.naval.com.br/> >. Acesso em 26 out. 2011.

PORTUGAL, H. H. A. A aplicabilidade do TIAR face ao conceito multidimensional de segurança hemisférica. **Revista do Curso de Direito**, n. 1, p. 47-64, 2006.

RATTNER, H. Ascensão e declínio de superpotências. **Revista Espaço da Sophia**, v. 1, n. 8, nov. 2007.

RFI PORTUGUÊS. **Para Obama, é hora de “virar a página” no Iraque**. 2010. Disponível em: < <http://www.portugues.rfi.fr/mundo/> >. Acesso em: 25 nov. 2011.

RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências**. Marinha do Brasil: Escola de Guerra Naval, 2004.

RODRIGUES, R. M. S. A importância estratégica do Paraguai e sua militarização para a manutenção da hegemonia norte-americana na América do Sul. **Estudos Geopolíticos**, Biblioteca Virtual del Paraguay, s./d.

RODRIGUES, T. M. S. A infundável Guerra Americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente, **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 2, p. 102-111, 2002.

SAIN, M. F. **Novos horizontes, novos problemas**: as Forças Armadas Argentinas frente às “novas ameaças” (1990- 2001). In: MATHIAS, S. K. et al. (Orgs.). **Novas ameaças**: dimensões e perspectivas. São Paulo: Sicurezza, 2003.

SANTANA, A. A globalização do narcotráfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 99-116, 1999.

SATO, E. A agenda internacional depois da guerra fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000.

SERFATI, C. O braço armado da mundialização. Traduzido por Patrícia Albano Maia. **Revista Les Temps Modernes**, n. 607, fev. 2000.

SHU, S. S. S. **A inserção internacional da China no pós-Guerra Fria**. Dissertação (Relações Internacionais) – UNESP-UNICAMP-PUC/SP, São Paulo, 2005.

SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, M. M. Os programas nucleares do Brasil e do Irã: pontos de tangência e afastamento. **Jornal da Defesa**, 2010. Disponível em: < <http://www.jornaldefesa.com.pt/> >. Acesso em: 12 abr. 2011.

SOARES, L. F. M. O Brasil no cenário regional de defesa e segurança. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Orgs.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa/SEC, 2004. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 2)

SPENCE, J. D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUTTER, R. Equilíbrio positivo nas relações China-EUA: duradouro ou não? **Observare**, Lisboa, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2011.

TEIXEIRA, V. M. **A influência do conflito das Malvinas na integração sul americana**. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, TERRITÓRIO E PODER; I GEOSIMPÓSIO ; I GEOTRANS, 2011.

TERRA, M. Forças de coalizão iniciam intervenção militar na Líbia. **Opera Mundi**, 2011. Disponível em: < <http://operamundi.uol.com.br/> >. Acesso em: 16 abr. 2011.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**, maio 2010. Disponível em: < <http://www.whitehouse.gov/> >. Acesso em: 12 fev. 2011.

_____. **National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction** - The National Security Strategy of the United States of America, 2002. Disponível em: < <http://www.state.gov/> >. Acesso em: 18 mar. 2011.

_____. U.S. Department of State. **Senate Approval of New START**. 2010. Disponível em: < <http://www.state.gov/> >. Acesso em: 11 abr. 2011.

TORRES FILHO, E. T. **O papel do petróleo na geopolítica americana**. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2005.

UOL Notícias. **Brasil lamenta mortes no ataque à Líbia e pede cessar-fogo**. 2011. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/> >. Acesso em: 16 abr. 2011.

VELLOZO JÚNIOR, J. **Dinâmicas de (in)segurança regional nos países em desenvolvimento: uma perspectiva brasileira para a América do Sul**. Dissertação (Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VIDIGAL, A. A. F. **O Brasil diante dos desafios internacionais em segurança e defesa**. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Orgs.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa/SEC, 2004. (Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 2)

VILLA, R. A. D. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: Annablume, 1999.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 2, p. 381-397, jul.-dez. 2005.